



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MOEMA MARIA BADARÓ CARTIBANI MIDLEJ**

**UNIVERSIDADE E REGIÃO:  
TERRITORIALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
SANTA CRUZ - UESC**

**SALVADOR**

**2004**

**MOEMA MARIA BADARÓ CARTIBANI MIDLEJ**

**UNIVERSIDADE E REGIÃO:  
TERRITORIALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
SANTA CRUZ - UESC**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de DOUTOR EM EDUCAÇÃO.

Orientadores: Profa. Dra. Marli Geralda Teixeira  
Prof. Luiz Felipe Peret Serpa (*in memoriam*)

SALVADOR

2004

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação - UFBA

M629 Midlej, Moema Maria Badaró Cartibani.  
Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC / Moema Maria Badaró Cartibani Midlej. – 2004.  
273 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2004.

Orientadores : Profa. Dra. Marli Geralda Teixeira e Prof. Luiz Felipe Peret Serpa (*in memoriam*).

1. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2. Territorialidade. 3. Região. 4. Universidades e faculdades – Ilhéus (BA). 5. Ensino superior – Bahia. 6. Política educacional. I. Teixeira, Marli Geralda. II. Serpa, Luiz Felipe Peret. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD – 378.8142 20.ed.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MOEMA MARIA BADARÓ CARTIBANI MIDLEJ**

**UNIVERSIDADE E REGIÃO:  
TERRITORIALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
SANTA CRUZ - UESC**

Tese aprovada com distinção como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Alda Muniz Pepe

Doutora em Educação, Universidade de Grenoble, França  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA., Brasil

Dante Augusto Galeffi

Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Brasil  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA., Brasil

Marli Geralda Teixeira - Orientadora

Doutora em História Social, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.  
Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador, BA., Brasil

Nádia Hage Fialho

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil  
Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Salvador, BA., Brasil

Norma Lúcia Videro Vieira Santos

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil  
Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Ilhéus, BA., Brasil.

Salvador, 21 dezembro de 2004.

A Ernani, meu esteio e presença marcante em todos os momentos e a Daniel, nosso filho e fruto das nossas esperanças, que iniciou com esta tese sua incursão no mundo acadêmico,

ao Professor Felipe Serpa (*in memoriam*), meu eterno mestre,

**dedico este trabalho**

## AGRADECIMENTOS

À minha família, por enfrentar junto comigo, a tarefa de doutorar-se, com todas as nuances que um empreendimento desta natureza traz. Em especial à Ernani, meu esposo, Daniel, meu filho, minha mãe Dadá e minhas irmãs Maialu, Sumaia, Lily, Soélia, Silvia e Niêta, pela indispensável torcida e constante incentivo, mesmo em momentos de grandes perdas e profunda dor.

À UESC, cuja história institucional está imbricada com minha história pessoal, por permitir-me caminhar os passos necessários à formação profissional e galgar os patamares almejados na carreira acadêmica.

À FAPESB, por participar deste trabalho, dotando a pesquisa das condições financeiras necessárias à sua execução.

Ao professor Felipe Serpa (*in memoriam*), dono de muitos saberes, cujo patrimônio adquirido em sua rica existência de múltiplas possibilidades e muita sensibilidade, sempre foi generosamente compartilhado com todos aqueles que o rodeavam e, com sua morte, deixou tantos herdeiros. E ao seu filho, professor Ângelo Serpa, herdeiro legítimo dos saberes e do caráter, que não mediu esforços e atenções para viabilizar o escopo do trabalho, tão duramente golpeado com o desaparecimento de seu pai.

À professora orientadora Marli Geralda Teixeira, que teve a nobreza e sensibilidade de me acolher sem restrições, no momento mais difícil deste trabalho, mesmo sabendo que isto significaria acúmulo de labor em sua já tão atribulada atividade profissional, impondo-lhe tantas renúncias e tantas escolhas.

À professora Mônica de Moura Pires, colega e querida amiga, pelas mãos solidárias e inesquecíveis na construção deste trabalho e também pelo afeto, pelas trocas e, principalmente pelo amparo, que impedia o desalento ante as dificuldades.

À professora e amiga Nádia Fialho, que desde a inocência das primeiras letras, até ao rigor acadêmico das mais recentes letras, foi sempre a presença querida e providencial nos momentos de insegurança e nas decisões mais importantes.

À professora Alda Pepe, que exerceu a coordenação do Convênio UFBA/UESC e acreditou que este percurso seria possível, empenhando seus esforços e incentivos, mesmo que as condições parecessem improváveis.

Ao professor, colega e querido amigo, Gustavo Lisboa, a presença pronta, constante e incansável, fundamental na construção de todas as etapas deste trabalho.

À colega Soraia Lobo, por partilhar sempre com alegria e espírito de colaboração desse íngreme caminho do doutorado.

Aos meus cunhados-irmãos Evilásio e Niêta, pelo constante carinho, incentivo e disponibilidade, no impagável acolhimento durante todo esse tempo, permeado de cansaços, angústias, incertezas e desânimos, oferecendo sempre o porto seguro tão esperado.

À minha tia Graça e minha prima Tati, pelo exemplo de solidariedade, de disponibilidade e desprendimento em todas as ocasiões de necessidade.

Aos professores: Renée Albagli Nogueira (reitora da UESC em ocasião da pesquisa de campo), Soane Nazaré de Andrade (fundador da Faculdade de Direito de Ilhéus e da FESPI – precursora da UESC), Antônio Zugaib (Secretário de Desenvolvimento do Município de Ilhéus), Davidson de Magalhães (Secretário de

Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Itabuna), e aos senhores: José Vivaldo Mendonça Filho (Representante do DCE-UDESC), Rosinei Barros (Presidente da AFUSC-UDESC), Paulo Cezar San Juan Ganem (Presidente da CDL-Ilhéus), Carlos Leahy (Presidente da CDL-Itabuna), Libério Menezes (Presidente da Associação Comercial de Ilhéus), Ubirajara Coelho (Presidente da Associação Comercial de Itabuna), Wallace Setenta (Presidente do CNPC), Evilásio Teixeira Cardoso (Sociólogo) e Fernando Rios (Economista), cujo espírito de colaboração viabilizou uma das partes mais importantes desta pesquisa.

Ao Núcleo de Estudos da Análise do Discurso (NEAD) – Universidade Católica do Salvador (UCSAL) - que, com os seus trabalhos vem contribuindo decisivamente para abertura de novos campos de investigação, pela oportunidade da convivência durante o segundo semestre de 2003, e cuja riqueza das discussões abriu-me as portas para uma nova e fascinante área do conhecimento.



[...] na minha vivência de vida, em potência, não há espaço e nem tempo, que são gerados nos acontecimentos, mas que desaparecem no retorno para a criação de um novo acontecimento, onde voltam a surgir, pois essa é a dinâmica da tensão jogojogante-jogojogado. Volto sempre à minha infinitude, para poder vivenciar a minha finitude. Enfim, sinto-me eterno em potência e transitório nos acontecimentos, ou seja, sou virtualmente eterno, sem princípio ou fim, e transitório na realidade, criada pela minha vivência dos acontecimentos. E é exatamente isso que todos são, incluindo-se aí o Universo: Virtualmente eterno, sem princípio ou fim, e transitório nos acontecimentos.

Salvador, 16 de julho de 2003.

**Felippe Serpa**

## RESUMO

Esta pesquisa tem o intuito de particularizar estudo sobre a universidade, buscando reconstituir experiência do Ensino Superior na Região Sul da Bahia, conduzida a partir da década de 1960, de maneira a perceber-se especificidades da trajetória da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), situadas e datadas, particularmente enraizadas nos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais da região do seu entorno. Tenta-se situar o lugar enquanto espaço-tempo, procurando identificar as transformações que se processam no seu interior, capazes de fazer surgir a Instituição de Ensino Superior. Isto significa perceber a região como expressão essencial da sua própria cultura e as implicações que geraram a instituição universitária, como fatores fundamentais para a busca dos elementos significativos que permitem situar o movimento expresso na teia de relações, de forma a fazer emergir daí sua historicidade e a criação de sua territorialidade. A questão central do estudo encontra-se na reflexão de como se exercem as relações entre Universidade e Região e quais as contribuições efetivas da instituição para a realização do seu compromisso social, em localidades onde está geograficamente instalada, considerando a territorialidade desempenhada em sua área de abrangência. Partindo-se de uma perspectiva interpretativa das idéias de região, universidade e territorialidade, sob a estruturação histórico-fenomenológica e à luz dos pressupostos das geografias humanístico-cultural e interpretativa, a idéia é conhecer o movimento da teia de relações que se estabelecem nos lugares universidade, região e relações (entre-lugares), onde o fundante é a historicidade do objeto: universidade-região. O pano de fundo que permeia as discussões engendradas centra-se nas políticas nacional e estadual da educação superior e sua inserção na política econômica global. Os eixos de interpretação estão na geografia, sob os enfoques teóricos de espaço, região, território e territorialidade; na educação superior, particularizado nas relações entre universidade e sociedade, com foco no caráter conceitual da universidade, suas funções, sua estrutura e ações políticas, e história, através da formação social e histórica do espaço territorializado. A UESC possui projeto acadêmico-institucional identificado política, econômica, histórica, social e culturalmente com a região onde está geograficamente instalada e o papel desempenhado em sua área de abrangência solidifica-se quando o conhecimento sobre dados relevantes da realidade local e as transformações detectadas da evolução destes, através das ações inerentes à instituição universitária, são realçadas por análises cuja natureza aponta para uma reflexividade sobre o ethos e o significado cultural local. O método auxiliar adotado para estruturação dos núcleos interpretativos ou temáticos foi a análise de conteúdo, sob o qual, levantamento de fatos, fenômenos, legislação, documentos (internos e externos) e relatos/depoimentos foram sistematizados. Na trajetória percorrida pela instituição, desde a sua formação, identificaram-se as peculiaridades políticas, os jogos de poder, as lutas e as crises no seu contexto. Dos resultados obtidos destacam-se: a solidificação da idéia de que a UESC é uma universidade que foi implantada pelo resultado da mobilização da sociedade regional; sua identidade está fortemente relacionada à atividade, base da economia local – a cacauicultura; seus atores lhe atribuem papel de líder para resolução dos problemas econômicos e sociais

enfrentados e de agente de desenvolvimento regional; suas ações materializadas na região e seus relacionamentos políticos e econômicos desenvolvidos em contextos espaço-temporal singular conferem-lhe um forte sentimento de pertencimento, consubstanciando sua territorialidade, ou a idéia de que é uma universidade “DA” região onde está inserida. Conclui-se que as ações da UESC são sociais e materializadas no lugar do seu entorno, territorializando-as.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade Estadual de Santa Cruz; Territorialidade; Região; Ensino Superior – Bahia; Universidades e faculdades – Ilhéus (BA); Política educacional.

## ABSTRACT

This research has intention to distinguish study about the university, Looking to reconstitute experience of Superior Education in the South Region of Bahia, led from the decade of 1960, trying to notice the trajectory of the State University of Santa Cruz (UESC), situated and dated, particularly taken root in the social, economic politic and cultural spaces of the region around. It is tried to situate the place concerning its space and time looking to identify the transformations that take place on its interior capable to make to appear Superior Education Institution. That means to perceive the region an essential expression of its own culture and the implications that had generated the university institution, as fundamental facts to search of significant elements, that allow to situate the express movement in the web of relations trying to emerge its history and creation of its territoriality. The central question of the study is found in the reflection of how is exerted the relations between University and region which effective contributions of the institution for accomplishment of its social duty, at the localities where it is geographically installed, considering the territoriality performed in its area. Starting from an interpretative perspective of the regional ideas, university and territoriality, under phenomena-historic structure and under the light of the geographic humanistic-cultural estimations and interpretative, the idea is to know the movement of the web that take place on the university and region relations (between-places), where the pioneer is the object's historicity of university-region. The wallpaper that selects the produced quarrels centralized in the national and State politics of superior Education and its insertion in global economic politic. The axles of interpretation are present at the geography, under the theoretical approaches of space, region, territory and territoriality on superior education, distinguished in the relations between university and society, focusing at the conceptual character of university its functions, its structure and political actions, and history, through the social and historical formation of the territorialized space. UESC possess academic-institutional project identified politic, economic, historical, social and culturally with the region where it is geographically installed and the role performed on its area, is made solid when the knowledge on excellent data of the local reality and its detected transformations evolution, through the inherent actions of the university institution, are enhanced by analyses whose nature points with respect to a reflectivity on the ethos and the meaning of local culture. The auxiliary method adopted for the structure of the interpretative or thematic nuclei, was the content analysis, which the finding fact, phenomena, legislation, documents (internal and external) and story/deposition had been systemized. In the trajectory covered for the institution, since its formation, politics had been identified to the peculiarities, the games of being able, the fights and the crises in its context. Of the results, are distinguished: the solidification of the idea that UESC is a university that was implanted by the result of the mobilization of the regional society; its identity is strongly related to the activity, base of the local economy – the cocoa cultivation; its actors attribute role of leader for resolution of the faced economic and social problems and of agent of regional development; its action materialized in the region economic and politic relationships and uncurled in contexts singular space-time, confers a strong belonging feeling to it consolidating its

territoriality, or the idea of that is a university "Of the" region where it is inserted. It is concluded that the social actions of UESC are materialized around the region, territorializing them.

Keywords: State University of Santa Cruz; Territoriality; Region; Superior education – Bahia; Ensino Superior – Bahia; Colleges and universities – Ilhéus (BA); Educational policy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1	OBJETO DA INVESTIGAÇÃO.....	22
1.2	JUSTIFICATIVA.....	25
<b>2</b>	<b>ABORDAGEM TEÓRICA.....</b>	<b>28</b>
2.1	REGIÃO: UM ESPAÇO EM DISCUSSÃO.....	40
<b>2.1.1</b>	<b>A região e suas significações.....</b>	<b>42</b>
2.2	O ESPAÇO REGIONAL COMO TERRITÓRIO DE EXERCÍCIO DE PODER.....	55
<b>3</b>	<b>AS REGIÕES DO ESTADO DA BAHIA.....</b>	<b>60</b>
3.1	OCUPAÇÃO TERRITORIAL: HISTÓRICO.....	60
<b>3.1.1</b>	<b>Razões determinantes para a empresa comercial agrícola.....</b>	<b>60</b>
3.1.1.1	A empresa colonial.....	61
3.1.1.2	Decadência da economia açucareira.....	64
<b>3.1.2</b>	<b>Ocupação do interior.....</b>	<b>65</b>
3.1.2.1	Formação territorial.....	65
3.1.2.2	Atividades alternativas à economia açucareira.....	66
<b>3.1.3</b>	<b>Período imperial.....</b>	<b>67</b>
<b>3.1.4</b>	<b>Período republicano.....</b>	<b>70</b>
<b>3.1.5</b>	<b>Mudança da base econômica.....</b>	<b>74</b>
3.2	REGIONALIZAÇÕES DO ESTADO DA BAHIA.....	78
<b>3.2.1</b>	<b>Tipos de regionalização.....</b>	<b>80</b>
3.2.1.1	Zonas fisiográficas.....	81
3.2.1.2	Zonas de influência urbana.....	82
3.2.1.3	Regiões administrativas.....	83
3.2.1.4	Centralidade.....	83
3.2.1.5	Microrregiões homogêneas.....	84
3.2.1.6	Microrregiões programa.....	84
3.2.1.7	Regiões educacionais.....	85
3.2.1.8	Regiões funcionais urbanas.....	85
3.2.1.9	Regiões de planejamento.....	86
3.2.1.10	Regiões econômicas.....	86
<b>4</b>	<b>A UNIVERSIDADE E SEU MEIO.....</b>	<b>87</b>
4.1	DA GÊNESE À ATUALIDADE: TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	89
<b>4.1.1</b>	<b>Universidade medieval.....</b>	<b>89</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Universidade renascentista.....</b>	<b>90</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Universidade moderna.....</b>	<b>92</b>
<b>4.1.4</b>	<b>Universidade atual.....</b>	<b>94</b>
4.2	A UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	97
<b>5</b>	<b>UNIVERSIDADE E REGIÃO.....</b>	<b>109</b>
5.1	A TERRITORIALIDADE DO ENSINO SUPERIOR.....	109

5.2	O ESPAÇO UNIVERSITÁRIO.....	112
<b>6</b>	<b>O CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA.....</b>	<b>115</b>
6.1	POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA: CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS.....	115
6.2	A REGIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA.....	118
6.3	A REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC.....	124
<b>7</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS.....</b>	<b>127</b>
7.1	MÉTODO AUXILIAR: ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	132
7.2	O UNIVERSO DA PESQUISA.....	135
7.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	136
7.4	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	138
<b>8</b>	<b>UNIVERSIDADE “NA” REGIÃO OU “DA” REGIÃO? A TERRITORIALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ.....</b>	<b>141</b>
8.1	ANTECEDENTES À CRIAÇÃO DA UESC.....	141
8.2	A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ – FUSC E A FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE ILHÉUS E ITABUNA – FESPI.....	151
8.3	O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA UESC.....	162
8.4	A UESC E SUA INSERÇÃO NA REGIÃO: A PERCEPÇÃO DOS SEUS ATORES.....	166
<b>8.4.1</b>	<b>Análise dos dados.....</b>	<b>168</b>
<b>8.4.2</b>	<b>Territorializando a Universidade Estadual de Santa Cruz .....</b>	<b>188</b>
8.4.2.1	Atividades de Ensino.....	192
8.4.2.2	Atividades de Pesquisa.....	198
8.4.2.3	Atividades de Extensão.....	200
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>
	<b>ANEXO A.....</b>	<b>223</b>
	<b>ANEXO B.....</b>	<b>228</b>
	<b>ANEXO C.....</b>	<b>235</b>
	<b>ANEXO D.....</b>	<b>243</b>
	<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>247</b>
	<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>249</b>
	<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>256</b>
	<b>APÊNDICE D.....</b>	<b>263</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Região de atuação da UESC, Sul e Extremo Sul da Bahia.....	125
Figura 2	Evolução da implantação de cursos de graduação no período 1996-2003.....	193
Figura 3	Número de projetos de pesquisa e valor financiado, UESC, 1996 a 2003, Ilhéus, Bahia.....	199
Figura 4	Áreas dos núcleos do PROAÇÃO - UESC.....	201
Figura 5	Distribuição do número de ações extensionistas por áreas temáticas, na UESC, período 1999-2003.....	201
Figura 6	Regiões econômicas do Estado da Bahia.....	236



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Instituições públicas de ensino superior do Estado da Bahia.....	118
Quadro 2	Regiões de atuação das Universidades Estaduais da Bahia.....	124
Quadro 3	Co-ocorrências e relações de representantes da comunidade acadêmica associadas à palavra-chave <b>universidade</b> .....	172
Quadro 4	Co-ocorrências e relações de representantes da sociedade associadas à palavra-chave <b>universidade</b> .....	173
Quadro 5	Co-ocorrências e relações de representantes da comunidade acadêmica associadas à palavra-chave <b>região</b> .....	182
Quadro 6	Co-ocorrências e relações de representantes da sociedade associadas à palavra-chave <b>região</b> .....	183
Quadro 7	Co-ocorrências e relações de representantes da comunidade acadêmica associadas à palavra-chave <b>desenvolvimento</b> .....	186
Quadro 8	Co-ocorrências e relações de representantes da sociedade associadas à palavra-chave <b>desenvolvimento</b> .....	186
Quadro 9	Divisões regionais do Brasil em Regiões Naturais, Regiões Homogêneas e Regiões Funcionais Urbanas.....	224
Quadro 10	Regiões fisiográficas – Lei Estadual nº 140, de 22 de dezembro de 1948.....	229
Quadro 11	Regiões urbanas na Bahia – Milton Santos (1958).....	229
Quadro 12	Regiões administrativas do Estado da Bahia – Reforma Administrativa (Lei nº 2.321 de 11 de abril de 1966).....	230
Quadro 13	Centralidade – IBGE (1968).....	230
Quadro 14	Microrregiões homogêneas do Estado da Bahia – IBGE (1967).....	231
Quadro 15	Microrregiões programa do Estado da Bahia.....	232
Quadro 16	Regiões educacionais, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia (1969).....	232
Quadro 17	Regiões funcionais urbanas – IBGE (1972).....	233
Quadro 18	Regiões econômicas – CPE (1990).....	234
Quadro 19	Demonstrativo geral da comunidade interna da UESC. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave <b>universidade</b> .....	264
Quadro 20	Demonstrativo geral da comunidade interna da UESC. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave <b>região/regional</b> .....	265
Quadro 21	Demonstrativo geral da comunidade interna da UESC. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave <b>desenvolvimento</b> .....	266
Quadro 22	Demonstrativo geral da sociedade. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave <b>universidade</b> .....	267
Quadro 23	Demonstrativo geral da sociedade. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave <b>região/regional</b> .....	271
Quadro 24	Demonstrativo geral da sociedade. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave <b>desenvolvimento</b> .....	273

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Participação relativa dos setores da atividade econômica no PIB da Bahia, período 1960-1998.....	77
Tabela 2	Quadro de docentes, período 1974-2004.....	194
Tabela 3	Procedência dos candidatos ao vestibular da FESPI/UESC, por região.....	197
Tabela 4	Procedência dos candidatos ao concurso vestibular da UESC	244

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de particularizar estudo sobre a Universidade, buscando reconstituir experiência do Ensino Superior na Região Sul da Bahia, conduzida ao longo das últimas quatro décadas, de maneira a perceber-se especificidades da trajetória da Instituição, situada e datada, peculiarmente enraizada no processo de desenvolvimento regional. Busca-se apreender, no campo dos fatos, a trama das relações, cujas configurações em processo se tenta interpretar.

O objeto de análise que se expressa na relação entre Universidade e Sociedade, circunscrita a um espaço regional, geográfico e institucionalmente delimitado, constitui-se em processos peculiares de implantação e expansão de Universidades, os quais se efetivaram política, econômica, cultural e socialmente, sob circunstâncias diversas, mas por motivações historicamente enraizadas nas relações de poder que se exercem econômica e politicamente.

Conforme analisa Chauí (2001, p.35):

[...] a universidade é uma *instituição social*. Isto significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é nenhuma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.

Parte-se do pressuposto de que essas relações fundamentam-se nas práticas sociais concretas e vivenciadas, nas quais a ação humana exerce sua capacidade criativa na teorização e transformação da realidade.

Tenta-se situar o lugar enquanto espaço-tempo, procurando identificar as transformações que se processam no seu interior, capazes de fazer surgir a Instituição de Ensino Superior. Isto significa perceber a região como expressão essencial da sua própria cultura e as implicações que geraram essas Instituições como fatores fundamentais para a busca dos elementos significativos que permitam identificar o movimento expresso na teia de relações, como forma de fazer emergir daí sua historicidade.

A dimensão essencial dessa análise, numa expressão espaço-temporal dessas relações, reside na compreensão de como a Universidade cria sua territorialidade, ou seja, como o território (região) é apropriado, na medida em que esta apropriação corresponde a um nível de produção social, no qual se refletem imagens diversas dessas produções. Isto se dá a partir das relações dos atores sociais e da produção do espaço mediatizado.

Com este intuito, adotaram-se procedimentos metodológicos de construção de uma análise histórico-fenomenológica, com base numa perspectiva interpretativa das idéias de Região, Universidade e Territorialidade, à luz dos pressupostos das geografias humanístico-cultural e interpretativa, cujos focos residem na identificação da apropriação simbólica de lugar e sua interpretação como meio de interação social. Desta forma, os eixos de interpretação estão: na geografia, sob os enfoques teóricos de espaço, região, território e territorialidade; na educação superior, com foco nas análises sobre o caráter conceitual da Universidade, suas funções,

estrutura, ações e políticas e na história, através da compreensão da formação histórica e social do espaço territorializado.

A operacionalidade do estudo reside no minucioso exame de fontes naturais (arquivos, documentos, relatórios, leis, atas) e não naturais (discursos, entrevistas, depoimentos) que refletem representações, valores, conceitos, atitudes, comportamentos dos atores sociais, e se constituem “[...] conjunto de enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 1997, p. 30).

A análise de conteúdo foi o recurso auxiliar para estabelecimento das análises dos instrumentos, tendo em vista constituir-se de um conjunto de técnicas que propicia a criação de núcleos interpretativos ou temáticos, em torno dos quais pode-se formar padrões de teias de relações interpretativas.

O trabalho foi estruturado para permitir um percurso através das topologias consideradas: Região, Universidade e Relações (**entre-lugar**), com vistas a apreender-se os resultados da pesquisa.

A tarefa que se pretendeu engendrar requereu um conhecimento dos fatores presentes nos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais e, ao mesmo tempo, um aprofundamento nos aspectos identificados como com maior capacidade de formar a estrutura dos processos que compõem a dinâmica de uma dada realidade. Para tanto, foi indispensável reconhecer a lógica contida nas relações global e local que determinaram as configurações que se desenharam ao longo desses processos.

## 1.1 OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

Entender como uma Instituição Universitária exerce suas funções em meio a uma realidade e de que maneira se expressa no âmbito da Comunidade onde está inserida, constitui-se tarefa de grande magnitude, uma vez que se delineia um amplo campo de análise na interpretação de suas relações, que incluem suas lutas e suas crises como também o empenho dessa Comunidade para erguer e conservar a Universidade como patrimônio cultural que lhe pertence.

A inserção de Universidades em contextos regionais coloca-se diante de preocupações de como entender o compromisso da Universidade com o seu meio e de interpretar o seu compromisso com valores como a universalidade do conhecimento que se põe, muitas vezes, em contraposição à necessidade de resoluções de problemas concretos do seu entorno.

A questão central do estudo encontra-se na reflexão de como se exercem as relações entre Universidade e Região e quais as contribuições efetivas da Instituição para realização do seu compromisso social. Busca-se entender de que forma uma Instituição tão complexa como a Universidade desempenha seu papel nas transformações às quais está submetida a sociedade (regional).

Partindo-se de uma perspectiva histórica, a idéia é conhecer o movimento da teia de relações que se estabelecem, onde o fundante é a historicidade do objeto: Universidade-Região. Para compreender o movimento dessa teia é preciso compreendê-lo no traço sincrônico, em cuja ênfase está a historicidade.

O contexto histórico, no qual se inserem estas reflexões, situa-se no cenário da expansão do Ensino Superior no Brasil, a partir da década de 1960, em que eventos que concretizaram o percurso das Instituições Universitárias brasileiras, nos

últimos quarenta anos, provocaram profundas transformações acadêmico-estruturais na Universidade e na Sociedade.

O pano de fundo que permeia as discussões engendradas centra-se nas políticas nacional e estadual de educação superior e sua inserção na política econômica global.

Observa-se, no discurso oficial e nos projetos do governo federal, a intenção de promover mudanças no sistema universitário nacional, em direção a novas formas de financiamento e relacionamento da Universidade com a Sociedade. Medidas restritivas com relação às dotações orçamentárias e contenção do crescimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm sendo tomadas, com reflexos visíveis no sucateamento físico e deterioração da qualidade acadêmica.

Essas propostas oficiais têm gerado profundo debate na sociedade e, de modo especial, na comunidade acadêmica, tendo em vista tratar-se de projetos que visam adequar o Sistema Educacional, em geral, e o Superior, em particular, às novas relações políticas, sociais, econômicas e culturais ao fenômeno da globalização e ao modelo político-econômico dominante, que requer novas formas de relação entre Estado e Sociedade.

Ao lado do modelo federal de Ensino Superior, que ora mostra sinais de desestruturação, cresceram modelos de organizações regionais apoiadas por poderes públicos estaduais e municipais, que encontram condições conjunturais e estruturais para sua afirmação institucional, tanto no panorama nacional como nas turbulências resultantes da adoção do novo paradigma global, com identidade local que favorece a efetividade de suas ações.

As Instituições Universitárias, identificadas com o perfil regional, ancoram-se em projetos de aportes para o desenvolvimento regional, baseando suas ações na construção do saber vinculado à realidade local e na melhoria das condições de vida das comunidades onde estão inseridas.

Partindo da proposição de que a Universidade Estadual de Santa Cruz foi criada e está em processo de expansão sob um quadro político de interiorização do Ensino Superior, justificando seu projeto acadêmico-institucional no desenvolvimento de sua região de inserção, traçando-lhe um perfil identificado política, econômica, histórica, social e culturalmente com a região onde está geograficamente instalada, pretendeu-se investigar:

como se estabelecem as relações entre **Universidade** – com ênfase numa situação particularizada, através do estudo da Universidade Estadual de Santa Cruz - e **Região** onde está geograficamente instalada, considerando a territorialidade desempenhada pela Instituição em sua área de abrangência?

As relações que constituem o objeto de pesquisa do presente trabalho referem-se à teia que se estabelece política, econômica, histórica, social e culturalmente, na dinâmica do exercício do papel que a Instituição exerce no seu meio, expresso nos seus propósitos, respaldados em valores e padrões culturais e compromissos políticos, econômicos e educacionais.

Uma possível resposta à questão proposta, norteadora da presente investigação, é que as relações Universidade-Região se estabelecem sob jogo de poder e hegemonia, por razões político-econômicas, que se constroem histórica, social e culturalmente, em um movimento circular de retroalimentação.

Não se pretende, aqui, discutir as questões internas, de ordem técnico-administrativa e pedagógica das Universidades, mas os seus desdobramentos



sociais. O trabalho pretendeu deter-se numa análise de onde o movimento da teia de relações deverá ser captado como expressão da historicidade do objeto, através dos cortes sincrônicos.

O interesse do trabalho é discutir os desdobramentos exercidos por determinada Instituição Estadual de Ensino Superior, decorrentes do exercício de suas funções, enquanto organismo social que se insere no contexto que lhe deu origem, tanto histórica quanto culturalmente, patenteando sua vinculação aos anseios e necessidades do seu meio. Esse papel social é considerado como "espaço de relações" no sentido dado por Bourdieu (1989, p. 137) "o qual é tão real como o espaço geográfico, no qual as mudanças se pagam em trabalho, em esforços e sobretudo em tempo."

## 1.2 JUSTIFICATIVA

No processo de instalação de Instituições Universitárias em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico.

Quando instalada em determinada região, a Instituição Universitária ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto local (econômico, político, cultural e histórico). Neste movimento, as Instituições assumem importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento relacionados a questões específicas dos diferentes espaços regionais.

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no

desenvolvimento socioeconômico, dadas suas características como Instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas.

Nesse sentido, a região de influência contribui sobremaneira para a sustentação das ações da Universidade, à qual cabe a função precípua de articulação entre o saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana.

À Universidade cabe a tarefa de conferir substância e consistência à idéia de universalidade, nutrindo-se das nuances das realidades particulares correspondentes à heterogeneidade de condições em que os homens histórica, econômica, política, cultural e socialmente se estabelecem. Admite-se, com isto, que a Universidade está plantada nas diferentes experiências vividas pelo homem, que formam o conjunto das experiências sociais.

Nesse sentido é que a região, entendida como uma dimensão particular da realidade, é recortada, a fim de que o conhecimento consubstanciado nas experiências seja universalizado.

Dentro desse modelo de Universidade situa-se, no Brasil, a maioria das Instituições estaduais e municipais de Ensino Superior, que tem como característica comum projetos acadêmico-institucionais que buscam o desenvolvimento regional, através de suas atividades voltadas para situações específicas das respectivas regiões.

Ampliar o foco das discussões sobre a crescente importância das Instituições Regionais e seus resultados em aportes para o desenvolvimento regional, não reduz a problemática da educação superior a situações locais, nem diminui a urgência de

se encontrar soluções para os grandes e estruturais problemas enfrentados pelo Ensino Superior no país.

As Universidades Estaduais da Bahia que adotaram o modelo de "Universidade Regional" representam, hoje, tanto no panorama político-geoeconômico, com inserção de unidades em todas as regiões, como no lugar que ocupam no desenvolvimento do Ensino Superior do Estado, que conta com apenas uma Universidade Federal, um dos mais importantes e dinâmicos papéis, traduzindo-se na formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisas e tecnologias para carências regionais específicas.

A Universidade Estadual de Santa Cruz, apesar de ser a mais recente entre as Universidades Estaduais da Bahia, traz em sua história o marco de ser a primeira experiência de Ensino Superior no interior do Estado, quando da implantação das escolas isoladas em 1960, de iniciativa privada, e com uma trajetória permeada de acontecimentos, com forte participação da comunidade regional onde está inserida, criando sentimento de pertencimento recíproco.

Tendo sido partícipe desse processo, experimentando junto às comunidades acadêmica e regional todos os sentimentos nos passos da conquista da Universidade, a autora desta pesquisa, inicialmente como aluna e posteriormente como professora, esteve envolvida com as mudanças implementadas nas diferentes fases da Instituição, nas mudanças dos seus projetos e objetivos, assistindo à sua ampliação no seu raio de ação. Este imbricamento das histórias de vida pessoal e institucional fez emergir a consciência de um compromisso social, corroborando a necessidade de maior aprofundamento nas reflexões sobre este processo.

## 2 ABORDAGEM TEÓRICA

A propósito do referencial que fundamenta a construção deste trabalho, alguns eixos norteadores orientaram as escolhas de conceitos, princípios e procedimentos de análise, nos quais pautaram-se as discussões dos resultados empíricos.

Pretendeu-se entender, com esta pesquisa, como se estabelece a teia de relações entre uma Instituição complexa como a Universidade (dentro de uma diversidade acadêmica) e sua área de inserção, numa perspectiva de poder (econômico e político).

Com esta intenção, fez-se um cotejamento das reflexões de alguns autores que introduziram conceitos para a compreensão do fenômeno, através das quais buscou-se fazer os recortes necessários nos limites da proposição deste trabalho.

Inicialmente, partiu-se da premissa de que a Universidade, componente da estrutura social, interage com seu entorno, nos termos da hipótese formulada por Bakhtin (1987) de que há um relacionamento circular feito de influências recíprocas entre culturas (dominantes e subalternas), e que, como comenta Ginzburg (1998, p. 21) "Portanto, temos, por um lado dicotomia cultural, mas por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e hegemônica [...]".

Nessas circunstâncias, as relações Universidade-Região são exercidas em movimento circular de retroalimentação, onde a Universidade é produto e, ao mesmo tempo constrói a dinâmica dos processos sociais regionais.

Na interpretação desse movimento está a historicidade como elemento de compreensão da dinâmica sincrônica, de desenvolvimentos desiguais, que se manifestam no movimento diacrônico da história. Assim, "[...] epistemologicamente a historicidade do objeto é necessária para se ter a história do objeto, [...] o que é fundamental para o conhecimento sincrônico estrutural e diacrônico do mesmo objeto", conforme define Serpa (1991, p. 45).

Esta interpretação permite perceber as modificações operadas na correlação de forças na história em processo e o papel das Instituições como agentes históricos ativos. Na história em processo é possível identificar as transformações operadas na sociedade e nas relações entre essa sociedade e suas organizações. A Universidade, como um dos elementos da organização cultural da sociedade, ajusta-se às novas necessidades desta. Conforme Prigogine (1996, p.13), esses processos podem ser interpretados como eventos, que não são dedutíveis das leis, mas atualizam as suas possibilidades.

Admite-se como pressuposto a concepção da realidade como “totalidade concreta”, proposta por Kosik (1995, p. 41-51), a qual é interpretada como totalidade histórica, tendo o homem como produtor e produto da realidade objetiva e das relações sociais, instituições e idéias.

No quadro dado pelos fatores objetivos, atuam de forma determinante os sujeitos coletivamente organizados, mediados por instituições e organizações específicas. Por essa razão, o estudo das relações entre Instituições de Ensino Superior e seu entorno leva em consideração o pressuposto de que esta é parte do

todo social mais ampla, em processo de desenvolvimento. Trata-se, em princípio, de explorar as formas como se estabelecem as contradições no interior do todo, confrontando-se visões de mundo e interesses de grupos, situando posições hegemônicas, lutas sociais específicas e instâncias de decisão, seja no nível econômico ou político, seja na trama que envolve outros níveis.

Para tanto, ao invés de se adotar uma perspectiva de Instituição Universitária como ponto focal, tomou-se a noção de **campo**, no sentido dado por Bourdieu, aplicada às relações desta com o espaço regional, onde forças variadas inter e intra-relacionadas se estabelecem, constituindo-se um espaço de várias dimensões, descrito como um **campo de forças** ou seja, "[...] como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo [...]" (BOURDIEU, 1989, p. 134).

Para Bourdieu, o campo é um universo complexo de relações objetivas de interdependência entre subcampos ao mesmo tempo autônomos e unidos organicamente. Diz respeito a uma população, ou seja, a um conjunto de agentes suscetíveis de serem submetidos a partições reais e unidos por interações ou ligações reais e diretamente observáveis. O campo é um universo que tem sua especificidade e sua dinâmica próprias. Na medida em que a sociedade avança, ela se diferencia em universos separados: os campos.

Daí, o estabelecimento de diversos campos: "campo de poder", "campo econômico", "campo social", "campo político" etc., onde forças de dominação estão em jogo. A articulação entre os campos se dá através da disputa do capital cultural, traduzido em poder simbólico (CASTRO, 1995).

Dentro desses pressupostos, importa identificar os grupos que interagem nesses campos, como se configuram as complexas relações na visão,

representações, valores e conceitos dos sujeitos que as compõem e como se desenvolvem as relações de poder (político e econômico) mediadas pelas ações infra-estruturais na implantação e expansão das unidades de Ensino Superior.

Michel Foucault foi o autor que levantou possibilidades do encaminhamento explicativo a essas questões, “descortinando” todo um cenário no qual as relações de poder se produzem. Para entendê-las, buscou-se nas suas digressões “arqueo-genealógicas” a base conceitual e metodológica para as análises desta investigação.

A “arqueologia” fornece os elementos metodológicos com os quais Foucault estruturou um *corpus* definido a partir de discursos, capaz de localizar a origem do saber contemporâneo e identificar a ruptura entre a *epistème* clássica e a moderna nos discursos contidos nas diferentes ordens do saber.

Eizirik (2002, p. 31-32) comenta que o autor usou a palavra “arqueologia”, em vez de “história”, para designar um tipo de análise que estava fazendo, em que se preocupava com a dessincronia entre uma idéia e a constituição dessa idéia em objeto de conhecimento, mas a arqueologia se fundou na prática histórica e é um método forjado pragmaticamente para lidar com problemas específicos colocados pela história do pensamento, que se origina primariamente das lutas concretas para a compreensão histórica, além de se constituir em uma técnica para revelar como as diversas disciplinas desenvolvem normas de validade e objetividade.

Foucault chegou a admitir que sua construção teórico-metodológica pode confundir-se com uma “Fenomenologia Histórica”, pois busca a origem, os *a priori* formais e atos fundadores, mas a “arqueologia” deve ser considerada como análise do conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade de um discurso.

Na arqueologia, Foucault privilegiou a análise dos diversos níveis do discurso, apresentando-a como um sistema de relações, considerando os objetos dos quais eles tratam, os enunciados, os conceitos e as estratégias ou temas.

A “genealogia” constitui-se da tática que procura acoplar o conhecimento com as memórias locais, permitindo “[...] a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas temáticas atuais” (FOUCAULT, 1999, p. 171).

O que o autor chama de genealogia é, no seu próprio dizer,

Uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 1999, p. 7).

As razões da interdependência e complementaridade na trama das relações - que são estabelecidas entre Instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas e técnicas -, devem-se a uma articulação entre as relações de poder - relações primárias ou reais - e as relações de desejo e produção - relações secundárias ou reflexivas. É essa articulação que propicia as relações propriamente discursivas - a emergência histórica dos conjuntos de regras (FOUCAULT, 1997, p. 51-53).

O saber é o suporte epistemológico do poder em que as Instituições se originam, sejam Instituições sociais ou acadêmicas. A questão metodológica, que se registra na genealogia do poder, coloca em foco a análise dos saberes que vão se constituindo e se transformando, e a condição que estes saberes exercem nas relações de poder.

É, portanto, nas relações de poder, entendidas como relações de força, que atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nas Instituições, que Foucault introduz a idéia de que o poder constitui-se de ações e não de forma, conforme



assinala Deleuze (1988, p. 78): “[...] o poder é feito de forças, relações de forças [...] é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas [...]. Ele é força, e relação de força e não forma”.

É dentro dessa natureza relacional, inerente ao funcionamento do poder, que as relações se encontram em enfrentamento constante, emanado de uma rede que permeia todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, família, fábrica, vila operária etc.). Nesse sentido é que a instalação de Instituições Universitárias em determinados contextos, mobiliza toda uma rede de interesses que coloca em confronto os múltiplos focos do tecido social.

Além de possibilitar o confronto das forças políticas para instalação e expansão de Instituições Universitárias em contextos regionais, essa articulação remete a manobras e jogos que são inerentes à emergência histórica dos conjuntos de regras, como produtos de múltiplas coerções. Pela sua emergência na trama das relações, esses conjuntos de regras dirigem, interdependentemente e complementarmente, as diversas posições dos sujeitos sociais.

Daí, é que, para Martin-Baró, (*apud* MACEDO, 1998, p.276):

[...] a análise do poder requer o exame de seus quatro aspectos constitutivos: a relação entre os atores, seus respectivos recursos, os objetivos e interesses que perseguem e o efeito histórico que produzem tanto nos atores como em sua relação.

Esses elementos foram trabalhados por Foucault em sua analítica do poder, numa perspectiva de funcionamento como rede de dispositivos ou mecanismos.

Não existe em Foucault uma teoria geral do poder, mas uma analítica do poder, segundo sua própria concepção, capaz de dar conta de seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas. Suas análises

não consideram o poder como uma realidade que possui essência e natureza. Para ele, o poder é uma relação de forças, não é um objeto natural, uma coisa, é uma prática social construída historicamente. Nesse sentido é que "[...] o [grifo do autor] poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder, o que significa dizer que o poder é algo que se exerce [...] não é uma coisa, mas uma relação" (FOUCAULT, 1999, p. XIV).

Na verdade, o poder em Foucault trata de um conjunto de regras metodológicas que configuram muito mais um modo de abordagem e um objetivo de pesquisa, conforme destaca Barbosa (1999), sobre o objeto das problematizações do autor, referente à questão do poder, apresentando uma perspectiva inovadora em *As milhas do poder*, referindo-se a “poderes”, numa diversificada forma de dominação (FOUCAULT *apud* BARBOSA, 1999, p. 23):

Poderes, quer dizer, formas de dominação, formas de sujeição, que funcionam localmente, por exemplo, na oficina, no exército, numa propriedade do tipo escravista ou, numa propriedade onde há relações servis. Tudo isso são formas regionais de poder, que tem seu próprio modo de funcionamento, procedimento e técnica. Todas essas formas de poder são heterogêneas.

Nesta concepção, o poder se exprime como relação de forças complexas e estratégicas, constituindo-se dispositivos que se dão em todo e qualquer lugar, a qualquer momento, entre indivíduos, instituições, saberes, procurando objetivar os sujeitos individuais ou coletivos em uma sociedade.

A partir de uma nova concepção de tempo-espço, Foucault conduz à possibilidade de se pensar no poder como relacionamento de forças, como mobilizador de matérias e funções não estratificadas, como comenta Deleuze (1988, p. 81):

Ao mesmo tempo locais, instáveis e difusas, as relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante" de um ponto a outro "no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção e resistências.

Na dinâmica espaço-temporal reside o ritmo dos processos que, atualmente, coexistem com a multiplicidade de diferentes velocidades e resulta em múltiplas temporalidades, constituindo-se na questão política, pois, como comenta Santos (2000, p. 125), em alusão à interpretação da história, que não pode ser deixada ao entendimento imediato do fenômeno técnico:

A eficácia da velocidade hegemônica é de natureza política e depende do sistema socioeconômico e político em ação. Pode-se dizer que, em uma dada situação, tal velocidade é uma velocidade imposta ideologicamente.

As práticas concebidas em micro políticas, num espaço regional, inserem-se numa rede de maior amplitude com movimentos de diferentes dimensões, proporcionando acontecimentos, ao mesmo tempo momento de uma trajetória e resultado do processo.

Na microfísica do poder, o campo de validade não pode reduzir-se a quem restringe, a quem proíbe ou a quem obriga, como se fosse uma propriedade, passando a ser encarado por Foucault como estratégias, disposições, manobras, táticas, técnicas de funcionamento. O poder passa por relações, está nas relações, "o que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade" (FOUCAULT, 1999, p.175).

Para compreender como se comportam as relações de poder existentes entre Universidade e lugar, ou como a Universidade cria sua territorialidade, enfrenta-se o desafio de buscar na geografia conceitos e análises, sob a consideração de que a localização geográfica constitui-se um importante indicador da inter-relação existente

entre fatores que particularizam as Instituições Universitárias, quando analisadas nos seus contextos locais, porque a "Universidade precisa ter um compromisso explícito com o mundo, com o tempo – no seu tempo, com o espaço – no seu espaço" (BARRETO, 1997, p. 9).

Inicialmente, busca-se compreender o conceito de “lugar”, que se constitui de uma topologia referente ao espaço ocupado. Do ponto de vista antropológico, numa digressão de Augé (1994, p. 51-53), o lugar é a construção simbólica do espaço, princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa; tem como característica o fato de ser identitário, relacional e histórico, a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, define-se por uma estabilidade mínima.

Em oposição ao lugar, o autor trabalha a concepção de outra topologia, o “não-lugar”, que seria a expressão espacial da modernidade, denominada de “supermodernidade”. Como arquétipos de “não-lugares” estão os equipamentos contemporâneos necessários à circulação de pessoas e bens (aeroportos, grandes centros comerciais, entroncamentos etc.). As distinções entre os dois conceitos são assim colocadas:

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (AUGÉ, 1994, p. 73).

Por outro lado, o espaço das relações é definido por Serpa (2000; 2004) como um “entre-lugar”, que se expressa pela constituição de agenciamentos e novas configurações em redes, portanto horizontais, cujas conectividades geram novos

espaços, reflexivos, numa dimensão estético-político-cultural. “O entre-lugar está no contexto da convivência, ou ‘inter-contexto’ com outros seres ou grupos de seres” (SERPA, 2004, p. 250).

A centralidade deste estudo está, pois, na compreensão de como se estabelece a interação entre os lugares Universidade e Região, em um espaço de relações (os **entre-lugares**), de modo a perceber-se a territorialidade do ensino superior no espaço (região), onde está inserida a instituição universitária.

A territorialidade, um dos fatores essenciais das identidades, manifesta-se na apropriação do território histórica, econômica, social e culturalmente, por indivíduos ou grupos sociais, como entendido no âmbito da geografia cultural:

A história do grupo do qual fazem parte está ali, nas lembranças das batalhas, nos monumentos herdados do passado e no conjunto das histórias e das lendas que dão um sentido ao destino coletivo (CLAVAL, 1999, p. 90).

Entretanto, a materialidade da regionalização, como objeto das heterogeneidades particulares da sociedade, remete à noção de que a territorialidade é tida como uma atividade, nos termos da concepção de Michael Storper (1994, p.13):

[...] quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm.

A identificação da territorialidade passa pela consideração de três elementos, conforme admite Soja, (*apud* RAFFESTIN, 1993, p.146): senso de identidade espacial, senso de exclusividade e o compartilhar de interação humana no espaço.

O autor trata a territorialidade como um fenômeno comportamental associado à organização do espaço em esferas de influências ou territórios claramente definidos, distintos e exclusivos. Nesse campo de análise insere-se o entendimento do lugar como um ***meio de interação social***, tratando-se de uma visão política da região com base na idéia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas.

Utilizando-se de elementos da analítica do poder de Foucault, Raffestin (1993) chama a atenção para a necessidade de se distinguir entre estratégias e táticas na análise das relações que os atores do lugar estabelecem entre si tendo em vista que o espaço é a expressão particular de ordens de relações que o traspassam: ordem da propriedade, dos objetos de uso coletivo, ordem política e econômica, todas resultando em arranjos históricos e alvos de rearranjos, a depender das relações de força que os atores sociogeográficos estabelecem entre si.

É neste contexto que a região pode ser entendida como determinação local ou como território onde os indivíduos e instituições se integram no tempo e no espaço (BEZZI, 1996, p. 241).

Uma outra dimensão da análise, no âmbito da geografia contemporânea, leva em consideração os aspectos humanísticos e culturais cujo foco reside na identificação ou apropriação simbólica do lugar que remete aos seus aspectos identitários. Tal dimensão é trabalhada pela geografia cultural sob o entrelaçamento resultante da convergência teórica e metodológica das disciplinas humanísticas tais como história, filosofia, estudo das línguas e ciências sociais, as quais sustentam o amplo campo dos estudos culturais.

Sob essa abordagem, as relações espaço/lugar e tempo expressam as conexões íntimas entre a geografia cultural e histórica “[...] por causa do significado global contemporâneo daquilo que podemos chamar de cultura no tempo” (COSGROVE, 1999, p. 19).

As implicações dessas dimensões levam à complexidade dos processos econômicos atuais e das desigualdades geradas, refletidas na distribuição espacial das Instituições Estaduais de Ensino Superior da Bahia.

A região passa então a ser “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Nesta perspectiva, o autor aborda não só o território, mas, especificamente, o território a partir da apropriação e materialização dos projetos das diversas relações vigentes num determinado espaço.

Para o autor, só pelo fato de ocupar e delimitar a base territorial, não se denota a territorialidade. Para que esta seja estabelecida, é necessária a análise das relações dos atores sociais, onde a territorialidade será:

[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Por essa razão, Santos (1997a, p. 45) afirma que "Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc. com seus mais distintos níveis de contradição".

A idéia de região, pois, extrapola os domínios da geografia conforme comenta Castro (1994, p.161): "A preocupação com a região, enquanto problema de investigação, [...] deriva das suas possibilidades explicativas dos processos de transformação do espaço e dos atores mais destacados das mudanças".

Considerando a complexidade da realidade diante do particular que se articula com o geral e da unidade contida no todo é que se admite que a universidade encontra na região o motivo de sua existência, e sobre o lugar exerce o seu saber, o seu fazer e o seu poder.

## 2.1 REGIÃO: UM ESPAÇO EM DISCUSSÃO

A instalação de uma Instituição Universitária em determinado lugar ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, além de ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico e de qualificar os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional, além de desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional.

Ico e Fialho (2000, p. 114-116) discutem que:

A universidade, que em muito contribuiu para o avanço da ciência e da tecnologia – as quais servem, inclusive de sustentação direta para o atual padrão de desenvolvimento – tem, diante de si, desafios ainda maiores como os de lidar com os efeitos que o próprio desenvolvimento vem imprimindo sobre a vida social, o meio ambiente e as pessoas.

Assim, além de encontrar caminhos que promovam transformações em direção à melhoria da qualidade de vida das sociedades, às Universidades cabem



atribuições de articulação entre saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana. A multiplicidade de funções exige das Instituições Universitárias sua adequação a dinâmicas sociais específicas de cada localidade.

A articulação entre Universidade e contexto regional remete à consideração de que a localização geográfica constitui-se um importante indicador da inter-relação existente entre os fatores que particularizam as Instituições Universitárias, quando analisadas nos seus contextos locais. O desafio está em encontrar formas de análise que dêem conta dessa complexidade, considerando a materialidade do objeto de estudo.

A materialidade da regionalização, entretanto, como objeto das heterogeneidades particulares da sociedade, no que permite ao conhecimento vislumbrar teorias originais com validades universais, remete a dificuldades no delineamento das categorias a serem consideradas, frente ao caráter multifacetário da configuração espacial, na sua construção histórica, conforme discute Carlos (1996, p. 46).

A paisagem não é só produto da história; ela reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer, do beber, enfim, do viver. Como determinar as diferenciações que existem a partir de cada elemento da relação entre os membros da sociedade? Como articular o “novo” e o “velho”, o “rico” e o “pobre”, o “singular” e o “universal”?

Essas questões têm desafiado estudiosos de diferentes correntes ao longo da história do conhecimento geográfico, que vêm promovendo amplo debate acerca da construção do conceito de Região, submetido a profundas transformações sob

diversos enfoques epistemológicos, resultando em amplo leque conceitual do fenômeno regional.

A diversidade literária no estudo da região veio impor à pesquisa a necessidade de delimitação no campo específico a ser trabalhado. Neste sentido, o critério de escolha do *corpus* que compõe a base teórica do estudo é pontuado historicamente. Assim é que se buscou fazer uma síntese historiográfica do conceito de região.

Por essas razões, no debate acadêmico que se estabeleceu sobre a existência de regiões, diversas concepções são postas para significar realidades regionais subjacentes.

No presente trabalho, buscou-se situar conceitualmente os tipos de regionalização utilizados para delimitação do espaço local e a compreensão das noções fundantes dos diversos termos de domínio interpretativo da geografia e, posteriormente, a articulação analítica desse *corpus* com a emergência de universidades em determinados espaços.

### **2.1.1 A região e suas significações**

A idéia de região, sob qualquer conteúdo que lhe seja conferido, relaciona-se com a noção de espaço. A polissemia da palavra permite uma intrincada rede de sentidos apropriados em diferentes acepções, em diversas áreas do conhecimento ou em diversas situações da existência. Entretanto, para compreensão das análises aqui desenvolvidas, o “espaço geográfico” é entendido, como se refere Corrêa (2001, p.15), como uma expressão que está “associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada pela sua natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização”.

Concordando com Rosa Godoy Silveira, a conceituação de Milton Santos dá a atual dimensão do significado de espaço, que alia à visão topológica a dimensão temporal para significar a representação do conceito, para o qual:

O Espaço como espaço social, produto da ação humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga de inerente historicidade possível de ser construída, na medida que é instância de determinação no movimento do real, de transformação deste último, em outras palavras, de determinação na História a ser construída (SILVEIRA, 1990, p.28).

Estudiosos admitem que a troca da atividade humana nômade para localizada constitui-se a primeira ligação estável do homem com o espaço que o circundava. Esta importante alteração na relação do homem com a natureza possibilitou-lhe a transformação do cenário natural para um cenário construído.

Leite (1994, p.14) atribui à percepção da diversificação dos lugares, que implica em desenvolvimento de técnicas utilizando recursos disponíveis em determinados lugares, o início do processo de regionalização. Para o autor, “o processo de diferenciação de áreas, ou regionalização, inicia-se mediante contatos comerciais, migrações e conquistas”.

As transformações das atividades desenvolvidas pelo homem, entretanto, trouxeram a necessidade de modificação das conceituações de região, tendo em vista a crescente complexidade dessas atividades, mediante avanços culturais, científicos e tecnológicos incorporados aos sistemas de produção e nas mudanças dos arranjos organizacionais experimentados por diversos grupos sociais, ao longo do tempo.

A concepção de região na história do pensamento geográfico, portanto, tem sido submetida a estruturais mudanças em função dessas transformações que ocorrem no mundo e fazem com que os conceitos sejam repensados no sentido de se aproximarem mais da interpretação do real.

A partir da noção de espaço produtivo das primeiras civilizações, ligada ao ritmo da natureza, a noção evoluiu da concepção de espaço estável, limitado às possibilidades dos seus territórios, para uma noção que concebia o controle das estruturas instaladas em centros, onde se produziam intercâmbios, em decorrência dos fluxos de comércio. Leite (1994, p. 16) assinala que “[...] em Roma, a diversificação das relações com o entorno, que resultou do intercâmbio comercial, terminou por criar a base de uma estrutura espacial regionalizada”. Assim, o processo de diferenciação de áreas iniciou-se mediante contatos comerciais, migrações e conquistas.

A emergência da noção de região deu-se no Império Romano, quando a necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial exigiu a segmentação do espaço. Essa necessidade histórica, segundo Balbim (1996), identifica a região como uma funcionalização do poder, que surge como um ato político.

A questão é retomada na primeira aproximação sistemática do conceito, que foi apresentada no séc. XVIII, com o surgimento do Estado Moderno, cuja legitimação se deu a partir de uma união regional e nos fundamentos da então criada ciência geográfica, quando geógrafos consideraram as bases políticas como inadequadas para a descrição do espaço e buscaram áreas “mais naturais”.

A região natural, conceito abarcado pela corrente determinista ambiental, é aquela em que “[...] as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação de temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem interferindo na sua capacidade de progredir” (CORRÊA, 1995, p.9). Esta concepção baseia-se na idéia de que unidades espaciais podem ser reunidas em decorrência de determinadas características uniformes – geográficas,

econômicas ou sociais - que levam à designação de “regiões homogêneas”, determinadas em torno de fatores geográficos (como a predominância de determinados recursos naturais, topografia e clima), de estruturas econômicas (produção semelhante, padrões homogêneos de consumo, distribuição similar de força de trabalho) ou incluir variáveis como atitudes sociais uniformes, uma identidade regional ou concepção política semelhante.

Essa visão tradicional entende também a região natural como

parte da superfície da terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada uma dessas partes (CORREA, 1995. p. 22-23).

Neste quadro epistemológico, Ratzel, precursor dessa corrente, atribuía as desigualdades regionais às condições geográficas, conforme assinala Brito (1986, p. 2): “[...] os povos possuem em graus variados o ‘sentido do espaço’ o que torna alguns deles particularmente aptos à expansão, enquanto outros se mantêm inaptos”.

Ao determinismo geográfico de Ratzel, opunha-se, na França, século XIX, Vidal de la Blanche, defensor da corrente “possibilista”, baseada no conceito de “gênero de vida”, que focaliza as relações entre a natureza, fornecedora de possibilidades para que o homem a modifique, e a ação desse agente no seu meio, com seu acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitem utilizar os recursos naturais disponíveis. Nesta concepção, o homem é o principal agente geográfico.

A região, na visão Possibilista, conforme Corrêa (1995, p. 27), “[...] é, sem dúvida, uma região humana vista na forma de geografia regional que se torna seu próprio objeto. A região considerada é concebida como sendo, por excelência, a

região geográfica”. Nestas circunstâncias, a região seria uma escala de análise, uma unidade espacial de individualidade com relação às suas áreas limítrofes.

Outras contribuições de estudiosos da Inglaterra, Itália, Suécia e Estados Unidos tiveram papel preponderante no desenvolvimento do pensamento geográfico e no estabelecimento do quadro teórico sobre as questões regionais.

O italiano Ricchieri, reagindo ao abuso na identificação das bacias fluviais com as regiões naturais (processo largamente utilizado no séc XVIII por inspiração de Felipe Buache e Lacroix), procurou conciliar as divergências promovidas por diferentes especialistas (geólogos, botânicos, climatologistas etc.) e propôs estabelecer o processo sob as seguintes bases: a região natural geográfica seria “*elementar*”, quando baseada em um só fenômeno, podendo ser geológico, morfológico, hidrológico, climático ou botânico; seria “*complexa*”, compreendendo áreas sobre a qual se superpunham várias regiões elementares, ou “*integral*” formada por conjunto de regiões complexas (ANDRADE, 1987).

Já o inglês Percy Roxby, segundo o mesmo autor, tinha tendência de focalizar o econômico, enquanto a corrente americana adotava a divisão privilegiando elementos físicos e desprezando influências dos fatores humanos. O sueco Rudolf Kjellen, conforme Brito (1986), retoma as idéias de Ratzel e elabora a geopolítica, para a qual o mais importante são: o povo (demopolítica), o modo de utilização do espaço (ecopolítica) e a estrutura social do Estado (sociopolítica).

Balbin (1996, p. 162) discute que vários geógrafos, sobretudo os russos, acentuaram a necessidade da ordem hierárquica na definição e uso do conceito de região, inferindo que a análise estática, que permite o uso dos modelos hierárquicos, permite apenas a descrição de uma paisagem, lembrando uma taxonomia. Assinala, ainda, que o “Método Regional”, proposto por Hartshorne, busca superar essa

característica por oferecer estudar as diferenças regionais como objeto particular da geografia.

O Método Regional diferencia as áreas a partir da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da Terra (corologia), evidenciando a necessidade de produzir um conhecimento sintético sobre diferentes áreas da superfície terrestre. A região, sob esta concepção, não passa de uma área que mostra em sua unicidade, o resultado da integração da natureza única de fenômenos heterogêneos.

No início do século XX, a escola francesa desenvolveu o conceito de *pays* que tinha como principal característica o modo de vida de determinadas localidades. Grigg (1973, p. 7) diz que os *pays* “[...] eram, na maior parte, rurais, intocados pela industrialização, ainda pouco afetados pela revolução dos transportes e essencialmente locais. Existiam economias distintas caracterizadas pelos estilos de construções populares, particularmente maneiras de explorar fazendas e características de povoação”.

Segundo o mesmo autor, em 1916 Herbertson sugeriu que as regiões naturais podiam ser usadas como base para o estudo das sociedades, ou seja, a região geográfica seria a área em que a sociedade se ajustara ao ambiente físico e onde havia, em conseqüência, homogeneidade de características físicas e culturais.

Após a Segunda Guerra, nos meados da década de 1950, sob a dinâmica da nova fase de expansão capitalista, nova divisão social e territorial do trabalho é considerada, promovendo a dissolução de regiões anteriores à guerra, e a ação humana constrói novas formas espaciais: rodovias, represas etc., sob o signo da mudança no conteúdo e nos limites espaciais. Nesse cenário, o papel ideológico da “Nova Geografia” buscou justificar a expansão capitalista e valorizar as

transformações que afetaram gêneros de vida e paisagens, através do discurso do desenvolvimento.

Isso porque as mudanças históricas apontaram novas direções alternativas ao positivismo na geografia: o intervencionismo crescente do Estado, utilizando o planejamento econômico, cujos componentes incluem o planejamento territorial, a mundialização da economia, a renovação das ciências e do pensamento filosófico. Do conjunto, foram geradas a Geografia Pragmática (Nova Geografia) e a Geografia Crítica.

A Geografia Pragmática estabeleceu-se em resposta à necessidade de difusão do sistema de planejamento do Estado Capitalista. Sob essa ótica, a região era vista como criação intelectual balizada por propósitos específicos, como sistema abstrato de fluxos, cuja dinâmica era dada pela ação do planejador.

A Nova Geografia, conhecida também como Geografia Teorética ou Geografia Quantitativa, por utilizar técnicas estatísticas e outros meios, é uma vertente influenciada pela economia neoclássica, e é calcada numa abordagem locacional, fundamentada no positivismo lógico. Considera a região como um caso particular de classificação, a partir do emprego de técnicas estatísticas, desenvolvendo o conceito de organização espacial entendido como *padrão espacial* resultante de decisões locacionais. Esse enfoque, largamente utilizado em planejamento regional, permite estabelecer *regiões homogêneas* e *regiões funcionais*. A região seria um subsistema do sistema nacional e é dessa interpretação que emerge a nomenclatura dos “desequilíbrios espaciais”.

“A região, neste novo contexto, é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORREA, 1995, p. 32).



Foi sob essa concepção que se desenvolveu a teoria dos “pólos de desenvolvimento”, largamente utilizada por diferentes esferas de governo, nos seus Planos de Ação.

A contribuição de F. Perroux, para a criação da “região econômica”, considera as digressões dessa corrente, quando admite que o conceito econômico de espaço possa ser encarado como conteúdo de um plano, como campo de forças e como conjunto homogêneo, gerando três tipos de regiões econômicas: a “região plano”, que é um instrumento na mão de uma autoridade e resulta do arbítrio humano, uma vez que o espaço é submetido a uma decisão; a “região polarizada”, que resulta da interdependência de várias áreas, sob influência da irradiação comercial das aglomerações urbanas, e a “região homogênea”, que corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes que a constitui apresenta características que as aproximam umas das outras (ANDRADE, 1987).

A teoria das regiões nodais e dos pólos de crescimento estabelecem relações entre espaços em um sentido unilateral de dominação, com o espaço polarizador. A região, nessa concepção, segundo o mesmo autor, organiza-se em torno de um centro, que pode ser chamado de “pólo” ou “nó”, que não só polariza em torno de si, como domina e orienta a vida econômica da sua área de influência.

Por outro lado, como a região não pode ser considerada uma área isolada, também sofre uma relação de dominação com as instâncias superiores nos planos financeiro e político, tendo em vista que, no plano administrativo, se constitui um nível intermediário entre o poder central e os organismos locais. Ela é o quadro territorial onde se aplicam as decisões dos planos de ação.

Nas décadas de 1970 e 1980, estudiosos consideraram a necessidade de repensar o conceito de região sob uma articulação dos modos de produção, através

das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, por meio das relações entre Estado e sociedade local, ou então introduzindo a dimensão política. O quadro teórico que dá respaldo às análises é a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, de Trotsky, sob a nomenclatura de Geografia Crítica.

A geografia crítica incorpora as premissas do materialismo dialético e histórico e propõe um conceito de região que seja capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens ao longo da história, em determinado espaço (SILVA, 1990).

Com a contribuição dos estudos de Yves Lacoste, que considera as regiões como espaços políticos concretos por excelência, toma corpo o novo enfoque de valorização do espaço que é avaliado pelas determinações das relações de produção. Sob esse enfoque, calcado no materialismo histórico e na dialética marxista, a região é vista como “relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais [...] onde a organização espacial constitui parte integrante de uma dada sociedade” (CORRÊA, 1995, p. 21).

Nessa concepção crítica,

[...] o conceito de região é articulado à luz dos modos de produção ... através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, ... por meio das relações entre Estado e a sociedade local; ... ou então, introduzindo a dimensão política (CORRÊA, 1995, p. 41).

A corrente humanística, segundo Leite (1994, p. 26), defendia que o conceito de região vai além da descrição de padrões espaciais, procurando ver relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos que modelam grupos sociais. Assim, a região é formada “por articulações específicas entre diversas variáveis como: população, seus ritmos e classes, as atividades, seus ritmos e

classes, a base fundiária, as estruturas de capital e trabalho, os processos de comercialização, etc.”.

Já a geografia cultural centrava suas preocupações nas análises das formas que a cultura de um povo cria na organização do seu ambiente. Para Carl Sauer, precursor dessa corrente, entre o homem e a natureza se estabelece uma relação cultural, que também é política, técnica etc.

Nessa perspectiva, “a região seria uma categoria espacial e socialmente diferenciada que responde diretamente às necessidades de reprodução cultural da sociedade” (LEITE, 1994, p. 24).

Fleming (1994) discute que estudiosos não geógrafos também podem fazer movimentos para identificação da área, sem se deter nos rituais culminantes da confecção de fronteira, em face do seu interesse mais na essência ou espírito da região que nas suas fronteiras. Em virtude dessa “invasão” no campo do saber geográfico, surgem os movimentos ligados ao regionalismo, via de regra através de representações artísticas, literárias, novelísticas ou políticas, que se constituem, segundo Castro (1994, p. 165), em expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos, frente a outras regiões e ao próprio Estado, vinculados a uma identidade territorial, em torno de questões e interesses de base regional, embora sua idéia-força possa ser explicitada como defesa da sociedade regional.

Vallega (*apud* BEZZI, 1996, p.7), contrapondo às distintas concepções teórico-metodológicas, situa as contribuições das correntes na teoria geográfica:

Enquanto a região natural corresponde a uma explicação positiva, a região cultural relaciona-se à corrente possibilista; assim também a região funcional corresponde a uma posição funcionalista, enquanto a região polarizada a uma posição estruturalista e, por fim, a região organizada equivale a uma solução sistêmica.

Na década de 1990, sob a égide da internacionalização do capital, da fragilização dos Estados-Nacionais, dos fenômenos da globalização e reestruturação produtiva, o conceito de região tem tomado novos sentidos, sobretudo em um mundo submetido a “meios técnicos-científicos-informacionais”, segundo a concepção de Milton Santos (1999, p. 34-35), para reconceptualizar a noção de espaço geográfico, diante da instrumentalização do mundo contemporâneo. O arcabouço dessa idéia está no estágio atual do capitalismo, quando a criação de novos processos de produção, aliando ciência e tecnologia com informação, permitiu o redimensionamento da utilização e funcionamento do espaço e promoveu a transformação paulatina do meio natural em um meio técnico, deste para um meio técnico científico e, atualmente, para um meio técnico-científico-informacional, devido às realizações tecnológicas e científicas que se constituem um componente da força econômica e política do mundo.

Nesse contexto, o autor considera a região como uma construção, um edifício que se eleva a partir de fixos e fluxos no território, a partir do lugar, ou que “[...] as regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local; são espaços de conveniência, lugares funcionais do todo, um produto social” (SANTOS *apud* BALBIM, 1996, p. 165).

Também, a partir da década de 1990, a geografia cultural, que tradicionalmente buscava interpretar o meio geográfico através da cultura dos distintos grupos humanos, vem promovendo um re-direcionamento em sua base de análises, com foco no significado das distintas paisagens. Segundo Corrêa e Rosendahl (2000, v.2, p.11), as metas da nova geografia cultural são assim definidas pelos estudiosos Denis Cosgrove e Peter Jackson:

Considerar de modo contextualizado e fortemente apoiado na teoria, o presente e o passado, os aspectos sociais e espaciais, as áreas rurais e urbanas; ver a contingência como um elemento crucial para a inteligibilidade da cultura; transformar em objetos de investigação as ideologias dominantes e as formas de resistência. A nova perspectiva combina influências da filosofia do significado, do materialismo histórico e dialético e da geografia social apoiada na antropologia com a própria tradição.

Essa convergência entre as geografias cultural-humanista e social possibilita as análises e interpretação da paisagem cultural, concretizada em seus meios, objetos, instituições e relações, configurando símbolos e signos, cujos significados são atribuídos por grupos humanos em determinados lugares.

Segundo Cosgrove (1999, p.23):

[...] nos estudos culturais a história é substituída pelo *passado*, pela *memória*, e então é trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos. [...] a memória é social, tanto quanto individual [...] e são poderosamente importantes na constituição da identidade e do lugar [grifo do autor].

Assim, apoiada na percepção da fenomenologia e tendo como foco a identidade cultural, a geografia cultural-humanista trabalha o conceito de região numa perspectiva de relacionamentos culturais entre grupos de um determinado lugar. No estudo de Bezzi (1996, p.330), a região seria:

Uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por determinado grupo, o qual é também um elemento constitutivo da identidade regional [...] [passando] a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-se das demais principalmente pela identidade que lhe oferece o grupo social.

Estudar a região sob a perspectiva da identidade cultural é manipular o código de significações nela representado. Ou seja, para compreender uma região é preciso vivenciá-la.

É nessa nova perspectiva da geografia cultural que se busca interpretar os fenômenos que emergem do objeto do presente estudo, tendo em vista as possibilidades que esta oferece ao permitir o trânsito e conexões com outros campos nas áreas do conhecimento, especialmente as humanidades.

Cosgrove (1999, p.17) argumenta que o novo enfoque da geografia cultural trata “tanto do passado como do presente, muitas vezes utilizando-se de fontes históricas e nutrindo-se de métodos interpretativos e narrativos convencionalmente associados aos das humanidades”, transgredindo limites entre as disciplinas, abrindo caminho para um diálogo interdisciplinar vibrante e fluido.

O trânsito pelos diferentes enfoques permite observar que a nova fase da geografia abandona a idéia de paisagem fixa e os fenômenos passam a ser estudados em função das relações social e historicamente construídas, mais analíticas, a partir da superação das descrições regionais e da reflexão sobre o objeto de estudo.

Nesta perspectiva, ressalta-se a questão da explicação de um determinado fenômeno a partir do ponto de vista da espacialidade, ou seja, a dimensão espacial da realidade social e o papel do espaço na (re)produção da vida humana (CARLOS, 1996, p. 21-22). A “região” torna-se, então, uma importante categoria para que se possa compreender uma realidade particular dentro de um panorama global, onde as características históricas, aspectos culturais e outras conexões façam a diferença e sejam captados na totalidade do processo.

Para Milton Santos (1997b, p. 48):

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos para reconhecer como a área se insere na ordem internacional, levando em conta o preexistente e o novo para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno.

## 2.2 O ESPAÇO REGIONAL COMO TERRITÓRIO DE EXERCÍCIO DE PODER

Desde os Impérios Romano e Persa, o estabelecimento de regiões esteve vinculado ao exercício do poder, quando estas foram criadas por ato político, como unidades territoriais de ação e controle (*régio*, do verbo *regere* e *satrápia*, que significa, respectivamente, “governar ou reinar” e “olhos e ouvidos do rei”), para funcionalização do poder.

Durante o sistema feudal, as regiões tinham expressões nas marcas, nos ducados e condados.

A questão é retomada a partir da criação do Estado Moderno que exigiu do poder central monárquico, um esforço de conhecimento e apropriação do território, estabelecimento de fronteiras, firmado na noção de unidade, com a finalidade de organizar, melhorar e uniformizar a gestão do território. Daí, foram engendradas operações que tinham em comum assegurar ao poder do Estado uma forma de domínio sobre o espaço, que se concretizaram sob as modalidades de **viagem de Estado**, o **inquérito** e o **mapa**, para quantificação e mapeamento do território ora apropriado, imposto por questões econômicas, no sentido de homogeneização das ações, representando uma tentativa de esmagamento das culturas locais.

O território do rei, numa terminologia de Revel (*apud* SERPA, 2000, p. 2) <sup>1</sup>,

[...] é ainda um símbolo forte. Mas foi também construído através de uma série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes, que obedecem a dinâmicas heterogêneas e, por vezes, contraditórias.

---

<sup>1</sup> Informações retiradas de anotações da Disciplina *Educação e Territorialidade* – EDC-721, ministrada pelo Prof. Felipe Serpa, no 2º Semestre de 2000, UFBA.

A viagem de Estado era uma estratégia de constituição e legitimação do poder do soberano pelo território e um intercâmbio contratual entre o rei e o reino: fazer o reconhecimento e fazer-se conhecer.

Ao longo dos séculos em que foram realizadas, as modalidades de viagens sofreram transformações, à medida que incorporavam novos objetivos, novas formas de deslocamentos e novas tecnologias de informações.

Revel (1989, p.144) discorre sobre essas transformações na França:

Na mesma época [séc. XIX] o poder do Estado acaba de se laicizar, ao mesmo tempo que tende a tornar-se mais impessoal, mais abstrato. O espaço francês, fixado daí para o futuro, reduz-se espetacularmente: o caminho de ferro, depois o avião, a fotografia e depois a imagem animada, a imprensa escrita, o rádio, a televisão aceleram-no e unificam o seu conhecimento.

Mas, apesar das mudanças, “[...] a viagem tenha permanecido uma forma privilegiada que permite à soberania pública fazer-se reconhecer, construir a sua legitimidade e reforçar a sua autoridade em contato com o território nacional” [...] “Assim, se perpetuou até às sociedades laicas de hoje a união simbólica do poder e do território” (REVEL, 1989, p. 117).

O inquérito, que deu origem à estatística, tinha inicialmente a intenção de avaliar as potencialidades econômicas, focando na ação fiscal e orçamentária os levantamentos efetuados.

Ao longo do tempo, a tarefa se tornou mais complexa, intermediada e assegurada por instituições regulares, permitindo determinar formas fiscais mais eficazes e de conhecimento do funcionamento do Estado.

O espaço seria, então, o próprio objeto de análise. A construção de um serviço central de estatística que funciona como observatório econômico e social, passa a ser inseparável do funcionamento do Estado Moderno. Para Revel, “Os



dados que fornece têm apenas interesse porque estão vocacionados a serem agregados em nível nacional. O objetivo da Estatística Geral pressupõe espaço uniforme e impõe ‘desterritorialização da descrição do mundo social’” (REVEL, 1989, p. 136)

Andrade (1987) assinala que, em decorrência da Revolução Francesa, buscou-se extinguir a antiga divisão do país em províncias, numa tentativa de apagar a influência da antiga nobreza, mas levou-se em consideração as divisões naturais do solo e as divisões econômicas delas resultantes, no intuito de coletar dados estatísticos sobre minas, colheitas, recursos econômicos etc., para efeito de controle e planejamento.

Enfim, a iniciativa cartográfica torna-se um importante instrumento de poder, investido de uma dupla função: simbólica e prática. A representação do espaço mapeado confere a circunscrição de direitos dos dirigentes e a apreensão do espaço. Por outro lado, identifica-se com a expressão de vontade política e é utilizado como instrumento de propaganda ou para fins militares.

A partir da revolução industrial, o poder do Estado começou a ser medido pelo desenvolvimento industrial do país ou de certas localidades, determinando novas configurações espaciais, fundadas na divisão internacional do trabalho e no processo de acumulação de capital. O poder financeiro e político passa a ser o fator fundamental nos processos de regionalização, inter e intra nacionais, configurando divisões baseadas em critérios econômicos e criando diferenciações largamente utilizadas nos estudos de economia espacial, como conceitos de regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Para Kaiser, citado por Balbim (1996, p.164), “[...] a região é sempre o instrumento ou o âmbito da dominação” que surge no

discurso do Estado, para exercício do poder centralizado, que constrói uma imagem de diversidade para efeito de planejamento e controle.

Nesse aspecto, a questão regional é necessariamente uma questão de Estado, tendo em vista seu caráter político de determinação e pelo assujeitamento às medidas de políticas públicas que afetam a economia nacional e a distribuição territorial da renda.

Assim, o planejamento econômico tornou-se, nos últimos tempos, para as diferentes esferas de poder político, o principal instrumento de operacionalização do poder, tanto para recuperação de determinadas economias como para diminuir disparidades entre regiões. Egler (2001, p. 211) assim expressa a ação do Estado:

De um modo geral, esta “política intervencionista” constituiu um instrumento de atuação do Estado em diferentes nações do planeta, com diversos níveis de desenvolvimento econômico e social e distintos sistemas políticos, desde regimes democráticos de cunho social-democrata até militares autoritários. Algumas experiências, como por exemplo Cassa per il Mezzogiorno, criada no imediato pós-guerra para promover o desenvolvimento do Sul da Itália, foram reproduzidas em várias partes do mundo, servindo de modelo inclusive para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no Brasil.

Com o fenômeno da internacionalização do capital e a integração dos países nos fluxos internacionais simultâneos de mercadorias, investimentos e informações, também denominado mundo globalizado, as fronteiras que separavam as economias estatizadas foram dissolvidas sob o aspecto econômico, integrando diferentes localidades na economia mundial de mercado, criando, na contemporaneidade, um novo rumo nas discussões geográficas, geopolíticas, geoeconômicas e históricas e estabelecendo novos parâmetros de hegemonia de poder.

As formações de Blocos Econômicos e do Mercado Comum Europeu representam o esforço de regionalização no mundo contemporâneo.

Considerando-se que o exercício do poder numa dada região pode ser expresso também pela execução de políticas educacionais, será necessário examinar, mais adiante, a relação entre Região, Universidade e exercício de poder.

### **3 AS REGIÕES DO ESTADO DA BAHIA**

#### **3.1 OCUPAÇÃO TERRITORIAL: HISTÓRICO**

##### **3.1.1 Razões determinantes para a empresa comercial agrícola**

O início da ocupação territorial da Bahia foi decorrente da necessidade dos portugueses de viabilizar a colonização do Brasil, em face de intensos movimentos econômicos, sociais e políticos, provocados pela expansão comercial europeia, resultando em medidas políticas que promoveram o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento este, segundo Furtado (1974, p.8), “[...] de enorme importância na história americana”.

A concorrência agressiva de outros povos da Europa ocidental com o domínio português nas costas africanas e a conseqüente perda de posições na África e no Índico levou Portugal a ocupar “sua parte” das terras conquistadas na América, estabelecida pelo “Tratado de Tordesilhas”<sup>2</sup>.

Essa ocupação foi planejada para se efetuar através da doação de lotes de terras – Capitânicas Hereditárias – “[...] entre 50 e 60 léguas, doadas a particular da escolha do rei para que as ocupasse e as explorasse com seus próprios recursos,

---

<sup>2</sup> Refere-se à divisão do mundo novo conhecido, entre Portugal e Espanha.

obrigado, porém, a conceder *sesmaria* ao cristão que a solicitasse e a pagar taxas e tributos ao rei e à Ordem de Cristo” (TAVARES, 2000, p. 55).

De acordo com informações da mesma obra, das dezessete capitanias estabelecidas, cinco tiveram cartas de doação para ocupação do território que hoje é conhecido como Estado da Bahia: a da Bahia (de 1534), a de São Jorge dos Ilhéus (de 1534), a de Porto Seguro (de 1534), a das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva (de 1558) e a do Paraguaçu (Peroassu) ou Recôncavo (de 1566).

A colonização se efetivou através da chamada “colônia de exploração” que objetivava a produção de gêneros que interessavam ao mercado internacional, dentro da lógica capitalista vigente, como era o caso do açúcar. Nessa perspectiva, o objetivo primeiro dos donos das novas terras era o comércio. Foi, portanto, através dessas colônias de exploração que o capital comercial se objetivou no Brasil.

A instalação da empresa colonial agrícola e a produção açucareira tornaram-se, então, o eixo da economia colonial e a responsável pela ocupação territorial das novas terras.

#### 3.1.1.1 A empresa colonial

O Brasil colonial foi organizado como uma empresa comercial.

Os baixos benefícios econômicos que o Brasil parecia oferecer a Portugal, em comparação aos empreendimentos de notável rentabilidade oferecidos pelas colônias espanholas, conduziram a uma organização político-econômica descentralizada na colônia portuguesa. Conforme Baer (1996), o comércio estava, principalmente, em mãos de particulares e a fundação dos primeiros povoados foi deixada a cargo dos donatários das capitanias.

Os mecanismos utilizados pelos donatários consistiam em vendas das terras aos colonos, enquanto se envolviam na promoção de vários tipos de empresas comerciais. Assim, o princípio da colonização foi “[...] um empreendimento essencialmente comercial, combinado com aspectos de subgoverno privado” (BAER, 1996, p.29).

Foi através do “Pacto Colonial”<sup>3</sup> que as transações econômicas se estabeleceram, propiciando à Metrópole forte intervenção nas relações de poder da colônia, resultando em política de alianças do poder real com grupos comerciais que visavam maior retorno para os seus investimentos.

A agricultura da cana-de-açúcar se consolidou na colônia brasileira, tendo em vista seus aspectos adequados às condições coloniais, e ao mercado certo na Europa, intermediado, principalmente, por grupos holandeses, que financiavam, comerciavam e transportavam o produto brasileiro, recebendo o pagamento em caixas de açúcar.

A base produtiva assentava-se em grandes extensões de terras e no trabalho escravo. Com um mercado consumidor em expansão, essa atividade propiciava lucros extraordinários aos donos dos engenhos coloniais, em que pese os privilégios do Estado Português e da classe mercantil metropolitana.

Furtado (1974, p. 43) calcula que:

o valor total do açúcar exportado em um ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras [...] tendo em conta que a população de origem européia não seria superior a 30.000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica.

---

<sup>3</sup> “O *Pacto Colonial* foi um dos elementos básicos constituintes da política econômica mercantilista. Exclusivismo comercial da Metrópole em relação às suas colônias, subordinando-as por meio de um conjunto de medidas econômicas e políticas. Os representantes locais das nações européias controlavam as relações comerciais e defendiam os interesses da Coroa e das Companhias de Comércio, organismos de capital misto ou estatal” (LACERDA, 2000, p. 9).

Na análise do passado colonial, Furtado (1974) chama atenção para uma diferença fundamental entre a estrutura produtiva do Brasil e as colônias inglesas da América do Norte, as quais eram formadas por pequenas propriedades rurais, enquanto que a agricultura de exportação do Brasil era composta de grandes propriedades dedicadas à monocultura. Isto implicou nas diferentes formas de distribuição de renda entre os dois tipos de colonização, favorecendo o aparecimento inicial de grande mercado interno na América do Norte, que serviu de base para o desenvolvimento de um setor comercial e industrial independente, em contraposição às limitações do mercado brasileiro, submetido à concentração da propriedade e renda, que determinou a estagnação da estrutura colonial brasileira.

O problema maior da empresa colonial brasileira foi o suprimento de mão-de-obra, em face da resistência indígena em incorporar o empreendimento e da dificuldade de atrair colonos europeus que exigiam remuneração elevada, comprometendo a rentabilidade do negócio.

As necessidades do fator trabalho foram então resolvidas através de escravos africanos, o que veio a se formar, também, um sólido e lucrativo negócio.

Segundo Holanda (*apud* Lacerda, 2000, p.13):

A partir do alvará de 29 de março de 1559, dirigido ao capitão da Ilha de São Tomé e ordenando que, à vista de certidão passada pelo governador do Brasil, cada senhor de engenho pudesse resgatar até 120 escravos do Congo, pagando apenas um terço de direitos, que começa a ser menor a penúria de braços africanos na Colônia.

Tavares (2000) comenta que não foi somente pela necessidade de mão-de-obra que o colono europeu requereu o trabalho escravo dos africanos, mas também em decorrência do comércio lucrativo que se estabeleceu com a abertura de novos e amplos mercados. A expansão desse comércio envolveu todos os povos da Europa Ocidental e se estendeu do século XVI ao século XIX.

Foram, portanto, o conjunto de fatores técnico-econômicos (técnica de produção, mão-de-obra, investimentos e mercado consumidor), aliado à necessidade de ocupação da colônia, responsáveis pelo empreendimento colonial, determinando a opção da ocupação definitiva e o rompimento da linha do Tratado de Tordesilhas.

### 3.1.1.2 Decadência da economia açucareira

A absorção de Portugal pela Espanha e a guerra que esta manteve contra a Holanda repercutiu profundamente na colônia portuguesa, tendo em vista que, no começo do século XVII, os holandeses controlavam praticamente todo o comércio marítimo dos países europeus.

Com a restauração do trono português, em 1640, um novo quadro na economia açucareira do Brasil e da Bahia começou a se delinear, a partir de eventos importantes: a expulsão definitiva dos holandeses (1654) motivou o interesse destes pelas Antilhas, onde implantaram novo pólo açucareiro, prejudicando profundamente o mercado brasileiro; a economia portuguesa, que já estava enfraquecida com o domínio espanhol, viu desorganizar-se o comércio de açúcar, então estabeleceu um acordo político-econômico com a Inglaterra, que lhe garantiu apoio político e perspectivas comerciais, porém, inviabilizou iniciativas manufatureiras e possibilidades comerciais alternativas.

O reflexo dessas medidas na Bahia se fez sentir na grande carência de uma economia secundária, proibida mediante rigorosa legislação e fiscalização.

A crescente oferta da cana-de-açúcar nas colônias inglesas, holandesas e francesas, que tinham acesso preferencial nos mercados dos países de origem, foi, portanto, a principal causa do declínio da economia açucareira. Apesar do declínio,



os engenhos coloniais continuaram a operar ainda com grande peso na economia colonial e alternativas foram sendo implantadas, paulatinamente, como a pecuária, o tabaco, o sal, o salitre e a descoberta dos filões auríferos na serra de Jacobina e na Chapada Diamantina, no início do século XVIII.

Essa diversificação econômica trouxe para a elite colonial dos séculos XVI e XVII negociantes e comerciantes que, aos poucos, foram conseguindo partilhar com os senhores de engenho, da dominação colonial (FURTADO, 1974; TAVARES, 2000).

### **3.1.2 Ocupação do interior**

#### **3.1.2.1 Formação territorial**

Conforme a SEI (SUPERINTENDÊNCIA..., 2001, p. 7), “[...] o Estado da Bahia assumiu sua atual configuração externa após a fusão das capitânicas Bahia de Todos os Santos, Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus, Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva, para formar a Capitania da Bahia, no século XVIII” e da incorporação da comarca do Rio São Francisco, no século XIX, até então pertencente à Capitania de Pernambuco.

Segundo informações de Tavares (2000), no Recôncavo, com a derrota dos índios e destruição das comunidades tribais, o colono se instalava com plantações de algodão, mandioca e cana-de-açúcar; no sertão, avançavam com o gado pelas margens do rio São Francisco e, à medida que conquistavam as terras, solicitavam sua posse, resultando em sesmarias concedidas como prêmios ou recompensas à participação nas guerras.

As missões religiosas e as expedições também tiveram papel importante na penetração do interior baiano e formação do território do Estado. As expedições, buscando ouro, prata e pedras preciosas, partiram de Salvador, Porto Seguro e Ilhéus, nos séculos XVI, XVII e XVIII, percorrendo os principais rios do interior das capitanias, alcançando terras da atual Chapada Diamantina, Minas Gerais, Piauí e Maranhão.

A criação de vilas, segundo a SEI (SUPERINTENDÊNCIA..., 2001), foi a estratégia adotada até o século XIX para concretizar essa ocupação. As vilas erigidas para sediar as capitanias (no século XVI) foram o ponto de partida da evolução territorial.

No final do século XVIII, as cinco capitanias já haviam retornado à coroa por compra, indenização ou confisco e incorporadas à capitania da Bahia.

Em 1827, com a incorporação da Comarca do Rio São Francisco, a Bahia assume a atual configuração territorial.

### 3.1.2.2 Atividades alternativas à economia açucareira

No século XVIII, o interesse pela conquista do grande rio - o São Francisco - e a busca de minas de ouro, permitiram o povoamento do sertão, especialmente em Jacobina, e a implantação de duas das mais importantes atividades econômicas, que vieram a ajudar na diversificação da economia: a criação de gado e a mineração.

A criação de gado na Bahia, além de suprir as necessidades da agricultura açucareira como fonte de alimento, transporte e couro (FURTADO, 1974, p. 60-61), contribuiu para o abastecimento da região de Minas Gerais que se ocupava, prioritariamente, com a mineração, propiciando o enriquecimento de algumas

famílias baianas, como os Ávila e a formação de grandes latifúndios de extensão. As formas que assumem os dois sistemas – açucareiro e criatório – constituem, no entender do autor, elementos fundamentais na formação da economia brasileira do século XX.

A extração aurífera na região de Jacobina e Rio de Contas, principalmente pelo sistema de aluvião<sup>4</sup>, teve sua importância diminuída em face de concentração da exploração em Minas Gerais.

A produção de fumo, atividade desenvolvida no Recôncavo, esteve intimamente ligada ao comércio de escravos. Enquanto o produto de primeira era exportado para a Europa, o de má qualidade ia para a África onde era trocado por escravos, em sistema de escambo. O tráfico e o comércio de escravos foram, também, atividades das mais lucrativas no período, tendo em vista que este se constituía uma importante mercadoria na pauta do comércio internacional.

No Sul do Estado, em meados do século XVIII, no ano de 1746, em meio à crise que afetava a exploração açucareira, inicia-se a implantação da lavoura cacaueteira, que veio a ocupar, posteriormente, o lugar mais importante na formação da riqueza do Estado.

### **3.1.3 Período imperial**

Durante o século XIX, o Brasil adaptou-se à ordem econômica controlada pela Grã Bretanha que se tornou o núcleo industrial do mundo trocando seus produtos manufaturados por alimentos e matérias-primas de países com base econômica

---

<sup>4</sup> “Acessão de propriedade em consequência de nesta ocorrerem acréscimos formados por depósitos e aterros naturais, ou pelo desvio das águas de um rio” (FERREIRA, [19--], p. 77). Em termos jurídicos a “Denominação dos acréscimos que sucessiva e imperceptivelmente se formam para a parte do mar e das correntes, aquém do ponto a que chega a preamar médio, ou do ponto médio das enchentes ordinárias, bem como a parte do alveo que se descobrir pelo afastamento das

agrário-exportadora. Nesse período, a economia brasileira estava aberta ao capital e produtos manufaturados estrangeiros, principalmente aos ingleses.

Esta situação é decorrente da abolição dos controles mercantilistas promovidos pela coroa portuguesa, quando se transferiu para o Brasil sob proteção britânica, em ocasião da ocupação de Portugal pela França.

O retorno da família real para Portugal, deixando seu filho como regente, permitiu a proclamação da independência. O novo regime imperial instalado manteve a economia da província da Bahia semelhante ao regime anterior, baseada na exportação de produtos primários, dependente do capitalismo industrial dominante na economia nacional, diferindo apenas na maior diversificação de produtos.

Essa diversificação foi responsável também pela inversão de produtos na pauta de exportações, e a decadência da economia açucareira, o estabelecimento da cacauicultura como atividade altamente rentável, a descoberta de diamantes seguida de sua exploração comercial e o aumento da demanda por couros e derivados da pecuária fizeram emergir, no interior, novos grupos que disputariam o poder econômico com os tradicionais representantes das classes dominantes provenientes dos engenhos.

A formação econômica da cacauicultura se consolidou a partir da primeira metade do século XIX, de forma diferenciada da dos engenhos, baseada no trabalho assalariado. À medida que se converteu em lavoura organizada, seu reconhecimento se tornou importante para a captação de recursos estrangeiros, cujo capital comercial financiou os plantios realizados pelos “desbravadores”.

Em contrapartida, a Bahia era, com o aumento da riqueza decorrente das novas atividades, destacada importadora de artigos manufaturados, especialmente da Inglaterra e França, e da Alemanha, Portugal e Estados Unidos, entre outros.

No Brasil, o eixo político-econômico se concentrava no Sul, no entorno da capital do país – o Rio de Janeiro – e o café despontava como o principal produto de exportação.

Estudos realizados sobre o período enfatizam que, economicamente, predominava no século XIX na Bahia, a atividade agropecuária voltada para a produção de bens primários para exportação. Entretanto, ao longo do século, os produtos tradicionais foram perdendo lugar no mercado internacional e a economia baiana diminuiu sua importância relativa no cenário econômico nacional.

Nas últimas décadas do século, o Brasil sob a dinâmica do capitalismo de exportação de capitais, que tinha na venda de serviços (iluminação a gás e transportes ferroviários e urbanos) para países atrasados a fonte geradora de acumulação, viu instalar-se uma grave crise, com sucessivos déficits na balança comercial.

A questão política de garantir a unidade do Brasil e a abolição da escravatura foram os principais destaques na ordem político-econômica do regime vigente, permitindo o aparecimento dos republicanos (Manifesto de 1870) e os movimentos que resultaram na proclamação da República.

Já sob o regime republicano, o grupo social que era dominante na Bahia no tempo do Império – composto por senhores de engenho no litoral e fazendeiros de gado no interior – manteve-se no poder.

### 3.1.4 Período republicano

O início do período republicano na Bahia foi marcado pela resistência de grupos monarquistas à nova ordem constituída, especialmente dos sediados no sertão. Um dos episódios mais marcantes na cena política da época foi a campanha de Canudos que resultou em sangrento extermínio de uma comunidade composta de ex-escravos, trabalhadores rurais, vaqueiros e pequenos comerciantes, entre outras pessoas das camadas mais despossuídas, formada em torno de Antônio Conselheiro, peregrino que exaltava a monarquia.

Do ponto de vista econômico, a grande diferença que se observava com relação ao regime anterior era a inexistência oficial de escravos, porém, o trabalho era exercido em regime de semi-escravatura, através das práticas de meação, terça, dia (ou dias) de trabalho gratuito obrigatório e empreita de roças (expediente muito utilizado na região cacauzeira).

A criação de gado, que avançou ao longo do rio São Francisco, e a construção de estradas de ferro propiciaram a ocupação do sertão e motivou o aparecimento de vilas e povoados.

O rápido desenvolvimento da lavoura cacauzeira promoveu uma inversão na pauta de exportações, na ocasião liderada pelo cacau, seguida de fumo, açúcar, café, couro (curtido e em salmoura), piaçava, pedras preciosas, cera de carnaúba, borracha e madeiras.

Costa (2002, p.13-15) delinea o ambiente no qual o cacau cresceu em importância na pauta estadual: em 1850-51, participava com 0,5% das exportações do Estado, passando para 15% em 1885-86 e 35% em 1905, marcando sua liderança a partir do início do século XX, chegando a 45% em 1920. Foi a segunda fonte de divisas do país em 1957, suplantado apenas pelo café.

A incipiente indústria, estimulada por impostos protecionistas para os produtos manufaturados nacionais na gestão do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) era, principalmente, de tecidos e usinas de cana-de-açúcar, além de manufaturas de charutos, velas, cigarros e calçados. “Era um parque industrial pobre e com grande atraso tecnológico” (TAVARES, 2000, p.257).

Posteriormente, governos pró-oligárquicos e antiindustriais promoveram políticas que favoreciam os interesses de grupos ligados à agricultura, especialmente os da cafeicultura.

O período que antecedeu à Primeira Guerra Mundial foi marcado por políticas “de portas abertas” (BAER, 1996), que favoreceram a importação de produtos manufaturados, especialmente da Inglaterra, que tiveram acesso privilegiado ao mercado brasileiro durante muitos anos. Com a guerra, a interrupção da navegação dificultou a importação de bens, estimulando a indústria doméstica, porém em empreendimentos de bens de consumo, ficando ainda a grande dependência de indústrias de bens de capital.

Entretanto, a base da economia nacional ainda era o sistema agrário-exportador, sustentado principalmente na produção do café.

Após a Primeira Guerra, segundo Lacerda (2000, p.50), intensificou-se o afluxo de investimentos estrangeiros ao Brasil, provenientes da Inglaterra e dos Estados Unidos, dirigidos à indústria. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo do país teve um caráter esporádico, dadas as condições de latifúndios que guardavam as formas tradicionais de exploração.

Durante o Estado Novo, o governo do Estado da Bahia fez algumas tentativas de intervenção na economia, dominada pelo latifúndio, com a permanência do trabalho semi-escravo, criando institutos de fomento como: Instituto Central de

Fomento Econômico (para apoiar a produção industrial, agrícola e pecuária), o Instituto de Cacau da Bahia (à semelhança do café), Instituto do Fumo e Instituto da Pecuária.

Com o fim do Estado Novo, a vida política no Brasil sustentada, principalmente, nos partidos criados por Vargas (Partido Social Democrático (PSD) - que expressava certo agrarismo e defendia uma postura conservadora – e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que buscava representar os reclamos dos trabalhadores das zonas urbanas), apresentava interesses divergentes, levando ao estabelecimento de uma crise sem precedentes, com forte oposição conservadora apoiada pelos militares.

A crítica situação econômica aflorou com o aumento da inflação, queda na produção industrial e desequilíbrio no balanço de pagamentos, determinando a necessidade da forte atuação do Estado sobre o sistema econômico-financeiro.

A intervenção governamental se deu através do *Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico* (Plano Lafer), que propunha investimentos em indústrias básicas, nos setores de transporte, de energia, de frigoríficos e na agricultura, durante 5 anos (VIEIRA, 1995).

Nesse contexto, geravam-se condições para o crescimento e diversificação econômica, dentro de uma postura nacional-desenvolvimentista. Para tanto, foram criadas instituições importantes de suporte ao plano, como: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás), Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), Siderúrgica Nacional, entre outras.

Na Bahia, o Conselho Nacional do Petróleo intensificou a pesquisa do produto e instalou a Refinaria Landolfo Alves (RLAM), em Mataripe (em 1950), que veio a se



constituir em um dos principais fatores de mudança da base econômica do Estado, juntamente com a criação, na década seguinte, do Centro Industrial de Aratu (CIA).

Estes acontecimentos são decorrentes de políticas adotadas anteriormente, no governo do presidente Café Filho, que sucedeu a Getúlio Vargas, o qual rompeu com a política econômica de cunho nacionalista e lançou as bases para captação de investimentos externos. A chegada de Juscelino Kubitschek à presidência fortaleceu essa nova tendência, pois buscou a conquista de capitais estrangeiros e a ajuda norte-americana.

Foi também na administração juscelinista que se instituiu a planificação econômica. O Programa de Metas do governo previa a realização de projetos para setores tidos como prioritários, para onde se concentrariam maciços investimentos, com o objetivo de dotar o país de uma sólida infra-estrutura industrial e modificar a conjuntura econômica, constituindo-se na resposta brasileira às propensões do capitalismo mundial da época.

Na Bahia, o governo Antônio Balbino criou a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), coordenada pelo economista Rômulo Almeida, um dos responsáveis, segundo Tavares (2000), pelo projeto da Petrobrás. Em 1959, o novo governo empossado, de Juracy Magalhães, estabeleceu o Plano de Desenvolvimento para a Bahia (PLANDEB), coordenado, também, pelo economista Rômulo Almeida, que previa o desenvolvimento de programas de transporte e comunicação, sistema integrado da economia agrícola e colonização de terras (PORTO, 2002).

O pós-guerra foi um período de grande expansão econômica mundial em que se operou a consolidação dos grandes conglomerados monopolistas e crescente transnacionalização das corporações, liderada pelos Estados Unidos. A integração

da economia brasileira à estratégia do capitalismo internacional se deu a partir do processo de industrialização baseado no capital estrangeiro.

### **3.1.5 Mudança da base econômica**

A década de 1950 e a implantação do nacional-desenvolvimentismo foram o marco significativo na economia brasileira, rumo às mudanças que se observaram na base econômica, nos anos posteriores. A ruptura do modelo primário-exportador em favor de um modelo conhecido como de “substituição de importações”, voltado para o mercado interno, significou uma profunda mudança quantitativa e qualitativa da economia brasileira. Do ponto de vista da produção, o aumento interno de bens de consumo anteriormente importados, estimulou, também, as importações de bens intermediários necessários a essa produção e bens de capital. O processo de industrialização brasileiro teve na indústria automobilística e na agricultura seu principal suporte e, numa via de mão dupla, a agricultura vem se industrializando cada vez mais.

A fase da “substituição de importações” caracterizou-se pela implantação de indústria pesada (1955/61). Posteriormente (início dos anos 60), instalaram-se fábricas de máquinas e insumos agrícolas e na agricultura formou-se um novo “mercado consumidor” dos novos meios de produção, com forte incentivo estatal, que veio fortalecer a produção de produtos destinados à exportação.

A concentração da industrialização nas regiões Sul e Sudeste, entretanto, acentuou as disparidades regionais e provocou atraso nas demais regiões, levando o governo de Jânio Quadros à criação de órgãos promotores de desenvolvimento regional como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

idealizada e dirigida por Celso Furtado, instituição de fundamental importância para a instalação do parque industrial da Bahia.

Sodré (1976, p. 361) registra essas disparidades em sua análise sobre a formação histórica do Brasil:

A estrutura da economia brasileira não se apresenta uniforme. Há zonas em que a produtividade é maior, enquanto outras apresentam índices baixos. [...] Comparando-se, por exemplo, a produtividade da indústria têxtil nos Estados da Bahia, Guanabara e São Paulo, verificaríamos, para 1957, diferenças gritantes: o valor da produção por operário era em São Paulo quase o triplo da Bahia; o salário médio era na Guanabara quase o dobro da Bahia.

As turbulências no cenário político com a renúncia do então presidente Jânio Quadros em 1961, a deposição do presidente João Goulart e a instalação da ditadura militar, em 1964, não abalaram a crença no desenvolvimentismo. O governo João Goulart ressaltava a estreita ligação entre emancipação econômica e superação do subdesenvolvimento, fundamentando-se nas estratégias traçadas no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico. Já os militares, privilegiando a necessidade de controlar a crise econômica e financeira do país, estabeleceram as Diretrizes de Governo e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), visando à “aceleração do desenvolvimento” e à “contenção da inflação”. Posteriormente, traçaram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND), que estabeleceram os grandes objetivos do desenvolvimento brasileiro: elevar o Brasil à categoria de nação desenvolvida, dentro de uma geração; duplicar a renda *per capita* e expandir a economia, ambientados em um cenário de “potência emergente”.

O projeto Brasil-potência mundial emergente, levado a cabo pelo general Ernesto Geisel, propunha manter a performance econômica do modelo “milagre brasileiro”, implantar um novo padrão de industrialização baseado na indústria de bens de capital (em substituição ao setor de bens duráveis) e insumos básicos. A expansão da indústria foi colocada como primeira prioridade do governo.

Na onda dos acontecimentos e da implementação das políticas econômicas, o Estado da Bahia experimentou a gradativa mudança na base da sua economia com a entrada da produção petrolífera, a inauguração do Centro Industrial de Aratu, a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) e o Pólo Petroquímico de Camaçari.

As repercussões dessas medidas se fazem sentir a partir dos meados da década de 1970, com a superação da fase agroexportadora da economia baiana e crescente industrialização da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com grande impacto no grau de complexificação das atividades urbanas. Segundo Porto (2002), entre 1975 e 1985, a Bahia apresentou as mais altas taxas de crescimento médio anual do Produto Interno Bruto - PIB. Nesse período, “o setor secundário passa a superar a participação do setor primário na economia estadual e a espacialidade baiana reconcentra-se no litoral, em contrapartida a uma tendência anterior de interiorização da ocupação da produção de riqueza no estado” (PORTO, 2002, p.100).

A alteração desse perfil pode ser observado na Tabela 1 da composição setorial do PIB baiano mostrado por Menezes (2000, p.75), que ilustra o momento dessa inflexão e a nova tendência que se estabelece a partir da nova base.

Tabela 1 – Participação relativa dos setores da atividade econômica no PIB da Bahia, período 1960-1998

Ano	Setores		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1980	16,4	31,6	52,0
1985	25,1	38,0	36,8
1990	12,8	38,1	48,9
1995	15,5	36,0	48,6
1998	10,3	38,4	51,3

Fonte: Menezes, 2000, p.75

A mudança decorre da agricultura, debilitada pela estagnação ou declínio dos produtos tradicionais (cacau, fumo, sisal, algodão, cana-de-açúcar, mamona) que regrediu sua participação no PIB estadual, cedendo sua relativa importância aos novos pólos dinâmicos de produção industrial.

Nas análises de Prosério (1994) e Menezes (2000), a industrialização fez com que a dinâmica de acumulação do capital na Bahia passasse a ser condicionada pela atividade industrial e, a partir da consolidação do Pólo Petroquímico, reforçou os vínculos entre a economia baiana e o Sudeste do país, tendo em vista seu caráter complementar à indústria instalada no Centro-Sul.

Com essa matriz, a economia sofreu uma mudança estrutural que se caracterizou pela concentração espacial, ficando a RMS responsável por 70,5% do valor da transformação industrial, em 1999, conforme dados de Menezes (2000, p.77). Essa proeminência de Salvador resultou em obstáculos ao desenvolvimento de pólos regionais liderados pelas cidades médias.

Apesar dessa tendência, constatou-se a emergência de novas áreas de produção agrícola que tiveram como característica principal a incorporação de tecnologias avançadas, com utilização de insumos ou irrigação, permitindo a instalação de agroindústrias modernas e competitivas, que tiveram impactos positivos na agregação de valor dos produtos, ao se instalarem nas regiões Oeste, Norte e Sul do Estado (soja, café e fruticultura irrigada na região de Barreiras; fruticultura na região de Juazeiro e madeira para celulose no Extremo Sul), propiciando a entrada de fluxos econômicos que vêm dinamizado essas regiões.

Nos anos 1990, quando os reflexos da economia globalizada começam a se fazer sentir, investimentos em indústrias eletroeletrônicas, automotiva e de turismo têm contribuindo para a diversificação das atividades econômicas e a desconcentração espacial e dos fluxos de capitais.

Os ajustamentos sofridos em virtude dos processos de reestruturação produtiva, abertura comercial, plano de estabilização econômica, privatizações e reforma do setor público têm sido incorporados gradativamente à estrutura socioeconômica do Estado, delineando, no panorama atual, uma nova dinâmica demográfica, diversificação e desconcentração espacial agrícola e industrial e integração de cadeias agroindustriais.

### 3.2 REGIONALIZAÇÕES DO ESTADO DA BAHIA

A distinção de espaços em regiões obedece a critérios metodológicos que, segundo Bezzi (1996, p. 35), não existe uma rigidez quanto aos aspectos teórico-metodológicos, aparecendo essa flexibilidade na opção do estudo, através de determinados aspectos, seja físico, humano, econômico etc.

O vasto território baiano apresenta diversificados aspectos geográficos, ecológicos, econômicos, culturais etc., que justificaram as diversas iniciativas, ao longo do tempo, de se estabelecer diferentes tipos de regionalização, baseados em critérios científicos, administrativos ou políticos.

No Brasil, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1934 (IBGE, 2004), foram realizados estudos-síntese que dividiu o país em grandes regiões naturais, privilegiando aspectos físicos, a partir da caracterização geográfica de regiões elementares, levando em consideração aspectos geológicos, relevo, clima e vegetação (Quadro 9, ANEXO A). Para facilitar interesses administrativos, as fronteiras dessas regiões são coincidentes com as fronteiras dos Estados. Esses critérios influenciaram as experiências de regionalizações estaduais.

No caso da Bahia, que tem uma acentuada diversificação territorial, oriunda dos seus mais variados recursos naturais, diferentes características ecológicas, múltiplos aspectos da atividade produtiva, vivências culturais, sociais, históricas e políticas localizadas compõem o mosaico de paisagens e as diversas formas de regionalizações a que foi submetido o território baiano, refletiram a evolução dos diferentes interesses dos grupos que ocupavam o poder, no intuito de centralizar ações de interesse das classes hegemônicas no Estado.

Conforme argumenta Balbim (1996, p. 161), “[...] a base regional do Estado constitui-se numa estratégia de poder para a apropriação do território por meio de cisões previstas e ordenadas do uso real”, e a delimitação de regiões com vistas à instalação de infra-estruturas que propiciassem maior eficácia administrativa e base para o planejamento econômico foram as principais motivações para as iniciativas de regionalização no Estado.

A dinâmica da formação do território, que se expressa na grande heterogeneidade do lugar construído sob relações de poder e hegemonia e a evolução econômica que diferenciou as distintas áreas no estado são os instrumentos focais para o entendimento dessas iniciativas, que se expressam na complexidade do processo histórico que é preciso apreender.

A formação histórica do espaço econômico do Estado constituiu-se em um dos fatores determinantes nas diversas experiências de sua repartição em regiões, realizadas à luz de diferentes teorias e que nortearam, nas últimas décadas, as ações governamentais em termos administrativos, de planejamento, de saúde, policiais, fiscais, judiciárias e educacionais, não sendo, necessariamente, coincidentes em seus limites e concepções no âmbito das ações.

Compreender essa dinâmica é, portanto, fundamental para aquilatar os diversos arranjos institucionais de atendimento administrativo e esforços de implantação de equipamentos infra-estruturais que pudessem atender às necessidades essenciais de núcleos rurais e urbanos que se formaram ao longo da história do Estado.

### **3.2.1 Tipos de regionalização**

O território do Estado da Bahia tem sido submetido a diferentes sistemas de regionalização, em cujos critérios buscava-se maior eficácia de atuação governamental em matéria de planejamento. Na essência, tratava-se de adequações metodológicas às diversas correntes da ciência geográfica, no que tange às concepções de região, expressas em estudos que concebiam espaços homogêneos em função de objetivos de interesse de ações governamentais, especialmente com vistas ao planejamento, ao desenvolvimento econômico, à instalação de infra-



estruturas urbanas, viárias e de serviços públicos, que pudessem oferecer maior eficácia econômica e administrativa.

Mello e Silva e outros (1987, p. 39–40) discutem o conflito entre os espaços vital (dos indivíduos e das comunidades, referentes às questões pessoais, psicológicas, culturais, sociais, sensoriais etc.) e econômico (correspondente às condições e manutenção da vida, traduzidas por: produção, consumo, trabalho, capital, recursos etc.) que coexistem nas sociedades modernas e criam as principais dificuldades de regionalização e de delimitação de espaços.

Os autores admitem que, ao associar esses espaços em escala e dimensões diversas, encontra-se um importante esforço em demonstrar o sentido abrangente de espaço geográfico, integrando o nacional, o regional e o local.

Este esforço tem resultado na realização de agrupamentos espaciais com base em diversos elementos e levando em consideração as grandes dimensões do espaço geográfico baiano e sua variedade quanto às características ambientais e econômico-sociais (MELLO e SILVA e outros, 1987, p. 41).

Cronologicamente, os empreendimentos de regionalizações na Bahia, seja em nível federal ou em nível estadual, visando diversas finalidades e sob diferentes critérios, ganharam expressão institucional a partir de estudos do IBGE, através da circular nº 01, de 31 de janeiro de 1942, sob critérios de “regiões naturais”, dos quais os mais abrangentes e com maior repercussão espacial e econômico-social são referenciados a seguir, não se levando em consideração regionalizações especializadas setorialmente, à exceção daquela referente ao aspecto educacional.

### 3.2.1.1 Zonas fisiográficas

A regionalização em Zonas Fisiográficas, realizada em 1945, pelo IBGE, em nível federal, foi regulamentada pela Lei Orgânica dos Municípios do Estado da

Bahia, nº 140<sup>5</sup>, de 22 de dezembro de 1948 (BOLETIM..., 1949, p.1238), visando fins de levantamentos estatísticos. Tal estudo dividiu o Brasil em grandes regiões e os Estados em zonas fisiográficas, sob critérios naturais, humanos e econômicos.

A Bahia foi dividida em 16 zonas fisiográficas (Quadro 10, ANEXO B), definidas como zonas estatísticas, que serviram, também, como orientação geográfica para programas de investimento do setor público.

### 3.2.1.2 Zonas de influência urbana

Trabalho realizado por Milton Santos, em nível estadual (1958), teve o objetivo de identificar zonas “funcionais”, baseadas na análise das relações comerciais entre os centros urbanos. O estudo delimitou a Bahia em 9 regiões urbanas, cujas cidades-centro exerciam influência comercial sobre uma determinada área de abrangência (Quadro 11, ANEXO B).

Nesse estudo, constatou-se que algumas cidades do território baiano influenciavam ou eram influenciadas comercialmente por cidades localizadas em Estados limítrofes à Bahia (XAVIER; MELLO E SILVA, 1973).

---

<sup>5</sup>“Art. 4º - [...] fica o Estado dividido em três regiões, constituídas pelas zonas fisiográficas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Geografia, em resolução 143, de 13 de julho de 1945, e constantes do ‘Quadro Sistemático da Divisão Regional das Unidades Federadas Brasileiras’ anexado à presente lei na parte que se refere à Bahia”.

Parágrafo Único – A Primeira Região Compreenderá as zonas do Recôncavo, Cacaueira, da Feira de Sant’Ana e do Jequié; A Segunda Região, as zonas do Litoral-Norte, de Conquista, das Matas-do-Orobó e de Jacobina; a Terceira Região, as zonas do Extremo –Sul, do Nordeste, do Sertão-do-São-Francisco, da Chapada-Diamantina, da Serra-Geral, do Médio-São-Francisco e do Planalto-Occidental”.

### 3.2.1.3 Regiões administrativas

Estudo subsidiário à Reforma Administrativa do Estado foi realizado em 1966 em convênio com o Instituto de Serviço Público (ISP), Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e IBGE, objetivando identificar cidades-centros regionais, com capacidade de abrigar funções administrativas, por seus requisitos econômicos e infra-estruturais.

Essa regionalização foi aprovada pela Lei Estadual nº 2.321, de 11 de abril de 1966, como modelo de descentralização administrativa e previu o funcionamento de 21 Regiões Administrativas com sede em grandes centros urbanos que exerciam o papel de centros regionais (Quadro 12, ANEXO B), mas terminou não sendo implementada.

### 3.2.1.4 Centralidade

Estudo do IBGE, em 1968, com a finalidade de conhecer as localidades centrais do Brasil (Quadro 13, ANEXO B), baseou-se em metodologia de hierarquia funcional dos centros urbanos e identificação das redes urbanas regionais, alicerçada na função distributiva de fluxos de bens e serviços, envolvendo determinadas atividades econômicas geradoras e cidades-centro de atração de determinado espaço, com seu equipamento urbano-funcional (bancos, hospitais, escolas, estabelecimentos comerciais etc.).

Na Bahia, além da capital, Salvador, foram identificados centros de 1º e 2º graus (respectivamente, sem e com outros centros de influência na área) (XAVIER; MELLO e SILVA, 1973).

---

### 3.2.1.5 Microrregiões homogêneas

Esta divisão foi, segundo Mello e Silva e outros (1987), uma atualização da divisão em zonas fisiográficas, com o objetivo de reunir informações básicas e precisas sobre o potencial econômico de cada região e de recursos do país, no processo de desenvolvimento econômico, com vistas à aplicação de programas específicos. O IBGE realizou o trabalho em 1967, estabelecendo uma regionalização estatística, definindo unidades homogêneas geoeconômicas, para efeito de planejamento. Em 1989, através da Resolução PR-51, de 31/07/1989, o IBGE formalizou a divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.

Sob esse novo critério, a Bahia foi dividida em 26 Microrregiões homogêneas (Quadro 14, ANEXO B).

### 3.2.1.6 Microrregiões programa

Trabalho realizado pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE), órgão ligado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, em 1968, em nível estadual, como subsídio ao planejamento regional. Utilizou supostamente como base, segundo Xavier e Mello Silva (1973, p. 17), as regionalizações realizadas pelo IBGE em Zonas Fisiográficas (1946) e Microrregiões Homogêneas (1967), para delimitar 16 Microrregiões Programa (Quadro 15, ANEXO B), que seriam objeto de diagnósticos para fornecimento de informações a serem trabalhadas pelo poder público como nova estratégia de política econômica.

### 3.2.1.7 Regiões educacionais

Em 1969, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, sob a direção de Luiz Navarro de Brito, lança um arrojado programa de planejamento intitulado *Plano Integral de Educação e Cultura*, que propõe uma regionalização para fins educacionais nos três níveis de ensino, baseada no conceito de pólos de desenvolvimento, delimitando o Estado em 19 zonas geoeeducacionais (Quadro 16, ANEXO B).

As justificativas para a instituição das “Regiões Educacionais” prendem-se às necessidades de operacionalização dos serviços de supervisão, descentralização administrativa e maior eficácia na alocação dos recursos humanos e financeiros.

Os critérios de delimitação das regiões estão assim definidos no documento:

Para composição dessas Regiões Educacionais tomou-se como base os subsídios decorrentes dos estudos de ‘pólos de desenvolvimento’ o que permitiu uma seleção de municípios sedes de região em torno dos quais se aglutinou um razoável número de outros municípios, segundo as facilidades de comunicação entre cada um deles e a sede da região. Em geral os municípios sede estão localizados bem próximos do centro geográfico da respectiva região (BAHIA..., 1969, v.1, p. 41).

### 3.2.1.8 Regiões funcionais urbanas

A base metodológica desta regionalização é de caráter econômico, considerando elementos a serem agrupados nas análises geográfico-econômicas que identifiquem os fluxos entre as cidades e sua área de influência, pois o sistema de cidades e estrutura urbana são fatores importantes para o desenvolvimento. Foi realizada pelo IBGE, em 1972, e delimitou 23 cidades e suas regiões de

abrangência, segundo uma hierarquização urbana, com o objetivo de desenvolvimento regional e planejamento urbano-regional (Quadro 17, ANEXO B).

#### 3.2.1.9 Regiões de planejamento

Esta regionalização, segundo Mello e Silva e outros (1987, p. 45), é resultado do programa de ação governamental (1983-87) do governo do Estado, que delimitou 10 Regiões de Planejamento, englobando cada uma delas várias regiões administrativas, devendo cada região ter um plano de desenvolvimento específico.

#### 3.2.1.10 Regiões econômicas

A regionalização econômica proposta pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1990, delimitou 15 regiões para o Estado (SUPERINTENDÊNCIA..., 2002c) (Quadro 18, ANEXO B), as quais vêm sendo utilizadas por diferentes órgãos da administração pública estadual para planejamento das diversas áreas de atuação da máquina estatal, bem como por organismos de diversos segmentos sociais, seja para nortear iniciativas empresariais, seja para definir atuação de programas que considerem potencial de atração demográfica ou econômica, ou outras finalidades.

#### **4 A UNIVERSIDADE E SEU MEIO**

A realidade social da educação é extremamente complexa, uma vez que as diversas manifestações desse fenômeno se articulam de modo específico em diferentes momentos da história.

A criação de Instituições como local privilegiado de elaboração, organização e difusão do saber humano, associado ao processo educativo, se deu em determinado momento da história, quando as transformações sociais começaram a exigir estabelecimento de espaços destinados às classes dominantes das sociedades escravista e feudal, para desenvolvimento de atividades intelectuais e físicas. Na esteira dessas transformações, a Instituição Universitária aparece no final do século XI, início do século XII, organizada de forma corporativa, onde se reuniam sábios e discípulos dedicados ao culto do saber universal, para discutir livremente novas e antigas formas de conhecimento.

Ao longo desses quase dez séculos de existência, sua grande capacidade de adaptação às transformações que a sociedade vem sofrendo é atribuída a sua longevidade, constituindo-se uma das poucas instituições seculares na história da humanidade.

Essas transformações, entretanto, que se processaram no seio da instituição universitária, atingiram, ao longo do tempo, seu caráter conceitual, organizacional e funcional, proporcionando-lhe diferentes concepções, objetivos e funções, aliados às

exigências de cada espaço-tempo onde se situava, conferindo-lhe em sua historicidade, contornos sociais e políticos que lhe deram caráter polimorfo, conforme digressão de Serpa (1991, p. 50):

O espaço-tempo histórico contém a sua historicidade espaço-tempo. Em conseqüência, a 'História de' deverá ser compreendida nesse espaço-tempo, o que significa a necessidade de identificar a estrutura do espaço-tempo histórico e a dinâmica das estruturas parciais imersas no espaço-tempo histórico e suas transformações.

Assim, o estudo das relações entre Instituições onde se realizam processos educativos e seu meio se dá no entendimento do conjunto de reciprocidades sociais concretas, que possuem determinações geográficas, políticas, econômicas e históricas, que lhe imprimem características e contornos que estariam, a princípio, associados à idéia de compromisso social dessas Instituições. Por essas razões, o estudo da Universidade em seu meio envolve uma postura investigatória que não pode se limitar a específicos campos do saber, remetendo à delimitação de um feixe de planos de interpretação.

Com este intuito, procedeu-se a uma incursão sobre o percurso histórico da Instituição Universitária, identificando suas transformações ao longo do tempo, sua emergência tardia no Brasil e sua configuração no quadro recente da educação brasileira.



## 4.1 DA GÊNESE À ATUALIDADE: TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

Desde a emergência da Instituição Universitária no século XI até os dias atuais, as sociedades e sua cultura vêm sendo elaboradas efetivamente sob mediação dessa instituição, refletindo as transformações experimentadas pela humanidade, interpenetrando-se conhecimento, ciência, poder e política, no curso da história.

Diversos autores identificam períodos e concepções na dimensão temporal, para categorizar a Universidade. No presente estudo, admitiram-se como balizadores, as classificações de Trindade (1999), Cunha (2002) e Serpa e Cunha (2002) e as conceituações de Chauí (2001), Minogue (1981), Romero (1988) e Teixeira (1998).

### 4.1.1 Universidade medieval

Das origens da Universidade, localizadas na Europa no final do século XI – início do século XII, na Bolonha e Salerno (Itália) e Paris (França), até o Renascimento, criaram-se Instituições (*studia generalia*) dedicadas ao culto do saber e à discussão do conhecimento, que logo se multiplicaram no continente europeu, onde se praticava livremente um aprendizado geral, ministrado por grupos de estudiosos e intelectuais a estudantes de toda cristandade, influenciados pela Igreja e atraídos pelo saber.

O questionamento da influência religiosa foi o principal motivo para a reivindicação da organização dos estabelecimentos em forma de autogestão universitária, através de modelo corporativo (*Universitas scholarum et magistrorum*),

que se refere a grêmio ou união de professores e estudantes, destinado ao benefício mútuo e à proteção legal do coletivo, abarcando vários domínios do saber, em face da importância das corporações estudantis, que mais tarde passaram a se aproximar das organizações de professores, formando o *studium* ou estabelecimento de Ensino Superior. Foi este modelo, conhecido como “tradicional”, caracterizado por Drèze e Debelle (*apud* ROMERO, 1988, p. 12) como “Universidade do Espírito” voltada para “um ambiente de educação”, que a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha expandiu-se por todo o território europeu sob a proteção da Igreja, tornando-se Paris o mais importante centro de estudos teológicos da Idade Média.

Teixeira (1998, p. 84) considera que a Instituição Universitária medieval é a verdadeira responsável pela unificação da chamada cultura ocidental, e Minogue (1981) assinala que era grande o prestígio das Universidades na Idade Média e repousava sobre a admiração pela educação. Em suas palavras,

Os homens medievais parecem ter concebido a universidade da mesma maneira que um artesão pobre considera uma criança brilhante, para cuja educação ele faz sacrifícios; e eles legaram recursos para as universidades com a mesma generosidade com que faziam doações para as imensas catedrais góticas da Europa (MINOGUE, 1981, p. 17-18).

À natureza associativa das universidades é atribuída sua longevidade e sua capacidade de adaptação aos requerimentos da sociedade em constante transformação.

#### **4.1.2 Universidade renascentista**

Recebendo o impacto das transformações econômicas exercidas pelo capitalismo comercial, do humanismo literário e artístico e dos efeitos da rebeldia

religiosa dos séculos XV a XVIII, a Universidade sofreu grandes alterações em sua concepção e sua organização.

Em um contexto de contínua expansão econômica e mercantil que estabeleceu as bases para a transformação da economia européia, onde muitos conflitos foram marcados pela dissolução da unidade institucional, houve a emergência do Estado Moderno. Turbulência social e cultural motivada pela inovação espiritual, culminando com a Reforma Protestante, teve como marco a Universidade de Wittenberg. Essa Instituição Universitária alterou irreversivelmente sua estrutura, anteriormente limitada à filosofia natural, dando lugar à pesquisa e à penetração das ciências experimentais.

Trindade (1999, p.14) enfatiza o corte religioso radical sofrido pelas Universidades, com os movimentos da Reforma e da Contra-Reforma marcando a vida intelectual do século XVI, que determinou uma nova geografia de Instituições Universitárias na Europa, submetidas aos diferentes movimentos.

A Universidade renascentista configurava-se como uma Instituição social aberta ao humanismo e às ciências, com forte influência do Estado Nacional e expansão ultramarina e identificada como uma comunidade de pesquisadores.

No plano político e social, a Universidade ressentiu-se dos efeitos radicais da Revolução Francesa (1789–1799), que interferiu na Universidade de Paris, de Oxford e Cambridge, em virtude do descompasso em relação às novas exigências da sociedade, que se encaminhava para a grande transformação científica, cuja ciência, em grande parte, era realizada fora das Universidades, segundo Teixeira (1998).

Assim, além do humanismo renascentista e dos movimentos religiosos e revolucionários, a nova relação entre a Universidade e a Ciência torna-se o elemento fundamental na nova estruturação da vida universitária.

#### **4.1.3 Universidade moderna**

Sob a influência do Iluminismo e do Enciclopedismo do século XIX, forte impulso do Estado Nacional, desenvolvimento das ciências e diversificação do conhecimento, a Universidade em seu estilo moderno se constituiu e se fortaleceu na dinâmica da revolução industrial e de seus efeitos econômicos, sociais e políticos.

Fundadas em todo o mundo, já agora como resposta às necessidades decorrentes da expansão industrial, enquanto as existentes sofreram profundas modificações, no sentido de uma crescente democratização, a Universidade Moderna se estabelece sob o signo da razão, em diversas formas de organização e sob inspiração de Von Humboldt, na Alemanha, centrando-se no postulado do desejo da humanidade pela verdade, conforme concepção de K. Jaspers: “É um direito da humanidade, enquanto humanidade, que a pesquisa da verdade se realize em qualquer lugar e sem restrições” (JASPERS *apud* ROMERO, 1988, p. 15).

Trindade (1999, p. 16) indica que, após a Revolução Francesa, a Universidade concebida por Napoleão rompe com a tradição das universidades medievais e renascentistas e organiza-se subordinada a um Estado Nacional. Essa forma de organização é classificada por Romero (1988) como “Universidade do Poder”, cuja concepção objetivava a estabilidade política do Estado, conferindo à instrução pública um papel de relevo, pretendendo unificar a moral e as idéias políticas em ensino profissional uniforme, confiado a um corpo organizado. Assim, a

Universidade deveria estar ideologicamente submetida ao poder e ter uma função geral de preservação da ordem social pela difusão de uma doutrina comum.

Também sob essa categorização edificou-se, na Rússia, um modelo de Universidade que viria a se constituir, no século XX, em um instrumento funcional de formação profissional e política, porém sob o espírito científico e experimental reinante, com vistas ao avanço científico, concretizando-se no “*Plano de uma universidade russa*, elaborado por Diderot para Catarina II, [onde] todas as reformas das universidades preconizam estudos mais aprofundados de ciências naturais e físicas” (TRINDADE, 1999, p. 15-16).

Os autores concordam que a diversificação de modelos de Universidade experimentados ao longo da história e suas relações com a sociedade estiveram submetidas aos contextos políticos definidos pela interação dos diversos paradigmas científicos com o Estado e a Sociedade, estabelecendo, como explicita Trindade (2000), uma “[...] complexa problemática – universidade, sociedade, conhecimento e poder – [que] tem seu ponto crítico nas novas relações entre ciência e poder”, sob a consideração que na sociedade moderna “as universidades, a ciência e sua organização tornaram-se uma questão eminentemente política” (TRINDADE, 2000, p. 18).

Um modelo diferenciado do europeu foi desenvolvido nos Estados Unidos da América, sob circunstâncias históricas especiais, “[...] dentro das contingências de uma sociedade nova em processo de evolução sob impacto da revolução democrática e industrial do século XIX. [...] [surge] como um empreendimento social, sob o controle de um conselho não profissional”, ou como “universidade-empresa” (TEIXEIRA, 1998, p. 144).

Sob todas as formas, a Universidade moderna, fruto do seu tempo, esteve submetida às grandes transformações experimentadas pela humanidade, contribuindo para o avanço da ciência e tecnologia, para o progresso técnico e material, refletindo os conflitos políticos e de ideologias conflitantes que marcaram as lutas pela hegemonia das estruturas sociais e econômicas da modernidade, fortalecendo-se na dinâmica da revolução industrial e de seus efeitos econômicos, sociais e políticos.

#### **4.1.4 Universidade atual**

A concepção hunboldtiana de universidade é considerada a representante da Universidade contemporânea. Operada em Berlim no início do século XIX, a transformação da universidade se deu com a introdução da investigação e pesquisa como centro da busca da verdade e de um conhecimento novo.

É no âmbito desse inventar, pesquisar, descobrir e inovar, de um novo processo material, tecnológico e ideológico, de uma nova postura ao buscar conhecimentos, aliados, muitas vezes, às preocupações com a aplicação comercial, científica ou tecnológica, sua relação imediata com o serviço da comunidade, ou desempenho no estoque de pesquisa e desenvolvimento, que se delineou a Universidade atual, cujo conceito estabelece a profunda relação entre ensino e pesquisa nos vários campos intelectuais, científicos, culturais e profissionais, indispensáveis à formação e à qualificação de pesquisadores e profissionais.

Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 189) discute que os desafios que se impõem à Universidade atual, precipuamente quanto aos seus fins de ensino, investigação e prestação de serviços, residem na exarcebação do conteúdo utilitarista e produtivista imputado à Instituição, levando-a a assumir múltiplas

funções, muitas vezes contraditórias entre si, e geradoras de conflitos internos e no relacionamento com o Estado e a Sociedade.

O caráter utilitarista da Universidade atual teve sua gênese no ideário liberal do século XIX, repercutindo largamente em diversas Instituições Universitárias. Minogue (1981, p.44) assim comenta as reflexões de Newman sobre esse novo direcionamento:

Newman, em *Idea of University*, se debate contra este tipo de atitude prática, que floresceu no século XIX sob a bandeira da *Utilidade Pública*. 'Este processo de treinamento', escreveu no *Discourse VII*, 'pelo qual o intelecto, em lugar de ser moldado ou devotado a algum propósito determinado ou acidental, a algum comércio ou profissão, estudo ou ciência, é disciplinado em causa própria, para a percepção dos próprios objetivos adequados e para o cultivo da própria cultura, é chamado de Educação Liberal'. Neste século, desde que Newman escreveu isso em vão, as universidades têm sido firmemente pressionadas no sentido de prover um preparo profissional e vocacional; ou, para continuar a metáfora do Cerco, a Sociedade tem subjugado com êxito extensas áreas da universidade.

Para além do capitalismo liberal clássico, a Universidade se situa na contemporaneidade globalizada, submetida ao capitalismo neoliberal, sob novas relações com o Estado e a Sociedade e novas demandas que decorrem das mudanças na produção e da crise do Estado do Bem-Estar Social, que lhe imputam adjetivos como funcional, de resultados, operacional, voltada para o mercado, submetida ao empresariado etc.

Neste panorama, as orientações emanadas do Banco Mundial para a educação superior em 1994, descritas por Sguissardi (2000b), expõem concepções teórico-políticas em torno da educação superior e suas relações com o Estado e a sociedade civil, fundadas no ideário balizador do "Consenso de Washington"<sup>5</sup> sob

---

<sup>5</sup> Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos representantes do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais ali sediados – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) -

critérios e indicadores de análise econômica do tipo benefício/custo, priorizando sinais do mercado e o saber como bem privado, propondo: maior diferenciação institucional (visto que as universidades de pesquisas são demasiadamente custosas), com a criação de Instituições não-Universitárias de diversos tipos; privadas, poupando recursos públicos e mais sensíveis “às necessidades mutantes do mercado de trabalho”; diversificação das fontes de financiamento das Instituições estatais; extinção da gratuidade nas Instituições públicas; financiamento por ex-alunos e organismos de crédito; estabelecimento de atividades que gerem recursos; destinação dos recursos públicos indistintamente para Instituições públicas ou privadas, segundo critério de qualidade; redefinição da função do governo no Ensino Superior, sugerindo mudanças nas relações do governo com Instituições, criando políticas favoráveis ao desenvolvimento das IES, que deve contar com maior participação da iniciativa privada; prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade, reservando ao governo o papel de credenciamento, fiscalização e avaliação das IES, além da distribuição dos recursos sob critérios de desempenho.

A este panorama, Trindade (2000, p. 125) acrescenta que:

O fulcro do problema é que hoje não se pode falar em ciência em abstrato, mas do que os homens fazem em nome dela, por seu intermédio ou visando a seu desenvolvimento. E à medida em que a ciência também está submetida ao jogo do poder, corre o risco de se transformar num instrumento dos interesses econômicos e políticos.

---

especializados em assuntos latino-americanos e, para relatar a experiência de seus países, com diversos economistas latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened*, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington".

Gentili (1998, p. 15-35) aponta as conseqüências dos programas de estabilização e reforma econômica formulados a partir do "Consenso", sob a perspectiva do ideário neoliberal, focalizando as recomendações para a educação: utilização de *experts* no enfrentamento da crise de eficiência, eficácia e produtividade; visão da educação como inversão, sob a ótica do capital humano; estabelecimento de mecanismos de controle de qualidade e atendimento às demandas de mercado.



A diversificação de modelos de Instituições de Ensino Superior contribui para o estabelecimento da atual discussão sobre as relações entre os tipos de Instituições Universitárias e a Sociedade, no que se refere à sua concepção, natureza, finalidade, atividades-fim, financiamento etc.

#### 4.2 A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Embora a experiência de Ensino Superior no Brasil tenha seu marco em 1808, com a vinda da família real que tomou a iniciativa de criar algumas escolas profissionais<sup>6</sup>, em um contexto social de crescente valorização da certificação profissional que permitisse a incorporação no mercado de trabalho e o desempenho de ocupações que utilizassem conhecimentos, a Instituição Universitária no país somente passou a existir no século XX, de forma tardia, não só no panorama mundial como no âmbito da América Latina, que teve suas primeiras Universidades ainda no período da colonização espanhola, como o México e o Peru (SERPA; CUNHA, 2002).

No país, foram criadas algumas Instituições Universitárias: no Amazonas (em 1909 foi instalada, em Manaus, a primeira Universidade do Brasil, em plena explosão do ciclo da borracha, que durou 17 anos), no Paraná (criada em 1912, durou 4 anos), no Rio de Janeiro (em 1920) e em São Paulo (em 1934) (SOUZA,

---

<sup>6</sup> Fundação do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, em 18 de fevereiro de 1808, em razão das precárias condições da saúde pública na Colônia e da vinda de numerosos médicos na corte portuguesa, em virtude da doença mental de D. Maria I; logo após, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foi criada a Faculdade de Medicina, com a Cadeira de Anatomia no Hospital Militar do Rio de Janeiro, acrescidas das áreas médica e cirúrgica em 05 de novembro de 1808; expedição do Decreto de 23/02/1808 que instituiu a Cadeira de Ciência Econômica, inspirada na abertura dos portos, a ser ministrada por José da Silva Lisboa (SOUZA, 2001).

2001). As duas primeiras, de vida efêmera e fora do eixo dinâmico da economia nacional, são pouco referenciadas e até mesmo desconsideradas como experiência universitária, enquanto que as duas últimas, submetidas a grandes transformações ao longo do tempo, são experiências conhecidas como as primeiras Universidades do país.

A Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente chamada de Universidade do Brasil, foi “criada” com a centralização administrativa das escolas superiores vigentes, em 07 de setembro de 1920, compreendendo os cursos privados da Faculdade Livre de Direito e Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais mais os cursos mantidos pelo Estado, da Escola Politécnica e Faculdade de Medicina (SOUZA, 2001), em um contexto de grandes debates acadêmicos e fervilhante movimento científico e cultural, com destaque para o ideário modernista consolidado na Semana de Arte Moderna, em 1922 e, posteriormente, pelo manifesto dos pioneiros da educação (1932), acontecimentos de grande repercussão na história da educação brasileira.

Esse período, a influência e participação mais direta dessa elite de intelectuais, cientistas sociais e educadores, nos círculos decisórios da política do ensino superior, foram fundamentais para desencadear o movimento que culminou com a criação da Universidade Brasileira e exercer influência nas políticas de governo, consolidadas nos anos 1930-1932.

Segundo Teixeira (1998, p. 92),

Somente em 1920, a República dá o nome de universidade às quatro escolas superiores que havia no Rio de Janeiro. Mas essa universidade somente em 1937 veio a ser realmente implantada. Em 1934 foi criada a primeira universidade em São Paulo e, em 1935, uma no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, que logo depois veio a ser extinguida.

Assim implantada, a partir de unidades isoladas de Ensino Superior que se constituíam grandes escolas profissionais, a Universidade Brasileira se organizou sob seu primeiro Estatuto, de 1931, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como Ministro Francisco Campos. O referido Estatuto, segundo Cunha (1989, p. 11), determinava que:

[...] só seria concedido *status* universitário a uma instituição de ensino superior que reunisse pelo menos três das quatro unidades seguintes: Faculdade de Medicina; Escola de Engenharia; Faculdade de Direito; Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Os objetivos definidos no Art. 1º do Estatuto das Universidades Brasileiras, entretanto, previam “[...] elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em qualquer domínio do conhecimento humano e habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior [...]”, mas, na realidade, foram distorcidos priorizando as Universidades e demais Instituições de Ensino Superior, o preparo para o exercício profissional, em detrimento dos demais objetivos.

Para Romanelli (1998), a falta de tradição de pesquisa que se deve a fatores como estratificação social, herança cultural, que pesa fortemente na estrutura arcaica de ensino e a forma como tem evoluído a economia e, sobretudo, como se tem processado a industrialização, são razões que explicam esta distorção.

O impulso dinâmico trazido pela revolução de 1930 ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, propiciando a transição da sociedade oligárquico-tradicional para a sociedade urbano-industrial, teve significativos reflexos para a organização do ensino. O modelo econômico adotado, que orientava para a industrialização e o movimento migratório rural-urbano permitiram crescentes concentrações de

contingentes em torno desse setor da atividade, expandindo a classe média e dos trabalhadores urbanos, com conseqüências na reformulação da estrutura de poder, em face do reconhecimento desses setores como categorias políticas, os quais tiveram atuações determinantes na configuração da educação brasileira pós-30. Nessa época o Brasil começou a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre eles o da instrução pública.

Havia, segundo Ghiraldelli Jr. (1994), alguns movimentos políticos cujas teses deram a tônica dos grandes embates sobre a educação e as reformas que vieram a ser implementadas no país: o movimento dos liberais, que desejavam a construção do país em bases urbano-industriais democráticas, cuja educação seria norteadada pelas teses escolanovistas (à luz da pedagogia nova de Dewey, que tinha Anísio Teixeira como seu principal seguidor), sistematizadas no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que propunha reformulação da política educacional e a criação de um sistema nacional de educação; o movimento dos católicos, que defendia a Pedagogia Tradicional e o ensino privado, e tinha o apoio da corrente política ultraconservadora; e o movimento das classes populares, aglutinadas na Aliança Nacional Libertadora (ANL), que recuperaram os projetos do Movimento Operário da 1ª República.

É a partir dessa dinâmica dos processos contraditórios e de posições ideológicas divergentes que se pautaram as propostas educacionais, consolidadas na Constituição Federal de 1934, que abriu espaço ao tema da educação e incumbiu a União de fixar o Plano Nacional de Educação.

Em 1937, Getúlio Vargas desfechou o golpe que institucionalizou o “Estado Novo”, redirecionando a política educacional, traçada pelo Estado ditatorial. Através de nova Carta Constitucional, o Estado Novo buscou desincumbir-se da educação

pública e, através de leis orgânicas do ensino, chamadas de *Reformas Capanema* – alusivas ao então Ministro Gustavo Capanema –, apontavam para a formação de elites dirigentes e profissionais liberais.

As políticas direcionadas para se ajustarem às exigências na construção do capitalismo industrial acabaram por impor à Universidade forte seletividade, excluindo amplas camadas da população. O Brasil continuou seu processo de industrialização com o objetivo de substituir as importações. O parque industrial e a crescente urbanização favoreceram a implementação de uma política de profissionalização das classes menos favorecidas, através das Reformas Capanema, para atender às exigências de mais mão-de-obra técnica.

Em 1940, o discurso de Vargas apontava para a necessidade de novas profissões, pois a sociedade brasileira estaria carente de novos tipos de profissionais para suprir as demandas de industrialização e de serviços urbanos, levando à criação de um sistema educacional dualista e discriminatório, separando a formação intelectual, destinada às elites, da profissional para classes operárias.

Nos anos finais da II Grande Guerra, o regime Vargas começou a se liberalizar e aproximar-se das teses defendidas por setores esquerdistas, em discursos de caráter populista. Em consequência disto, sofreu deposição em 29 de outubro de 1945, por forças conservadoras. Mas o final da Guerra propiciou o crescimento de movimentos populares, criação e legalização de vários partidos que foram fundamentais para a revigoração ideológica e para a luta pelo crescimento e melhoria da escola pública.

Com a redemocratização do país, elegeu-se uma constituinte que se incumbiu de redigir a nova Constituição, promulgada em 18 de dezembro de 1946. A nova carta magna, de caráter liberal, dispôs sobre a competência da União para legislar

sobre Diretrizes e Bases da Educação e remeteu à criação de uma lei ordinária, para estabelecimento de um novo sistema educacional para o país, o qual definiria aspectos estruturais e de funcionamento (ROMANELLI, 1998).

O projeto elaborado por uma comissão de diversas tendências iniciou sua tramitação em 1947, mas em seu longo percurso até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961, sofreu diversas mutilações para aliar tendências ideológicas conflitantes.

No período de 1945 a 1960, a Universidade se comprometeu com a defesa da democracia e a construção da sociedade tecnologicamente moderna. Surge, ao lado da luta pelo petróleo e pelas reformas de base, a consolidação das escolas tecnológicas e os primeiros institutos de ciências (GHIRALDELLI JR., 1994).

A evolução política da sociedade brasileira nesse período, que teve seis governos e vivenciou a transformação econômico-social do país - de uma estrutura oligárquico-agrária, para urbano-industrial -, realizou-se sob muitos conflitos e baseou-se na ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, o qual propiciou a implantação do parque industrial brasileiro.

Foi no âmbito do “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek (1956-60) que se consolidou o ideário da “educação para o desenvolvimento”, através do largo incentivo ao ensino técnico-profissionalizante. No discurso “educar para o trabalho” cristalizou-se o espírito do desenvolvimentismo, e a inversão do papel do ensino público colocando a escola sob os desígnios do mercado de trabalho. As universidades eram destinadas a quem tivesse “vocação intelectual” (TEIXEIRA, 1998).

Na década de 1960, iniciou-se uma nova fase do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico no Brasil. Esta fase passou a exigir da Universidade

um novo papel: o de formador de recursos humanos, carreando a transformação das “escolas” em “Universidades”, que deveriam responder a uma necessidade econômica, ou seja, a demanda de recursos humanos especializados e a formação de um mercado interno sofisticado para satisfazer a uma exigência política: a montagem de um aparato institucional.

O caráter modernizante da Universidade é, portanto, reflexo da conjuntura político-ideológica, ligada ao processo de industrialização. À medida que esse processo se desenvolveu, a Universidade tornou-se alvo de inovações no esforço de adaptar-se às necessidades do novo contexto. Ao longo desse processo, a função formadora da Universidade foi se modificando progressivamente, devido à necessidade de mão-de-obra especializada para a indústria e para o Estado e também pela necessidade de responder à crescente demanda pelo nível superior de ensino por parte das classes médias, como meio de promoção social.

A transformação da Universidade tradicional em Universidade tecnocrática se impôs pelo próprio desenvolvimento econômico.

Assim, a Universidade brasileira tornou-se, a partir dos anos 60, palco de profundas transformações estruturais, tanto sobre seus aspectos de organização interna, como sobre suas relações com a sociedade.

O contexto político na época propiciou a centralização e controle das universidades por parte do governo federal, somente flexibilizada por pressões da sociedade, encerradas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1961 (Lei 4.024, de 20/12/1961). O fim do período de substituição de importações foi marcado pela fragmentação do pacto político populista (PSD-PTB), e a política educacional tornou visível a ambivalência dos grupos no poder, em torno da LDB e da campanha da escola pública.

Cunha (1989) assinala que a LDB de 1961 é resultante de acontecimentos que marcaram as relações entre a Universidade e a Sociedade no final da década de 1950 e início dos anos 1960, com a vitória da tendência privatista que garantiu recursos públicos para estabelecimentos privados e o fim do processo de “federalização” em curso.

Com o golpe militar de 1964, a Universidade foi submetida às “Reformas de Base”, cujo conteúdo consistiu na reforma da estrutura interna das Instituições Universitárias, conforme modelo americano, com apoio técnico e financeiro da United States Agency for International Development (USAID) e implementação do Programa de Ação Econômica (PAEG).

Entre 1966 e 1967, a ação do governo militar se impôs através de decretos-leis que estabeleceram os estatutos da “Reforma Universitária”. Essa legislação, segundo Cunha (1991), promoveu alterações nas estruturas universitárias segundo princípios “tayloristas”, despolitização da comunidade universitária e fragmentação das unidades. Em novembro de 1968, a Lei 5.540 estendeu essa forma de organização às Universidades estaduais e aos estabelecimentos isolados.

A Lei da “Reforma Universitária” (5.540/68) buscava revolucionar o panorama de todo o Ensino Superior brasileiro, colocando em prática o projeto tecnocrático que concebeu a Universidade como instrumento para o desenvolvimento econômico e social, através da formação de recursos humanos e *know how* técnico-científico para a administração pública e privada. Esse modelo de Universidade centrava-se no discurso da modernização funcionalista, reduzindo-a a agência prestadora de serviço ao projeto desenvolvimentista do governo.

O conjunto de medidas tomadas pelo governo, proposto pelo Grupo de Trabalho para Reforma Universitária (GRTU), como resultado do convênio



MEC/USAID, pode ser assim sintetizado: departamentalização como processo de substituição das unidades acadêmicas; matrícula por disciplina (regime de crédito); instituição do ciclo básico; unificação do vestibular por região e ingresso por classificação; fragmentação do grau acadêmico; institucionalização da pós-graduação.

Com essas medidas, segundo Cunha (1989), o governo possibilitou a intensificação da burocracia e centralização do poder nas Universidades.

Outro aspecto de extrema importância residiu na criação de mecanismos que favoreceram a rápida expansão do Ensino Superior, uma das reivindicações contidas nos movimentos estudantis de 1968. Como resultado, observou-se uma expansão crescente e desordenada, através da ampliação da oferta de vagas na esfera privada em instituições criadas, em grande parte, no interior do país.

A sociedade, por sua vez, via na diplomação o requisito necessário de ascensão para as camadas médias, provocando um crescente aumento de demanda (verificado nas décadas de 1970 e 1980), especialmente nas médias e grandes cidades.

A criação dessas escolas obedeciam geralmente a uma lógica imediatista, com justificativa respaldada no argumento de demanda reprimida, em face da concentração das Instituições de Ensino Superior - IES nas capitais, além da necessidade de democratização do acesso para aqueles que não dispunham de condições, tanto de mobilidade, quanto de concorrência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A democratização do ensino se efetivou como mecanismo de acesso ao emprego e a ocupações mais valorizadas econômica e socialmente.

Schwartzman (1979, p.297) assinala que o envolvimento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) no campo da ciência e tecnologia é a mais importante característica desse período, onde ocorreu uma tentativa de colocar a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento.

Elaboraram-se planos trienais e decenais em que a educação foi elemento prioritário para o desenvolvimento nacional. A educação foi reexaminada à luz do novo modelo: o econômico.

Como resultado dessa política, observou-se a entrada de agências com aporte de recursos alocados para instalação de institutos e fundações de prestação de serviços que funcionavam junto às Universidades, promovendo a expansão da pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de interesse do governo e Instituições privadas, em atendimento às necessidades do desenvolvimento econômico.

A partir dos anos 1980, os processos expansionistas e de interiorização começaram a ser questionados e, concomitantemente, conforme comenta Saviani (1999), alastrou-se uma tendência de desmonte do sistema nacional de ensino, induzida por organismos internacionais, em favor da privatização e/ou municipalização dos serviços educacionais.

No final da década de 1980, desencadeou-se o processo de reformas estruturais (UNESCO, 1999), pautado nas seguintes recomendações gerais do “Consenso de Washington”: disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o *déficit* público; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de

restrições que impeçam Instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; propriedade intelectual.

Embora tivessem, em princípio, caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar-se às novas regras, monitorados pelo FMI e demais agências multilaterais. Em síntese, o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de com práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

Os anos de 1990, sob a égide do capitalismo financeiro internacional, foram marcados pelos impactos de uma crise econômica geral do país, iniciada na década de 1980, com efeitos devastadores no mercado de trabalho. As transformações da economia, motivadas pelo modelo de capitalismo globalizado, redirecionaram critérios de empregabilidade, requerendo mudanças nas estruturas da formação profissional, para atender às novas características do mercado.

Saviani (2000, p. 120) discute que o período:

[...] inaugurado com o lema 'Brasil Novo', na posse de Collor de Mello em março de 1990, assumiu claramente a prioridade da inserção do país no quadro do mercado globalizado comandado pelo capital financeiro ao qual se subordinam as políticas, de modo geral, e, especificamente, a política educacional.

Foi a partir desse período que o estudo de Cunha (2002) detectou: crescimento do Ensino Superior em Instituições Universitárias e não-Universitárias, especialmente no setor privado; grande incremento e diversificação na oferta de cursos nas Instituições de Ensino Superior; tendência de concentração da oferta nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e surgimento de novos tipos de cursos dirigidos para novas áreas de trabalho.

Em estudo de Sguissardi (2000a, p. 14), emergem estatísticas que comprovam essa assertiva :

O aumento percentual das matrículas de 1997 para 1998 foi de 9% (em 1997 eram 1,945 milhão), mas este crescimento se deu especialmente nas IES privadas, com 11% de aumento. [...] de 1994 a 1998 [...] as matrículas na rede privada aumentaram duas vezes as da rede estadual e três vezes as da federal. Com 67,8% dos efetivos discentes, o setor privado ultrapassa em 1998 os 2/3 do total de estudantes de nível superior no país.

Atualmente, a Universidade brasileira vem se defrontando com ameaça de colapso no sistema público, em decorrência de sua estagnação, de problemas de financiamento e de uma forte expansão do sistema privado, que absorve grande parte da demanda do ensino superior, em maior proporção do quadro acima descrito.

Para tentar equacionar estas questões, está em curso um amplo debate nacional em torno do projeto de Reforma Universitária proposto pelo governo, que ora tramita no Congresso Nacional, o qual tem sofrido severas críticas por parte de diversos segmentos da sociedade e da comunidade acadêmica em especial.

## 5 UNIVERSIDADE E REGIÃO

### 5.1 A TERRITORIALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

A territorialidade tem sido tema recorrente nas análises sobre espaços delimitados no mundo globalizado, pela necessidade de se entender as diferenças ali inscritas, como contraponto à ideologia homogeneizante de uma civilização planetária que seja síntese das várias civilizações do mundo contemporâneo.

A referência à territorialidade remete aos limites geográficos. Porém, o significado dessas fronteiras, as razões que levaram à imposição desses limites, a história que explica as iniciativas do Estado em estabelecer as fronteiras e sua manutenção, são elementos relacionados à manutenção do poder.

Para Milton Santos (2001, p.19):

[...] o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem.

O papel da territorialidade se traduz na formação de processos identitários locais, considerando sua dinamicidade, pois os elementos que a constituem (o

homem, o espaço) são susceptíveis de constantes variações no tempo. Esta característica, segundo Raffestin (1993, p.160), confere à territorialidade a possibilidade de vivências por intermédio de um conjunto de relações emergentes de um sistema tridimensional – sociedade, espaço, tempo. Segundo o autor: “[...] a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

O uso do território objetiva a formação socioespacial e determina o arranjo espacial dos objetos e equipamentos necessários à organização das relações entre os indivíduos e destes com as instituições presentes no lugar, reunidos “numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições sociais e jurídicas e formas geográficas” (SANTOS, 1999, p. 272).

Para a instalação de Instituições de Ensino Superior em determinados locais, dada a sua natureza, são levados em consideração aspectos infra-estruturais materiais e sociais, composição dos orçamentos públicos, estrutura de gastos públicos, impactos sobre comportamentos individuais e coletivos, sobre a economia, cultura, política e história locais. Isso porque esses espaços detêm a representatividade política e econômica e concentram os setores mais dinâmicos de influência no seu entorno, podendo gerar um fluxo multidimensional do “vivido” territorial pelos membros daquela localidade, criando sua territorialidade.

No processo de instalação de Instituições Universitárias em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico. Sob este aspecto, a Universidade torna-se um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1992) e cumpre o papel de funcionalização do poder.

Quando instalada em determinada região, a Instituição Universitária ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto local (econômico, político, cultural e histórico). Nesse movimento, as Instituições assumem importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento relacionados a questões específicas dos diferentes espaços regionais.

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, graças a suas características como Instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas, criando sentimento recíproco de pertença, no processo endógeno de influências.

Nesse sentido, a região de influência contribui sobremaneira para a sustentação das ações da Universidade, à qual cabe a função precípua de articulação entre o saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana.

À Universidade cabe a tarefa de conferir substância e consistência à idéia de universalidade, nutrindo-se das nuances das realidades particulares correspondentes à heterogeneidade de condições em que o homem histórico, econômico, político, cultural e socialmente se estabelece. Admite-se, com isso, que a Universidade está plantada nas diferentes experiências vividas pelo homem, que formam o conjunto das experiências sociais.

Nesse sentido é que a região, entendida como uma dimensão particular da realidade, é recortada, a fim de que o conhecimento consubstanciado nas experiências seja universalizado.

Ampliar o foco das discussões sobre a crescente importância das Instituições Regionais e seus resultados em aportes para o desenvolvimento regional não reduz a problemática da Educação Superior a situações locais nem diminui a urgência de se encontrar soluções para os grandes e estruturais problemas enfrentados pelo Ensino Superior no país.

## 5.2 O ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

A reflexão sobre a territorialidade do Ensino Superior deve levar em consideração, também, a construção do espaço universitário.

Sabe-se que Instituições Universitárias são instaladas em determinados locais, vinculadas a fatores exógenos e endógenos, tanto no que se refere à tradição histórica da emergência das Universidades como às configurações econômicas, políticas, sociais e culturais que confluem em determinados espaços e tempo histórico.

No Brasil, a partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68), privilegiou-se a implantação de Universidades em *campus* universitários, afastados dos centros urbanos, segundo Cunha (1991), numa estratégia do governo militar de quebrar a unidade estudantil, construída a partir da espacialização das Universidades que congregavam Escolas, Faculdades e Institutos dispersos em diferentes locais nas áreas urbanas das cidades, com grande capilaridade no tecido social e grande poder de mobilização da sociedade.

Numa digressão do autor, o espaço universitário é denominado de forma singular, referindo-se ao *campus* como um “espaço contínuo, delimitado e exclusivo, onde se reúnem os edifícios de uma universidade, podendo estar situado dentro da



cidade, na sua periferia ou fora dela. A idéia limite do *campus* consiste no território que reúne todas as instalações de uma universidade” (CUNHA, 1991, p. 141).

Buarque (1994, p. 172) enfatiza que o conceito de *campus* surgido com um sentido acadêmico referente ao *locus* da produção intelectual, sofreu substancial mudança no seu significado para a idéia de localização geográfica, onde se situam os prédios da atividade universitária. Para o autor, “a partir dos anos 60, no Brasil, ela ganha também o significado de distanciamento em relação aos centros urbanos onde circula a população em geral”. Em decorrência disso, o distanciamento cultural entre a Universidade e a população tendeu a se agravar.

As mudanças que se implementaram, a partir da década de 1960, encontravam no instituto legal as justificativas e as formas (eliminação de meios para fins idênticos, minimização do custo médio da matrícula, entre outras) para promover a reorganização prevista, mas esbarraram na resistência do movimento, resultando em longo período de forte repressão político-ideológica a professores e estudantes.

Na realidade, as medidas tornaram-se inócuas no que se refere a custos de implantação e manutenção dos *campi* suburbanos, resultando na permanência de muitas universidades dispersas nos espaços urbanos, aumentando o volume dos gastos administrativo-financeiros, além de problemas advindos da fragmentação do espaço e segregação de determinados *campi*.

Numa terminologia de Milton Santos (1999), o *campus* universitário é o espaço resultante da geografização da sociedade sobre a configuração territorial, formando os fixos e os fluxos que interagem e se alteram mutuamente. Enquanto o *campus* é criado para exercer o trabalho (determinado pelos fixos), o território é o domínio do exercício do poder, conforme discutido anteriormente.

No caso da Universidade Estadual de Santa Cruz, sua emergência está vinculada à tradição histórica que formou o perfil das Universidades públicas brasileiras, incluindo-se aí as lutas encetadas no seio da comunidade regional entre as expressões de poder econômico e político, na disputa da hegemonia e a delimitação do espaço universitário que reflete suas identidades.

O local de implantação do *campus* universitário, entretanto, deveu-se a um arranjo pactuado pela sociedade regional, com a participação hegemônica de representantes do poder econômico, para não ferir suscetibilidades dos dois principais municípios que reivindicavam o abrigo da Universidade. Nesse arranjo, incluiu-se a doação, por parte de um próspero cacauicultor, Senhor Manoel Fontes Nabuco, de parte do terreno onde se construíram as edificações, localizado às margens da rodovia entre as cidades postulantes, Ilhéus e Itabuna. O local, parte territorial do Município de Ilhéus, fica equidistante das duas cidades, contribuindo, também, juntamente com a CEPLAC, localizada a 6 km daí, para uma dinâmica própria no seu entorno, conhecido como “eixo Ilhéus-Itabuna”.

No que tange à sua organização inicial, seguiu o modelo clássico das Universidades brasileiras, a congregação de faculdades isoladas.

## **6 O CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA**

### **6.1 POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA: CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS**

No bojo das transformações estruturais do Ensino Superior no Brasil, viabilizou-se, a partir de 1960, a expansão do sistema através da ampliação da oferta de escolas do 3º grau no interior do país, especialmente pela esfera privada.

Cunha (2000, p. 2), em seu estudo sobre a expansão de oferta do Ensino Superior, assinala que “[...] é a partir dos anos 60 que o ensino superior brasileiro vai experimentar um processo de considerável crescimento [...] acompanhado de uma importante tendência de diversificação de suas unidades [...]”.

Na Bahia, este contexto histórico propiciou a instalação de escolas isoladas, em diversas e principais cidades do interior do Estado, que viriam a se constituir núcleos de formação das Universidades, hoje mantidas pelo Estado.

A crescente expansão da rede pública estadual de ensino de 1º e 2º graus exigia a fixação no interior de pessoal habilitado para o exercício do magistério. Daí, as iniciativas de criação de escolas de formação de professores no interior do

Estado. Através da Lei Estadual 1.802, de 25 de outubro de 1962, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Caetité e Juazeiro (BAHIA...,1996).

Em Ilhéus, foi criada a Faculdade de Direito, autorizada a funcionar em 19/03/1960, e em Itabuna, a Faculdade de Filosofia, autorizada a funcionar em 05/10/1960, iniciando suas atividades com os cursos de Filosofia, Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Ciências (os dois últimos com licenciaturas curtas).

Se, por um lado, esta foi a característica comum à formação das Instituições Estaduais, por outro, a trajetória de cada uma diferenciou-se em decorrência da correlação de forças políticas em diferentes momentos de suas histórias, desenhando, no mapa do Estado, uma regionalização, de acordo com os interesses políticos de grupos, na esfera do poder.

Na onda desenvolvimentista, o governo do Estado elaborou uma política global de desenvolvimento do sistema de educação, incluindo a organização espacial do Ensino Superior no Estado em consonância com sua divisão em Regiões Administrativas, através da criação de distritos geoeducacionais da Bahia (BAHIA..., 1969).

Essa política, sistematizada no *Plano Integral de Educação e Cultura* da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (BAHIA...,1969), definiu como prioridade a interiorização do Ensino Superior através da localização de núcleos universitários em cidades "Centros de Polarização", mapeados sob critérios demográficos, sociais, geofísicos e econômicos.

A estratégia de implantação dessa política foi a instalação de faculdades nas principais cidades, sedes regionais das Regiões Administrativas, que viessem a atender às necessidades sociais e econômicas locais.

Porém, como assinala UEFS (1994, p. 72), a política de interiorização sofreu influências político-partidárias, não se conseguindo a capacitação estrutural que era uma das prioridades do Plano.

As escolas criadas, via de regra, proporcionavam cursos de licenciatura (utilizando-se, largamente, do instituto de licenciaturas curtas) e bacharelados na área de ciências humanas, buscando suprir as deficiências regionais na formação de professores para a escola média. A instalação com essas opções, além de serem mais fáceis quanto à disponibilidade de pessoal docente, eram menos onerosas, dependendo, basicamente, da organização de bibliotecas necessárias para seu reconhecimento por parte do Conselho Federal de Educação.

Sob o modelo vigente, as Universidades Estaduais baianas estruturaram-se via aglomeração de escolas superiores isoladas. Embora criadas em períodos distintos, todas tiveram características comuns, trazidas das escolas que as antecederam, direcionadas à formação de professores e ao projeto acadêmico-institucional respaldados na sua importância como mola propulsora para o desenvolvimento regional.

Assim, surgiram, em forma de autarquias estaduais, em substituição às formas organizacionais extintas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sob a Lei Delegada n.º 12, de 30/12/1980; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a Lei Delegada n.º 66, de 01/06/83 e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), sob a Lei n.º 6.344 de 05/12/1991, cujas especialidades dessas Instituições, são descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Instituições públicas de ensino superior do Estado da Bahia

<b>Instituição</b>	<b>Proveniência</b>	<b>Ano de funcionamento e natureza</b>	<b>Localização</b>
UEFS	Fundação Universidade de Feira de Santana	1970 Unicampus	Feira de Santana
UESB	Fundação Educacional do Sudoeste	1983 Multicampi	Vitória da Conquista (sede) <i>Campus</i> em Jequié e Itapetinga
UNEB	Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia – SESEB Centro de Educação Técnica do Estado da Bahia – CETEBA	1983 Multicampi	Salvador (sede) Diversos municípios (19 campi)
UESC	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI	1991 Unicampus	Rodovia Ilhéus-Itabuna

Fonte: Tomasoni, 2000, p. 27.

A diferenciação existente entre elas reside no perfil que cada uma foi assumindo, em função de sua história e da interação do seu projeto institucional com as regiões de sua abrangência, em atendimento às demandas e especificidades de cada região.

## 6.2 A REGIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA

O processo de regionalização da Educação Superior no Estado da Bahia decorre, inicialmente, do amplo projeto de desenvolvimento regional proposto para todo o Estado, durante o governo de Luiz Viana Filho (1967-1971), o qual é responsável, também, pelas bases infra-estruturais de implantação do parque industrial do Estado, com a inauguração do Centro Industrial de Aratu e estabelecimento de condições materiais e políticas para a construção da Usina

Siderúrgica da Bahia e do Pólo Petroquímico promovendo uma mudança significativa na base produtiva do Estado e no modelo econômico agrário-exportador vigente.

Segundo Tavares (2000, p. 318):

Chegou [Luís Viana Filho] ao governo com planos e idéias para o desenvolvimento da Bahia. Convencido de que a educação podia ser um pólo de desenvolvimento, nomeou para a Secretaria de Educação e Cultura o jovem professor e doutor em Ciência Política pela Universidade de Sorbone, Luís Augusto Fraga Navarro de Brito, [...] Em pouco tempo [Navarro de Brito] preparou e colocou em prática os inovadores Planos de Educação I e II [...].

O *Plano Integral de Educação e Cultura* do Estado, proposto pelo então Secretário de Educação e Cultura, Luís Navarro de Brito, tinha a ambição de “[...] uma grande transformação na estrutura sócio-econômica da Bahia” (BAHIA..., 1969, p.9).

As linhas norteadoras para a expansão do Ensino Superior no Estado foram:

- a integração aos demais componentes do sistema estadual de ensino;
- a articulação das diferentes Unidades Estaduais de Ensino Superior ;
- a integração com instituições congêneres, particulares ou federais;
- a distribuição das unidades com base na regionalização do Estado.

Como se sabe, o território baiano é composto por 417 municípios (SUPERINTENDÊNCIA..., 2002), a maioria localizada em regiões do semi-árido (ANEXO C), cujos processos de organização espacial se efetivam de forma diferenciada e desigual, a começar pela concentração econômica e populacional no litoral, irradiando-se pelo interior, seguindo os fluxos de capitais, mercadorias e pessoas, decorrentes do desenvolvimento econômico. É sabido, também, que o Ensino Superior não se instala em qualquer localidade. Sua distribuição tem

representatividade nas cidades onde se concentram os setores mais dinâmicos da economia.

No que pese a intenção de um planejamento de expansão do Ensino Superior, vinculado ao desenvolvimento regional, cuja base política se definia como “a interiorização do desenvolvimento, pelo crescimento das regiões e pelo fortalecimento das políticas e programas” (BOAVENTURA, 1987, p. 66), seguindo um esquema de hierarquia urbana, o Ensino Superior deveria ser oferecido nas capitais regionais e nos principais centros urbanos. Na instalação das Universidades Estaduais e suas unidades em todo o interior do Estado não houve prioritariamente a observância desses critérios, muitas vezes sobrepujados por interesses político-partidários.

A expansão que se tem verificado, seja de novas unidades, seja de novos cursos nas unidades já instaladas, não tem considerado os critérios de regionalização geoes educacional que, conceitualmente, equivalem à região homogênea, com vistas ao desenvolvimento de programas e intervenções planejadas do setor público, no que pesem esforços governamentais em promover políticas públicas de desenvolvimento regional, visando estimular algumas economias locais.

Nas quatro Universidades Estaduais, conforme observou Cunha (2002, p. 82-83), o número de cursos oferecidos passou de 64, em 1991, para 180, em 2000, o que representa um incremento de 181,25% no período, com uma taxa de crescimento de 3,1 cursos entre 1991/1995; 34,8 cursos entre 1995/1998 e 102,2 cursos 1998/2000. Quanto às matrículas, dados do INEP/MEC, trabalhados pela autora, mostram que, no período de 1991 a 2000, as matrículas das IEES da Bahia passaram de 11.742 para 30.981, perfazendo um acréscimo de 162,84%. Sabe-se



que nos últimos anos todas as quatro Universidades Estaduais tiveram um expressivo incremento tanto de cursos quanto de novas vagas.

Nesse quantitativo, tanto os impactos das mudanças políticas, econômicas e sociais que marcaram o período quanto as ingerências do poder hegemônico no Estado influenciaram de forma determinante o rol dos projetos dos novos cursos.

Conforme constatou Cunha (2001, p. 12):

[...] é extremamente significativa a quantidade de cursos de licenciatura criados nas diversas áreas de conhecimento, o que afirma a vocação dessas instituições ligada à formação de docentes para o ensino básico. No entanto, deve-se registrar o aparecimento de um elenco diversificado de cursos que se dirigem a outras carreiras e profissões nessas universidades, numa tentativa de aproximar a oferta de ensino às características sócio-econômicas e culturais das regiões onde se encontram inseridas.

Em estudo realizado sobre a UNEB, que atua em quase todas as regiões do Estado, Tomasoni (2001, p. 58) verifica que aquela Universidade

[...] tem o pressuposto de formar profissionais para suprir a área pedagógica, assim, a vocação econômica da região não é fator determinante no oferecimento dos cursos” ainda, que há “...incidência de campus em cidades próximas ... na mesma região econômica” e “... a escolha do município, para instalação de uma IES, é norteadada mais pelos interesses políticos do poder público, do que pelo planejamento educacional e pela política da universidade.

Inegavelmente, a interiorização, como meta institucionalizada para integrar a educação ao desenvolvimento regional do Estado, tem um importante papel no contexto da expansão do Ensino Superior, mas ressentido-se dos efeitos políticos e econômicos, especialmente dos impactos da crise econômica geral, iniciada na década de 80, motivados pelas mudanças estruturais do modelo econômico, agravada, na década de 90, com a hegemonia do capitalismo globalizado e a conseqüente reestruturação produtiva imposta pelo neoliberalismo.

Nas distintas regiões do Estado (Figura 6, ANEXO C), esse cenário operou transformações diferenciadas nas dinâmicas das economias regionais e mudanças nas bases produtivas.

Em sua maioria, com base na atividade agrícola, as regiões mais dinâmicas voltadas para este setor da atividade econômica sofreram grandes repercussões das mudanças estruturais e conjunturais operadas no modelo econômico em curso no período.

As regiões Sul e Extremo Sul (áreas de abrangência da UESC) assistiram ao declínio sem precedentes da sua base produtiva, edificada na monocultura de exportação do cacau, produto tradicionalmente cultivado, que já representou a principal fonte de recursos do Estado, financiando, inclusive, seu parque industrial; por outro lado, na região Extremo Sul, o incremento na indústria turística e a produção em larga escala de papel e celulose têm promovido um novo perfil da economia local.

A região Oeste (área de abrangência da UNEB), que se constituiu na década de 70 como área de “fronteira agrícola”, dinamizou sua economia implantando modernamente a monocultura da soja, com grande valor agregado, destinado, prioritariamente, às exportações; da mesma forma, a região do Baixo Médio São Francisco (área de abrangência da UNEB) aumentou sua importância na economia do Estado com a implantação, em larga escala, de fruticulturas irrigadas, também destinadas ao mercado externo. Em ambas as regiões, o modelo agrário-exportador se consolida em bases de competitividade internacional, promovendo a exclusão da pequena produção e aprofundando as mazelas do quadro social.

As regiões Sudoeste (área de abrangência da UESB) e Paraguaçu (área de abrangência da UEFS), de forte expressão econômica na atividade comercial e de

serviços e diversificada na atividade agropecuária, assistiram a mudanças significativas na composição do seu Produto Interno Bruto (PIB), em novas direções: na região Sudoeste, fortaleceu-se o setor primário com o aumento da participação da lavoura cafeeira e atividade da pecuária, enquanto a região Paraguaçu, vizinha à Região Metropolitana de Salvador, teve maior dinamismo em sua economia a partir do surto industrial, beneficiando-se dessa proximidade, tanto econômica quanto politicamente.

As demais regiões (áreas de abrangência da UNEB) com base econômica na agropecuária de subsistência e setores extrativistas minerais, no que pese o esforço de diversificação econômica, têm assistido a significativas perdas de valor bruto da produção, em decorrência de políticas que deprimem os preços em face da baixa competitividade de seus produtos.

As Universidades Estaduais da Bahia abrangem todas as regiões do Estado (Quadro 2) e, em alguns casos, se superpõem em regiões onde se verificam ações de mais de uma delas. Isto porque, enquanto a UNEB adotou modelo de "Universidade Estadual" Multicampi, com raio de ação em todo o Estado, as demais adotaram modelo de "Universidade Regional", com inserção definida em suas respectivas regiões geoeconômicas, sendo a UEFS e UESC Unicampus e a UESB Multicampi, restritas à sua região de abrangência. Esta configuração ensejou uma atuação diferenciada nas diversas regiões, delineando uma participação mais significativa da UNEB nas regiões fora do raio de ação das demais Instituições Estaduais.

Quadro 2 - Regiões de atuação das Universidades Estaduais da Bahia

<b>UNIVERSIDADE</b>	<b>REGIÕES DE ATUAÇÃO</b>
UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana	3 – Recôncavo 7 – Paraguaçu 12 – Chapada Diamantina
UESC Universidade Estadual de Santa Cruz	4 - Litoral Sul 5 – Extremo Sul
UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	8 – Sudoeste
UNEB Universidade do Estado da Bahia	Todas as Regiões do Estado

Fonte: Dados da Pesquisa.

### 6.3 A REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Conforme delimitação constante no seu Projeto para Reconhecimento, “Legalmente, a UESC tem jurisdição em toda a Região Sul do Estado da Bahia, conforme a Lei Estadual nº 6.344 de 05.12.91 que a instituiu. A Região Sul equivale às regiões econômicas do Litoral Sul acrescida do Extremo Sul, num total de 74 municípios, sendo 53 relativos à primeira e 21 para a segunda (UNIVERSIDADE..., 1995, p.113) ( Figura 1).

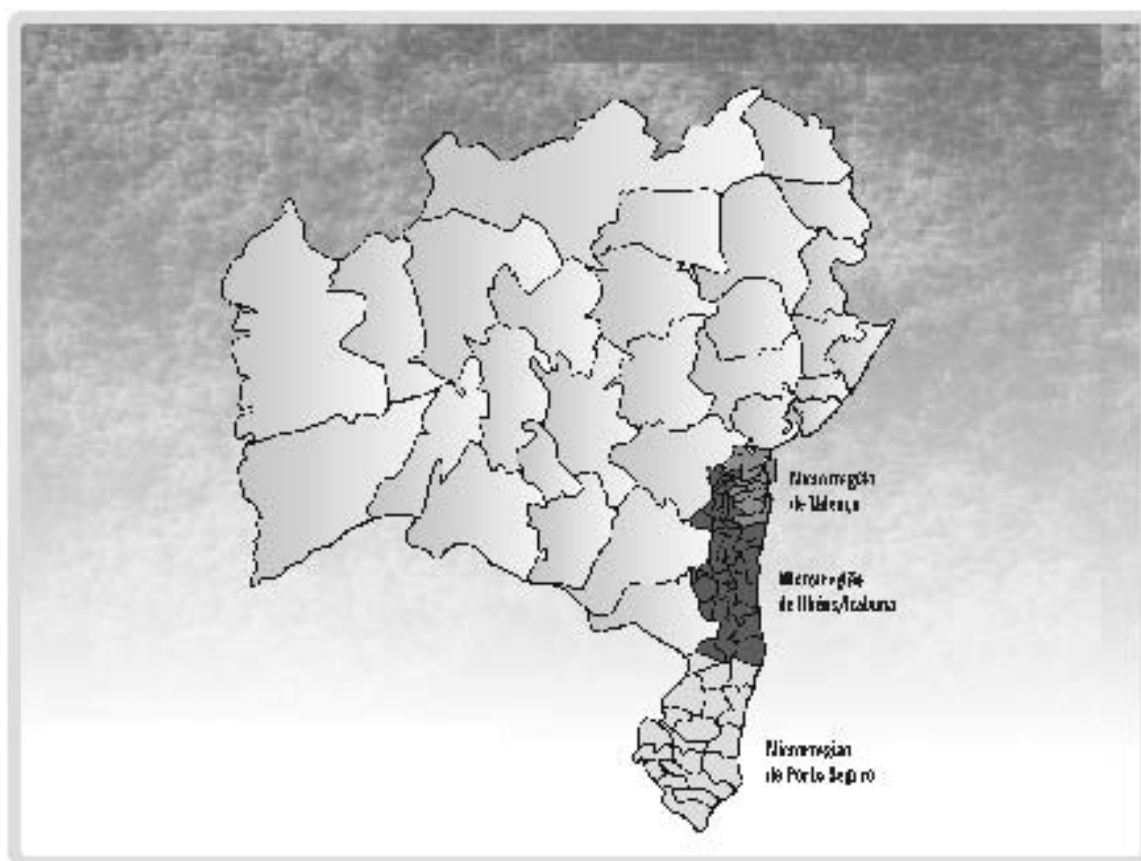


Figura 1 – Região de atuação da UESC: Sul e Extremo Sul da Bahia.  
Fonte: Nogueira, 2004.

Posteriormente, no documento de credenciamento, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.633, de 16 de julho de 1999, o contexto regional ficou assim definido: “A UESC está inserida e tem atuação na Mesorregião Sul da Bahia, composta das Microrregiões Homogêneas (IBGE) Ilhéus-Itabuna, Valença e Porto Seguro, compreendendo 70 municípios, cobrindo uma área de 53.931 km<sup>2</sup>, equivalente a 9,61% da área do Estado, onde se abriga mais de 15% de sua população” (UESC, 1999, p.19).

As regiões de influência das Universidades Estaduais da Bahia foram definidas pela Lei Delegada nº 66 e, à exceção da UNEB, são estabelecidas a partir da localização das unidades instaladas e da ligação destas com seu entorno, considerando, a partir daí, a regionalização econômica do Estado, definida pela SEI.

Pelo fato de haver superposições de atuação de mais de uma Universidade estadual em diversas regiões, especialmente pelo fato de a UNEB abranger todo o território baiano e estar presente em todas as regiões do Estado, iniciativas de regionalizações específicas para definir áreas de abrangência das IEES da Bahia foram engendradas no início da década de 1990<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Proposta de Regionalização do Ensino Superior da Bahia foi feita no estudo de Silvio Bandeira Mello e Silva (1996), que definia áreas de abrangência das Universidades Estaduais, cabendo à UESC as regiões Litoral Sul e Extremo Sul.

## 7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS

O presente trabalho foi estruturado sob procedimentos metodológicos de construção fenomenológico-histórica, privilegiou a dimensão descritiva dos fenômenos e de sua trajetória espaço-temporal em análise, como forma de subsidiar a compreensão e interpretação dos lugares: Região, Universidade e Relações (**entre-lugares**), com o objetivo de se entender a essência do conteúdo desses fenômenos, através do significado e sentido atribuídos pelos atores da pesquisa.

No entender de Masini, citado por Coltro (2002, p. 38),

[...] não existe método, mas uma postura/atitude fenomenológica – a atitude de abertura (no sentido de estar livre de conceitos e definições apriorísticas) do ser humano para compreender o que se mostra, buscando remontar àquilo que está estabelecido como critério de certeza, assim, questionando os seus fundamentos.

O pensamento de Edmund Husserl é a referência fundante de todo o espectro filosófico que se prende à fenomenologia, onde se insere a concepção de que o principal instrumento do conhecimento é a intuição, tendo em vista que “as essências” são dadas intuitivamente.

Assim, a fenomenologia exalta a compreensão e interpretação do mundo que surge intencionalmente à consciência, tratando-se de um conhecimento inerentemente qualitativo, uma doação de sentidos, enfatizando a experiência pura do sujeito. Por esta razão, Galeffi (2001, p. 105) explicita que

uma autêntica descrição fenomenológica supõe sempre uma consciência participativa, sem a qual não se faz nenhum sentido a *definição* da *descrição* como se pode constituir a consciência dos acontecimentos (fenômenos) de modo próprio e apropriado, portanto *significante, pertinente, relevante, referente, provocante, suficiente e coerente* ao mesmo tempo. [grifos do autor].

O que se propõe, concordando com Spink (2000), é que o sentido, compreendido como dispositivos lingüísticos utilizados para construir versões das ações, eventos ou fenômenos, seja o “repertório interpretativo” que tem como parâmetro o contexto em que essas práticas sejam produzidas.

A abordagem qualitativa como base de análise coerente com a perspectiva fenomenológica é a condição essencial para percorrer o caminho da análise de conteúdo que se propôs a fazer. Aqui, adota-se uma postura voltada para a interpretação do objeto da investigação sob uma perspectiva fenomenológico-histórica, entendendo que a tarefa reside em buscar compreender os seres humanos como indivíduos em sua totalidade e em seu próprio contexto.

O sentido de movimento e deslocação, que permeou toda a trajetória e escolha dos fundamentos e instrumentos utilizados na presente pesquisa, deu-lhe um caráter dinâmico, em função da construção do objeto, sem a adesão rígida a determinados métodos e pressupostos, com a permissividade de mobilização de técnicas consideradas mais pertinentes.

Concordando com Bourdier (2002, p. 24) que, “[...] com efeito, as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções ‘teóricas’ de construção do objeto [...]”, buscou-se estruturar os fundamentos e técnicas de forma relacional, em um trabalho realizado por retoques sucessivos, sugeridos por “[...] um conjunto de princípios que orientam as decisões ao mesmo tempo minúsculas e decisivas” (BOURDIER, 2002, p. 27).



Para tal tarefa, julgou-se como o percurso mais adequado para dar corpo à análise focal da interrelação Universidade e Região, o enfoque fenomenológico que se caracteriza por conceder importância singular às manifestações do sujeito a respeito do que reside em sua consciência, através do qual enfatiza-se o cotidiano, o mundo vivido, mas não se limitando às coisas factualmente observáveis, penetrando no seu significado e contexto, utilizando-se de procedimentos que levem à compreensão do fenômeno por meio de relatos descritivos da vida social (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1997; COLTRO, 2002). Importa a formulação de juízos das coisas como “objetos ideais”, designados por sua significação. Como assinala Bogdan e Biklen (1994), deve ser “descritiva do processo e não simplesmente do produto” sendo “o significado a preocupação essencial”.

Entendem os autores que as metodologias qualitativas incorporam as questões do “significado” e da “intencionalidade”, inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. As teorias resultantes de tais metodologias expressam “relações entre conhecimento e interesse”, entre “condições históricas e avanços na ciência” e a “identidade entre o pesquisador e o objeto pesquisado”.

Como fundante das análises, a territorialidade concebida nas digressões da geografia humanística e cultural, especialmente na construção teórica de Milton Santos, amalgamou a compreensão do papel da Universidade quando instalada em realidades locais apontando para uma reflexividade sobre o *éthos* e o significado cultural local. Portanto, no campo metodológico o objeto permeia, entre outros entrelaçamentos, os domínios da história, da lingüística, da economia e da geografia.

Quanto aos métodos auxiliares, admitiu-se uma postura pluralista de utilização de técnicas no sentido de Feyerabend (1977, p. 19), para o qual o exame

de episódios históricos deve ser realizado pela análise da relação entre a idéia e a ação, sob o princípio do “tudo vale”, visando a melhor percepção do objeto de estudo.

O ponto de partida do trabalho teórico é a prática, buscando, através desta, identificar o movimento do real, suas contradições principais, verificando como elas aparecem e como são ou podem ser superadas, captando as várias formas de evolução e rastreando suas conexões.

Bourdieu (2002, p. 26) exorta a mobilização de todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de coleta de dados, possam ser utilizáveis.

Na leitura dos objetos empíricos, de que se dispôs para análise, admitiu-se o conceito crítico de leitura proposto por Foucault (1997, p. 43-44), o qual possibilita uma exegese crítica dos instrumentos, operacionalizada sob os seguintes critérios: identificação *do que* o autor “diz” (os elementos, categorias, noções etc.); percepção de *como* ele “diz” (as articulações estabelecidas entre os elementos) e interpretação do que esclarece a leitura no que tange à relação principal investigada (vinculação Universidade e lugar no contexto regional).

Nessa perspectiva, os distintos “discursos”, que compreendem os conteúdos dos diversos instrumentos de investigação (documentos, entrevistas, relatórios etc.), foram analisados buscando-se a interpretação da realidade. O trabalho do pesquisador, neste processo, é o de compreender os sujeitos pesquisados ou os eventos, através da interpretação dos aspectos idiossincráticos e contextuais. Para tanto, os estudos devem ser descritivos e o processo interpretativo deve ser contextualizado (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1997, p. 24-25).

Nestas circunstâncias, a compreensão do significado dos objetos e eventos para os indivíduos, na pesquisa qualitativa, deve ser obtida da *compreensão interpretativa*, conforme assinala Lobo (2004, p. 125), em dois estágios: compreensão direta, sem interferências, implicando em percepção do “quê” de uma ação e compreensão exploratória, envolvendo o “por quê”, inserido no contexto em que ela se desenvolve (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1997, p. 32).

Um outro aspecto importante é o requisito de conhecimento profundo da realidade, por parte do pesquisador, para sua apreensão. Isto implica numa atitude de pertença à comunidade sob estudo, para impregnação dos valores, crenças e das políticas e ações presentes no universo empírico sob investigação.

Dentro deste panorama e considerando os objetivos da presente pesquisa, utilizou-se, como método auxiliar na leitura orientada dos textos, a Análise de Conteúdo, porque permite estabelecer associações entre discurso e configurações das conjunturas que o envolvem, tendo em vista que a linguagem é o instrumento de elaboração mental de conceitos, expressão de idéias, interação social e comunicação entre os homens (ROBIN, 1977, p. 64).

Para Gadet e Hak (1997), a análise por categorias temáticas, de domínio da Análise de Conteúdo, visa uma série de significações, detectadas por indicadores que lhe estão ligados. A partir do mapeamento das noções interpretativas, identificadas na análise de conteúdo, buscou-se a descrição dos objetos que emergem dos conceitos, frases ou palavras-chave expressas nos discursos.

## 7.1 MÉTODO AUXILIAR: ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que pretende analisar formas de comunicação. Desde o texto literário, passando por entrevistas e discursos, tudo é susceptível de ser analisado por esse conjunto.

Desenvolvendo-se sob um quadro de referências teóricas e interpretativas, a análise requer o estabelecimento de categorias de idéias, através das quais efetuam-se os recortes necessários às interpretações.

Conforme assinala Macedo (2000, p. 204):

À medida que a leitura interpretativa dos dados se dá, [...] aparecem significados e acontecimentos, recorrências, índices representativos de fatos observados, contradições profundas, relações estruturadas, ambigüidades marcantes. Emerge aos poucos o momento de reagrupar as informações em *noções subsunçoras* – as denominadas categorias analíticas – que irão abrigar analítica e sistematicamente os subconjuntos de informações, dando-lhe feição mais organizada em termos de um *corpus* analítico [...].

O estabelecimento dessas noções parte de algumas pressuposições teóricas que representam os núcleos interpretativos. Aqui, palavras (ou temas) como Universidade; Região/Comunidade Regional; Cursos (criação/oferta/expansão); Relações (política/de poder/governos estaduais-municipais/demais universidades estaduais), fazem sentido no âmbito das análises desenvolvidas.

Para desenvolvimento da análise (temática), a compreensão do sentido das palavras-chave (ou temas) em torno das quais são organizadas as interpretações do texto, faz-se necessária. Esse entendimento respalda-se no quadro de referências que se toma como balizador da matriz interpretativa a ser construída no âmbito das inferências.

Para Teixeira (1983), “a análise de conteúdo afigura-se como um dos métodos que oferecem condições mais objetivas de utilização, visto relacionar os

textos com suas respectivas condições de produção”. Conforme assinala Robin (1977), a abordagem temática de textos define-se num domínio exploratório que é subdividido em **categorias temáticas**, sugeridas pela leitura instrumentada e aprofundada do material, que balizam o recorte do texto.

No caso específico de documentos, entrevistas, relatórios e outros textos, objetos empíricos da pesquisa, faz-se necessário demarcar, no processo analítico, critérios ou temas que funcionem tanto no nível metodológico quanto conceitual, como balizadores do trabalho. Dentre os critérios, o estudo dos “meios de produção” onde se desenvolvem o texto, ou os fatores materiais e ambientais que cercam a produção do texto, das estratégias da escrita, das intenções do autor, devem ser levados em conta.

De acordo com Bardin (2000), a análise de conteúdo pode ser uma análise dos **significados** (ex. análise temática) ou dos **significantes** (análise léxica, análise de procedimentos).

A mesma autora teoriza sobre o fundamento da especificidade da análise de conteúdo que reside na articulação entre:

- a **superfície dos textos**, descrita e analisada (pelo menos alguns elementos e características) e
- **fatores que determinam estas características** (deduzidas logicamente).

O que se procura estabelecer com isto é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (ex: condutas, ideologias, atitudes) dos enunciados. Trata-se, para a autora, da correspondência entre um plano sincrônico ou “plano horizontal” para designar o texto e sua análise descritiva, e de um “plano diacrônico” ou “vertical” que reenvia

para as variáveis inferidas.

Conforme sistemática proposta por Henry e Moscovici (1968, p. 37), os elementos constitutivos da análise de conteúdo são: a) as condições de produção (o campo de determinações e os planos vertical e horizontal) e b) as condições de recepção.

Para os autores,

Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos de condições de produção dos textos e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção, constitui o campo das determinações dos textos.

As condições de produção referem-se ao contexto ou às condições específicas em que o texto foi produzido. Aí, é delimitado o **campo de determinações** no qual ressalta-se o conjunto de elementos representativos das referidas condições, ou seja, elementos indicadores, valores, fatos e fenômenos que são selecionados para compor o universo a ser estudado. As condições de recepção vão definir a intensidade da fissura nas condições de produção.

A aplicação desta técnica, na presente pesquisa, orientou-se na estrutura sistematizada por Teixeira (1983), especialmente para apresentação e análise dos dados obtidos. Em seu estudo, a autora enfatiza a necessidade de escolha do plano através do qual deverá ser conduzida a análise, destacando, entretanto, a forte dependência entre os dois planos. Este aspecto leva ao estabelecimento recorrente de certa circularidade na análise, mas não chega a prejudicá-la, tendo em vista que no conteúdo do plano horizontal estão implícitos os elementos constitutivos de sua produção.

Também neste trabalho tomou-se como eixo o plano vertical. No mecanismo de análise, tentou-se buscar nos textos os elementos de compreensão do contexto e

a verificação das hipóteses exploradas, como respostas ao problema de pesquisa levantado. Concordando com Teixeira (1983, p. 38), considera-se “[...] a análise de conteúdo usada como *instrumento de compreensão* e não com fim em si mesma”.

Da busca dos significados, característicos da análise de conteúdo, partiu-se para a compreensão do sentido assumido pelas palavras, expressões e termos explicativos das ações que concretizam as relações entre Universidade e Região nos diversos discursos, objetos de análise do trabalho.

## 7.2 O UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da presente pesquisa é composto de dois grupos de entidades consideradas representativas dos ambientes interno e externo à Universidade, através dos quais buscou-se identificar qual(ais) a(s) percepção(ões) sobre a Instituição Universitária e de que modo esta se relaciona com seu entorno.

No ambiente interno, colheram-se informações/depoimentos na Reitoria e com pessoas que representam ou são associadas às entidades da “Comunidade Universitária”: Associação de Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz (ADUSC) – Professor filiado à entidade e os dirigentes da Associação dos Funcionários da Universidade Estadual de Santa Cruz (AFUSC) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) - Dirigente.

No ambiente externo, considerando a hipótese norteadora da presente pesquisa, buscaram-se, em entidades representativas dos poderes econômico e político das cidades de Ilhéus e Itabuna, as percepções acerca das relações entre a Universidade Estadual de Santa Cruz e a região onde está inserida. Para tanto, foram tomadas como entidades representativas: Prefeitura de Ilhéus – Secretaria do

Desenvolvimento Econômico de Ilhéus, Prefeitura de Itabuna – Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo de Itabuna, Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL's) de Ilhéus e Itabuna, Associações Comerciais de Ilhéus e Itabuna e Central Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC).

É importante salientar que se tentou obter, também, depoimento(s)/entrevista(s) do(s) representante(s) da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão do Ministério da Agricultura, criado em 27 de fevereiro de 1957, o qual, desde então, tem relevante importância na região em estudo e vem exercendo papel de agente de desenvolvimento regional, propiciando, inclusive, as condições infra-estruturais e financeiras para a criação e manutenção da Universidade. Entretanto, à ocasião do levantamento dos dados, o órgão estava passando por mudanças na estrutura de poder, com troca dos seus dirigentes, em decorrência do novo panorama político que se instalou a partir da eleição do atual governo federal. Os novos dirigentes não se sentiram à vontade para fazerem declarações que envolvessem o órgão.

A pesquisa contou, portanto, com onze sujeitos, sendo quatro representantes da comunidade interna e sete da comunidade externa.

Para preservação do anonimato dos respondentes/depoentes, utilizou-se de identificação codificada para fins de citação no processo de análise dos dados, com as seguintes referências: U1, U2, U3, U4, para comunidade interna e S1, S2, S3, S4, S5, S6 e S7 para comunidade externa, genericamente denominada "Sociedade".

### 7.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa foram utilizados dados coletados através de instrumentos naturais (Leis, documentos, relatórios e atas da Associação de Docentes ) e não



naturais (coletados e ordenados segundo critérios estabelecidos: entrevistas semi-estruturadas, entrevistas não estruturadas - depoimentos).

Para a realização das entrevistas/depoimentos, foram elaborados roteiros norteadores das informações a serem coletadas. É importante salientar que a forma de dar as informações ficou à escolha dos respondentes, gerando instrumentos diferenciados. À exceção da Reitoria, as respostas ou depoimentos orientavam-se por um roteiro (APÊNDICE A) o qual focalizava os principais aspectos a serem abordados. Não se exigiu que as respostas fossem balizadas pelas questões postas porque a intenção era captar em que medida cada tema era potencializado pela percepção ou ótica de cada respondente. Assim, os sujeitos da pesquisa poderiam manifestar-se livremente sobre o assunto.

Desta maneira, alguns preferiram falar livremente sobre os temas abordados, em forma de entrevista oral, semi-estruturada (quando se tratava de utilização do roteiro, de modo interativo, permitindo a livre manifestação do entrevistado) ou não estruturada (depoimento), cujas gravações passaram por processo de transcrição para posterior sistematização. Outros preferiram responder ao roteiro, por escrito, como a um questionário.

Os diferentes instrumentos sofreram procedimentos de equalização, sob as técnicas de Análise de Conteúdo, para efeito de comparabilidade nas análises.

O roteiro respondido pela Reitoria, em forma de depoimento, abordava questões diferentes (APÊNDICE A), mas com o mesmo conteúdo temático, podendo ser retiradas daí as respostas relevantes à presente pesquisa. Isto porque, além de algumas questões não serem pertinentes ao lugar do respondente, este trabalho se constitui parte de uma pesquisa mais ampla, envolvendo todas as Universidades Estaduais da Bahia, para a qual tomou-se depoimentos de todos os reitores, alguns

ex-reitores e fundadores das Instituições Estaduais de Ensino Superior e de parlamentares e ex-parlamentares, envolvidos no(s) processo(s) de implantação e funcionamento das Universidades Estaduais.

Durante o processo de levantamento das informações, não raro acontecia que o tema focado remetia a outras questões e estas a outras, resultando em uma riqueza muito grande de informações que transcendia ao objeto de investigação, requerendo um trabalho adicional de delimitação aos temas em análise.

Sobre a utilização de diferentes instrumentos sob a técnica de Análise de Conteúdo, Bardin (2000, p. 33-38) discute que pode parecer difícil definir análise de conteúdo a partir do seu território, pois tudo o que é comunicação (e até significação) é susceptível de análise, como códigos lingüísticos escritos ou orais, incluindo-se, aí, respostas a questionários, entrevistas e conversações de qualquer espécie. É a partir do tratamento descritivo, a primeira etapa, mas não exclusiva, da técnica, que desencadeiam-se os demais procedimentos para estruturação da análise.

Outro grupo de instrumentos, os naturais (atas, relatórios, documentos etc), forneceram as informações necessárias para a composição do campo de determinações e como base das discussões dos temas objeto de investigação.

#### 7.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

No processo de sistematização, interpretação e análise das informações, foi utilizado o percurso realizado por Teixeira (1983), através dos seguintes procedimentos: a determinação das palavras-chave, as co-ocorrências e as relações.

As palavras-chave emergiram dos instrumentos em análise, que foram submetidos a um tratamento quantitativo de aparecimento nas falas ou respostas

escritas. Neste procedimento de quantificação, excluíram-se os operadores semânticos e os conectivos, privilegiando-se os substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. A ordem de importância estabelecida pela quantificação dos instrumentos de cada respondente – frequência absoluta (APÊNDICE C), revelou as palavras **Universidade**, **Região/regional** e **desenvolvimento** como as de maior potência na percepção dos sujeitos da pesquisa, atendendo às expectativas empenhadas na colocação do objeto da pesquisa. No processo de levantamento das palavras-chave, foi feito um agrupamento de palavras - identidades, tendo como critério significados semelhantes, ou pelo sentido dado pelos sujeitos.

As palavras com maior frequência foram destacadas nas unidades de análise (frases), de onde foram extraídas as *co-ocorrências* e *relações*, etapas preparatórias para a Análise de Conteúdo.

Conforme expõe Teixeira (1983, p. 44-47), as *palavras-chave* (ocorrências) funcionam como balizas que encerram significações para a compreensão das condições de produção e são tomadas como tronco de análise. Esta transforma todas as outras da unidade de análise (frase) em *co-ocorrências*. As *relações* referem-se à “rede de ligações entre as palavras-chave e suas co-ocorrências, independentemente da interferência do pesquisador, e que dão sentido e definem as intenções”.

A partir da organização dessa grade, procedeu-se à classificação, por ordem de frequência, das co-ocorrências e de suas respectivas relações (positivas ou negativas), classificadas como “Associações” ou “Oposições” feitas a partir das leituras dos textos explicativos, sistematizadas em “Tabelas de Apurações” e “Tabelas de co-ocorrências” (APÊNDICES C e D).

As tabelas de análise foram retiradas destes instrumentos, estabelecendo-se critério de até quatro ocorrências das palavras-chave e igual critério para as co-ocorrências.

No processo de formatação e operacionalização dos dados levantados, consideraram-se dois grupos para análise, agregados em “Comunidade Interna” e “Comunidade Externa” à Universidade. O critério de agregação foi estabelecido para aplicação ao conjunto de inferências que faziam sentido para a compreensão dos elementos de significação. Estes resultados deram base à discussão da pesquisa.

## 8 UNIVERSIDADE “NA” REGIÃO OU “DA” REGIÃO?

### A TERRITORIALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Neste capítulo serão analisadas as relações que aproximam a UESC da região e qual o papel que o poder – econômico e político – exerce na configuração dessas relações, sendo necessário avaliar que fatores internos e externos influem no maior ou menor peso desse poder.

Tal análise permitirá esclarecer se a Universidade está inserida apenas “**NA**” região, como equipamento necessário às sociedades modernas, implantada em centros urbanos para produção do saber universal e formação das elites sociais, mas não suficiente para articular-se com seu entorno, de modo a interagir com os problemas locais, ou se ela faz parte “**DA**” região onde está localizada, implantada e conquistada pela sociedade regional, de forma a fazer emergir de suas relações com o entorno um sentimento recíproco de pertencimento.

#### 8.1 ANTECEDENTES À CRIAÇÃO DA UESC

O contexto das transformações estruturais do Ensino Superior no Brasil, a partir da década de 1960 do século passado, culminando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei 4.024 de 20/12/1961), viabilizou a expansão do sistema através da oferta de escolas de 3º grau no interior do país.

Na Bahia, resultante desse processo de interiorização, surgiram iniciativas de instalação de escolas isoladas, em sua maioria de natureza jurídica privada, nas principais cidades do interior do Estado, que viriam a se constituir nos núcleos das Universidades hoje mantidas pelo Estado. Na região denominada “cacaueira”, que à época ocupava lugar de destaque na economia baiana e nacional, com grande poder econômico proveniente da receita cambial das exportações do cacau, nas duas das principais cidades do interior baiano - Ilhéus e Itabuna, implantaram-se quatro escolas de 3º grau: Faculdade de Direito de Ilhéus (autorizada em 19/05/1960, iniciando suas atividades em 20/01/61), Faculdade de Filosofia de Itabuna (autorizada em 05/10/60, iniciando suas atividades a partir de 02/01/1961) Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (autorizada em 08/08/1970, iniciando suas atividades em 01/03/1967) (BAHIA..., 1996) e Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus (criada em 1963, com o seu primeiro vestibular realizado em março de 1964).

Em depoimento à presente pesquisa, o fundador da Faculdade de Direito de Ilhéus (FDI), Professor Soane Nazaré de Andrade, assim se expressa sobre o episódio:

*Iniciamos em Ilhéus esse processo de aglutinação do pessoal da área de direito, os advogados da cidade e de Itabuna [...] e reunimos um grupo grande de amigos advogados [...] era 1959 e eu estava iniciando a vida profissional. Começamos a formar o processo de fundação da faculdade, mas esse processo naturalmente demoraria porque não havia nenhuma tradição nisso, nenhum conhecimento, tudo foi feito por amadores. Aquele grupo inicial viria a formar o corpo docente. [...] Levei o processo ao Rio de Janeiro, pedindo autorização no Conselho Nacional de Educação para a Faculdade Católica de Direito de Ilhéus, com o apoio do Bispo Dom Frei Caetano Lima dos Santos. [...] Tive aprovado o processo, há pouco lhe mostrei o relatório do inspetor federal que inspecionou a faculdade e partimos para iniciar as atividades em 02 de abril de 1961. [...] Cinco anos depois estávamos com o curso reconhecido, feito que era raro na época, e já diplomada a primeira turma.*

A iniciativa do empreendimento é creditada pelo fundador à mobilização de políticos, entidades e empresários regionais, configurando-se em movimento da

sociedade local para implantação do Ensino Superior. Em pronunciamento na primeira formatura, o orador, José Adilson Prisco Teixeira (1963, f.1), nomeia os créditos:

Dr. Henrique Cardoso e Silva, então Prefeito de Ilhéus, a Sociedade Sul Bahiano de Cultura, o Bispo Diocesano de Ilhéus, a Associação Comercial de Ilhéus, o General Juracy Magalhães, então Governador no nosso Estado, os Srs. Deputados Luiz Regis Pacheco, Waldir Pires, Tarcilo Vieira de Melo e João Alves de Macedo, os Srs. Ananias Silveira Dórea, Álvaro Melo Vieira, Osvaldo Mendonça, Gileno Amado, Orlando Gomes dos Santos, [...] Soane Nazaré de Andrade.

A aula inaugural, ministrada em 02 de março de 1961, contou com a presença do então governador do Estado, General Juracy Magalhães e políticos influentes na época, conferindo grande prestígio à iniciativa de implantação do Ensino Superior no interior do Estado da Bahia.

Salienta-se que, à época, como se viu no Capítulo 4, o grande debate nacional girava em torno de ideologias conflitantes, que colocavam em oposição defensores de teses da escola laica *versus* clerical, escola pública *versus* particular, no rastro das exigências das “Reformas de Base” nacionalistas *versus* burguesia internacionalista. No calor desse debate, a LDBEN de 1961 foi promulgada procurando conciliar as tendências em disputa.

Ghiraldelli Jr. (1994, p.113) discute que

A rede pública de ensino cresceu substancialmente nos anos 40 e 50, tornando-se um patrimônio que os setores sociais mais democráticos não titubeavam em defender. Por outro lado, os empresários do ensino, os donos das escolas particulares, na falta de uma justa bandeira para lutarem pelo ensino privatizado, utilizavam-se da Igreja Católica, que lhes forneceu os velhos argumentos da “liberdade de ensino” e do direito da família na educação dos filhos.

No relatório sobre a faculdade (RELATÓRIO..., 1959), para efeito de autorização, ao qual se referiu o Prof. Soane, o relator, de fato, emite opinião favorável acerca da viabilidade de funcionamento do curso, ressaltando as excepcionais condições de funcionamento, como futura Universidade Católica, conforme mostram alguns trechos extraídos do citado relatório:

A Faculdade Católica de Direito de Ilhéus será mantida pela Sociedade Sul-Bahiano de Cultura, entidade especialmente criada para instruir, manter, dirigir ou congregar os Institutos que hão de integrar a futura Universidade Católica do Sul da Bahia.

[...] tem [a Sociedade] assegurada sua capacidade financeira, através de recursos vários, quer em dinheiro, quer em imóveis, como sobretudo no decisivo apoio da Diocese de Ilhéus, que lhe preside os destinos, e na expressiva solidariedade das classes conservadoras daquele vigoroso centro urbano.

Tão poderosa é a influência desses órgãos sulistas, que já tramita na Assembléia Legislativa do Estado um projeto de Lei, pronta e unanimemente aprovado pela Comissão de Justiça, autorizando o Executivo Estadual a subvencionar a sociedade com um auxílio de cinco milhões de cruzeiros.

[...] para darmos uma idéia das possibilidades financeiras da Entidade Mantenedora, basta acentuar que Ilhéus é, em relação à Bahia, o que é São Paulo em relação ao Brasil. É a grande fonte de renda do Estado. Destaca-se como cidade de gente abastada e orgulhosa de sua região.

Assim, em um contexto de mobilização regional, sob um arcabouço político-ideológico alinhado às teses da Igreja Católica e com grande prestígio nas esferas de poder local e estadual, a iniciativa pioneira de interiorização de Ensino Superior na Bahia ocorre, para a formação de bacharéis em Direito, um curso considerado de elite, ao contrário das demais iniciativas voltadas para formação de professores.

Em Itabuna, a iniciativa de criação da Faculdade de Filosofia (FAFI) partiu de educadores locais ligados ao Colégio Ação Fraternal de Itabuna, à frente a Sra. Amélia Amado, movidos pela necessidade de cursos de formação de professores, para atender à crescente demanda do segundo grau. Segundo Póvoas (1995, p. 5),



“Se de um lado a Faculdade de Filosofia buscava suprir a deficiência regional na formação de professores para a Escola Média, também revela, por outro lado, a confiança da sociedade local na Educação como investimento maior”.

Em 1963, a Faculdade de Filosofia passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal, mas como entidade de direito privado. O modelo híbrido de manutenção, com recursos provenientes do setor público municipal e das taxas e mensalidades pagas pelos alunos, criou uma série de dificuldades financeiras, provocando situações de penúria, conforme relata Póvoas, com instalações físicas precárias, alocação itinerante por vários prédios públicos, localizações inadequadas e falta de pagamento aos professores. No que pesem todos esses percalços, ao idealismo dos professores e ao grande espírito de contribuição, é creditada a sobrevivência da Faculdade que veio a se integrar à futura Federação de Escolas Superiores, precursora da UESC, contribuindo, inclusive, com a maior parte da infra-estrutura montada: 80% da Biblioteca Central, 65 dos 91 professores, 5 dos 7 cursos e 72% dos 1837 alunos matriculados (PÓVOAS, 1995).

A Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (FACEI), embora tenha seu início de atividades reconhecido oficialmente como em 1967, a mobilização para sua implantação é anterior a esta data. O Economista Fernando Rios do Nascimento, egresso da primeira turma formada em 1970, em depoimento a esta pesquisa, relata que o início das atividades se deu em 1965, por iniciativa do veterinário Raimundo Gerônimo Dias Machado, recém-chegado de Jaguaquara, onde atuava no conhecido Colégio Taylor Egídio.

Em Itabuna, Raimundo Gerônimo contou com a participação de professores que já atuavam no ensino do terceiro grau (FAFI e FDI) para realizar a tarefa de

implantação da Faculdade de Economia. Conforme Fernando Rios, no início, os professores que ministravam as aulas eram das duas faculdades citadas.

No seu depoimento, Fernando Rios relata as dificuldades e a precariedade de condições infra-estruturais e acadêmicas enfrentadas no início das atividades da FACEI:

*O curso iniciou sem autorização de funcionamento e estava, de fato, irregular, [...] na rua Duque de Caxias, no prédio que era de José Martinho Conceição, um edifício de um andar e foi feita a sede da faculdade no primeiro andar. [...] era uma pequena sala onde funcionava o Diretório, uma sala da Secretaria e uma sala enorme que se dividiu em duas para fazer as salas de aula, de compensado.*

*No primeiro e no segundo ano não teve muito problema porque a carência de economistas era suprida por professores que eram autodidatas em economia, como o professor Érito Machado. [...] O problema só começou a surgir a partir do terceiro ano, que se exigiam disciplinas profissionalizantes [...] como faltavam professores, submetemo-nos, os estudantes, muitas vezes a vir a Ilhéus para ter aulas com professores que moravam em Ilhéus. [...] As aulas eram ministradas em qualquer local que tivesse: na casa dele, numa escola que arranjasse...*

Em virtude dessas condições e pelo reconhecimento dos próprios estudantes da precariedade de sua formação, houve um movimento dos corpos docente e discente em torno da decisão de fechamento da faculdade. Isto não aconteceu, segundo Fernando Rios, em face de dois fatores: a atuação de um Promotor de Justiça de Itabuna, Alberto Felipe, que substituiu Raimundo Gerônimo na direção da faculdade e a resistência dos estudantes.

*Nessa época, nós nos insurgimos contra a decisão do grupo de professores de fechar a faculdade. Não aceitamos! E aí, ficamos de pé. Dissemos que poderíamos fazer vigília dentro da faculdade, até a situação ser resolvida.*

*Nesse processo, como nós só tínhamos uma sala grande dividida por compensado, e já tinha três turmas... [...] Tinha um prédio da prefeitura, onde funcionava o fórum, que havia sido desocupado e nós soubemos que o prefeito, que era José de Almeida Alcântara, na época, ia dar o prédio para uma atividade qualquer. Nós chegamos e falamos a ele que invadiríamos o prédio até ele ceder para a faculdade de economia. De fato, invadimos o prédio, e ele cedeu para as instalações da faculdade. E aí foi a primeira instalação razoável que a faculdade começou a ter.*

*O local era mais adequado, tinha mais espaço, mas tinha um problema sério que era problema de livro. Aí, toda a dificuldade é que não tínhamos livros. Tinha o regime militar perseguindo, porque as pessoas confundiam toda atividade idealista que se desenvolvia como atividade subversiva. Nós estávamos lutando para fazer a faculdade funcionar, não tinha nada de subversivo. Mas eles confundiam isto. E, realmente, nós tivemos algumas dificuldades. Bom, então nós saímos para a rua tentando doações de livros, lojas, e tal... e conseguimos muitos livros, tanto em Ilhéus, como em Itabuna. E fizemos a primeira biblioteca da faculdade, com livros doados.*

Esses fatos ocorreram entre 1966 e 1967 e coincidem com o reconhecimento oficial do início das atividades da faculdade (01/03/1967). Pode-se notar que idealismo, mobilização da sociedade e comprometimento do poder público municipal foram os responsáveis pela emergência do terceiro grau na região.

Apesar de toda essa movimentação, a autorização do curso só foi obtida em 1970, quando a primeira turma já se formava, inclusive com um ano a mais do que o regularmente admitido como o mínimo para integralização curricular, por iniciativa dos próprios estudantes, que reconheciam a precariedade da formação atropelada e decidiram dedicar-se mais um ano aos estudos.

No processo de autorização, destaca-se a atuação do professor Érito Francisco Machado que, sucedendo a Alberto Jorge Felipe, providenciou a documentação necessária e foi o responsável pelo pedido e defesa do funcionamento da faculdade no Conselho de Educação.

No relato de Fernando Rios, percebe-se a importância exercida pelo professor Érito Machado e a decisiva participação de técnicos da CEPLAC no processo :

*E então é preciso dizer que Érito Machado, com recursos próprios, assumiu essa tarefa de reconhecer (sic) a faculdade e obter a autorização da faculdade. [...] Érito Machado, aquela figura, aquele comandante que faltava no momento crucial da faculdade. Ele foi pessoalmente ao Conselho fazer a defesa oral. [...] Eu sei que sua contribuição foi definitiva para a autorização e, posteriormente, o reconhecimento. [...] Nós já estávamos com uma posição mais consolidada. Se você vir a ata de decisão de autorização, eles se pautaram em toda a atividade cultural que foi desenvolvida na época, porque todo ano nós fazíamos a semana do economista, convidávamos economistas de fora: Jairo Simões, Rômulo Almeida ..., éramos muito atuantes. [...] Novos*

*professores se incorporaram e aí veio o quadro da CEPLAC, todo esse pessoal com mestrado e mesmo os que não tinham mestrado. Depois, houve algumas inspeções e foi dada a autorização [...] convalidando todas as turmas a partir de 1965.*

A FACEI se integrou à FESPI em 1973.

Quanto à Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, criada em 1963, com a primeira turma iniciando as atividades em 1964, enfrentou problemas ideológicos com a implantação do regime militar naquele ano, dificultando-lhe sua curta atuação de cerca de dez anos, período em que não conseguiu autorização para funcionamento.

A iniciativa de sua implantação e sua direção foi de professores da Faculdade de Direito de Ilhéus, bem como a maior parte dos docentes que ali atuaram, tendo como mantenedora a mesma entidade da Faculdade de Direito: a Sociedade Sul-Bahiano de Cultura.

Em depoimento a esta pesquisa, o Sociólogo Evilásio Teixeira Cardoso, concluinte em 1968, egresso dessa faculdade e que fez parte da primeira turma, assim se expressa sobre esse período:

*Foi um trabalho do Dr. Raimundo Ramagem Badaró, com todo empenho e exclusividade.*

*Embasada na Escola de Sociologia e Política da Bahia, cujo Diretor era Prof. Yves Campinho, que por sua vez referia-se à Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo, a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, apresentava um currículo de sociologia pura, diferente das escolas de Ciências Sociais da época.*

*A instituição teve solicitação de autorização no MEC, tendo como entidade mantenedora, a mesma da Faculdade de Direito de Ilhéus, a Sociedade Sul-Bahiano de Cultura.*

*O comentário da época, com relação à autorização é que a Revolução de 64 impedia o reconhecimento de escolas desse tipo, bem assim o não reconhecimento da profissão de sociólogo, a qual só foi regulamentada em 1980 e o arrefecimento do ânimo do seu criador, desenganado pelas dificuldades referidas, contribuíram para o não avanço da Instituição.*

*O Professor Ramagem, realmente, fazia quase tudo sozinho. Ajudaram-no, Vitória Badaró e depois Dona Mercedes Ganem.*

*Quando Ramagem foi embora, assumiu a direção da faculdade, o Prof. Antônio Olímpio Rhem da Silva, que foi substituído pelo Prof. Agnísio, o qual ainda tentou, envolvendo alguns empresários, entre eles José Silveira Mota,*

*transformar a faculdade de sociologia em Ciências Sociais, criando a Faculdade de Administração.  
Todas essas inconclusões levaram-na ao seu fechamento, por volta de 1974.*

Por outro lado, também em depoimento a esta pesquisa, o Professor Soane Nazaré de Andrade expõe sua versão do episódio:

*Sobre a Faculdade de Sociologia e Política, como você me perguntou, eu contrário um pouco o que se tem como história na região. Eu tinha o maior apreço pelo seu Diretor Ramagem Badaró, que já trabalhava comigo. Um exemplo extraordinário de devoção a esta causa, que era nossa. Era um homem que morava em Salvador e vinha toda semana de avião em Ilhéus dar aula. Dava as aulas dele durante a semana. Mas a verdade é que, o que houve de fato lá dentro, e que eu lamento desmistificar isso, era que a Faculdade de Sociologia era um pouco desorganizada, não chegou a ter a formalização acadêmica junto ao MEC e por isso não chegou a construir uma estrutura como nós fizemos na Faculdade de Direito.[...] Ela viveu em função praticamente de Ramagem Badaró que era o professor, o diretor, o auxiliar, o secretário, ele era tudo na Faculdade.*

A exclusão da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus da composição da Federação das Escolas Superiores se deu em virtude de ter um curso sem autorização, nem reconhecimento.

No panorama do Estado, percebe-se que as iniciativas de interiorização do Ensino Superior na região se deram de forma diferenciada das demais regiões, as quais tiveram a decisiva presença do governo estadual na criação de faculdades, especialmente voltadas para formação de professores, conforme estudo de Serpa e Cunha (2002, p. 18), citando informações da Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC):

Na realidade, a seguinte investida do Governo Estadual no ensino superior, depois da fundação da Escola Agrícola da Bahia, em 1877, do Instituto Politécnico, em 1896 e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1941 [todos localizados na capital do Estado], representou a criação, em 25 de outubro de 1962, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, de Jequié, de Feira de Santana, de Ilhéus, de Caetité e de Juazeiro, sendo que algumas delas só entraram em funcionamento a partir de 1971, e outras nem chegaram a ser instaladas. Em 1968, é criada também

pelo Governo do Estado, a Faculdade de Educação de Feira de Santana, especialmente para formação de professores

Em informações coletadas por esta pesquisa nos arquivos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, especialmente nos Livros de Registros de Projetos de Lei e demais registros sobre tramitação dos projetos apresentados, Diários da Assembléia (DA) e Diários Oficiais (DO) (APÊNDICE B), observou-se que, por iniciativa do Deputado Arthur Leite, tramitou, a partir de 1959, projeto de criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Ilhéus, o qual foi arquivado e posteriormente reconstituído em 1961 pelo Deputado Hamilton Cohim, incluindo outras cidades, e aprovado por aquela casa legislativa. Entretanto, como já assinalado no estudo de Serpa e Cunha (2002), em algumas cidades as faculdades não entraram em funcionamento, como foi o caso de Ilhéus.

Em 1960, outra iniciativa do Deputado Arthur Leite idealiza a criação de uma Escola de Agronomia no Sul do Estado. Protocolado sob nº 1.594/60, o Projeto de Lei apresentado não recebeu registros de tramitação.

Em 1964, registra-se a primeira iniciativa de estadualização da Faculdade de Direito de Ilhéus, que foi transformada, em 1965, em outro projeto, de autoria do Deputado Agostinho Pinheiro, em conjunto com as demais faculdades existentes na região (de Sociologia de Ilhéus e Filosofia de Itabuna), para as quais pleiteava-se a estadualização. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, em 1967, opinou que o processo fosse encaminhado ao Conselho de Educação e Cultura, em observância à LDB.

Em 1969, por iniciativa do Poder Executivo, autorizava-se a instituição da Fundação Universidade do Sul da Bahia, mas esta não chegou a se efetivar.

Assim, enquanto nas demais regiões da Bahia o Estado assume a iniciativa de implantação e manutenção de Instituições de Ensino Superior, na região “cacaueira”, as iniciativas observadas são fruto de mobilização da sociedade regional que buscava preservar a independência administrativo-financeira, através da opção de instalação de Instituições privadas, com financiamento e gestão de órgãos e entidades locais.

## 8.2 A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ - FUSC E A FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE ILHÉUS E ITABUNA - FESPI

A presença do Ensino Superior na região, a partir de 1960 e da CEPLAC, com o seu Centro de Pesquisas do Cacau, à época, excelência mundial em Agricultura Tropical, propiciou no eixo dinâmico da economia regional Ilhéus/Itabuna, estudos, debates, efervescência cultural e o sonho de implantação de uma Universidade, latente nos anseios da intelectualidade local desde a criação da Faculdade de Direito, conforme registrado no relatório sobre a mesma, para efeito de autorização e funcionamento: “[...] entidade especialmente criada para ‘instruir’, ‘manter’, dirigir ou congregar os Institutos que hão de integrar a futura Universidade Católica do Sul da Bahia” (RELATÓRIO..., 1959, p.1).

Era inquestionável a importância econômica e cultural que a região exercia no Estado da Bahia, merecendo por parte do governo Luís Viana Filho (1967-1971), através do Plano Integral de Educação e Cultura do Governo do Estado, elaborado em 1969 pela então Secretaria de Educação e Cultura, à frente Professor Luiz Navarro de Brito, a criação da Universidade do Sul da Bahia, a ser mantida pelo Estado, cujo decreto previa a incorporação das unidades isoladas existentes.

Gestões para este fim foram feitas, conforme assinala Nascimento (1995, p. 18-19), com a participação das quatro unidades de Ensino Superior existentes, Prefeituras Municipais de Ilhéus e Itabuna, órgãos dos governos federal (CEPLAC) e estadual (Secretaria de Educação e Instituto de Cacau da Bahia - ICB), chegando-se a definir, em ofício da CEPLAC 71/735, datado de 25/10/1971: a) a localização da universidade – entre Ilhéus e Itabuna; b) elaboração de anteprojeto arquitetônico; c) construção de salas de acordo com recursos financeiros; d) transferência das faculdades; e) alienação dos bens existentes e aplicação dos recursos; f) integração dos corpos docente e discente e g) sugestão de personalidade jurídica – fundação de direito privado.

Nascimento (1995, p. 18) discute que

A idéia da Universidade do Sul da Bahia foi imediatamente apoiada pela CEPLAC que, cumprindo convênio firmado com o governo estadual, fez a sua primeira dotação orçamentária, da ordem de dois milhões de cruzeiros para ajudar a construí-la. Tinha início o predomínio da CEPLAC sobre o processo de implantação do ensino superior na Região, determinando a substituição da idéia de Universidade Sul da Bahia, de caráter público pela Universidade de Santa Cruz de caráter privado.

Travam-se, então, nos bastidores, disputas entre os poderes político (representado pelo governo do Estado) e econômico (representado pela CEPLAC, que tinha o apoio dos produtores de cacau), resultando na hegemonia do segundo, e a conseqüente formatação da Instituição que viria a comandar os rumos do Ensino Superior na região.

Nascimento (1995, p. 18) assinala que, em discurso proferido em 11 de agosto de 1972, no ato de implantação da Universidade de Santa Cruz, o Professor Soane Nazaré de Andrade pronunciou que “esta mudança de rumos foi determinada por dificuldades de entendimento, de definição, retardamento e fazendo o governo



do Estado retirar-se do empreendimento, não sem antes fazer outras tentativas com a CEPLAC”.

A constituição da Fundação Universidade de Santa Cruz (FUSC), como entidade de direito privado, se efetivou através de escritura pública, em 11 de agosto de 1972, (posteriormente passou a ser denominada de Fundação Santa Cruz), tendo na composição do Conselho Superior representantes de instituições ou entidades financeiramente capazes de sua manutenção, como: a) Secretário Geral da CEPLAC, como seu Presidente nato; b) governo do Estado da Bahia; c) Prefeitos da região, que efetivamente contribuíssem com recursos para ampliação e funcionamento da Universidade; d) Presidente do ICB; e) Presidente do CNPC; f) Presidentes de Clubes de Serviços que oferecessem contribuições efetivas; g) Presidentes de Órgãos Sindicais que oferecessem contribuições efetivas; h) Associações Comerciais e Lojas Maçônicas e i) representantes da família Manoel Nabuco, doador de área para construção do *campus*.

Pode-se observar que esta configuração sinaliza um forte vínculo da sociedade regional (econômica e política) com a instituição de ensino superior que estava sendo gestada, sob a liderança do então órgão de desenvolvimento regional mais importante, a CEPLAC, sobrepujando, inclusive a Secretaria de Educação Estadual, revelando um sentimento de independência e autonomia administrativo-financeira.

Faz-se necessário esclarecer que a denominação de Santa Cruz para a futura Universidade, deve-se ao movimento separatista regional que almejava a criação de um “Estado de Santa Cruz”, desmembrado do Estado da Bahia, com anexação de alguns municípios de Minas Gerais e cessão de outros municípios do Sul do Estado

para integrarem o Estado de Minas Gerais, redesenhando, assim, o mapa político do Brasil.

Esta idéia se materializou no Projeto de Lei Complementar nº 194, de agosto de 1978, de autoria do então deputado Federal Henrique Cardoso, o qual foi posteriormente arquivado (BRASIL, 1978).

Assim, com o apoio financeiro e institucional de organismos da comunidade regional, deslança-se a construção da estrutura física da futura Universidade, ao tempo em que o Conselho Diretor da FUSC promove os trâmites necessários à implantação na nova Instituição.

A criação da FESPI se deu por exigência da legislação educacional à época (Lei 5.540/68) que requeria, no seu Art. 8º “Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, [...] congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo-se, [...] federação de escolas” em 02/08/1973, foi autorizada pelo Parecer CFE nº 1.637/74, de 05/06/1974, e seu funcionamento se deu em 11 de julho de 1974 (UNIVERSIDADE..., 1993).

Desta forma, o arranjo institucional em forma de Federação de Escolas se fez necessário para permitir a ocupação imediata do *campus* em construção, com sua estrutura física já terminada, a qual viabilizava a transição para a futura Universidade.

A FESPI, então, reuniu no *campus* construído entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, os estabelecimentos de Ensino Superior existentes na região, à exceção da Faculdade de Sociologia por não ter seu curso até então autorizado.

No Art. 3º do Estatuto da Federação, observa-se seu objetivo:

A Federação tem por objetivo o melhor desenvolvimento do ensino superior na Região Cacaueira da Bahia, evitando duplicidade de meios para fins comuns, e vigorará enquanto não for autorizado pelo

Conselho Federal de Educação, o funcionamento da Universidade de Santa Cruz (NASCIMENTO, 1995).

O Conselho Diretor da FESPI era composto por seu Diretor Geral, pelos três diretores das faculdades que formavam a Federação, e 5 (cinco) representantes da CEPLAC.

Durante o tempo de funcionamento da Federação, dois dos três diretores gerais que exerceram o cargo, eram também funcionários da CEPLAC. Assim, revela-se a hegemonia do órgão nas estruturas de poder da Instituição Universitária e a efetivação do seu ideário.

A FESPI, segundo documento para credenciamento da UESC:

[...] tinha seu orçamento mantido por anuidades e taxas, dotações da CEPLAC e alguns recursos do Estado, através de verbas do Instituto de Cacau da Bahia. As duas principais fontes, CEPLAC e anuidades, foram drasticamente reduzidas entre 1986 e 1988, inviabilizando a sua manutenção (UESC, 1999, p. 15).

É importante salientar que a principal fonte de recursos da FESPI era a CEPLAC, além das taxas e anuidades dos alunos. Os recursos da CEPLAC eram provenientes da quota de contribuição cambial, fixada em 1962, sobre o valor das exportações de amêndoas de cacau (15%) e derivados (5%) e, posteriormente (1972), equalizada em 10% (MIDDLEJ, 1991).

A quota de contribuição cambial foi, indiscutivelmente, um instrumento de grande valia para o funcionamento da CEPLAC e também serviu como um fator gerador de progresso, transformando a Instituição no principal agente financiador de desenvolvimento local.

A massa de recursos financeiros obtidos desta forma pelo Órgão era depositada no Banco Central do Brasil e transferida diretamente à CEPLAC, em função do seu programa de desembolso financeiro, possibilitando-lhe realizar com

eficiência uma série de atividades, além de garantir-lhe agilidade e socializar benefícios (ALCOFORADO e outros, *apud* MIDDLEJ, 1991, p.5).

A partir de 1980, a taxa de retenção foi transformada em imposto sobre exportação de cacau, e a receita gerada a partir desta data, passou a ser recolhida diretamente pelo Tesouro Nacional.

Esta mudança estrutural na forma de financiamento da CEPLAC, com a incorporação do orçamento do órgão ao orçamento fiscal da União, acarretou barreiras operacionais no desenvolvimento dos programas e convênios mantidos pelo órgão e dificuldades nos repasses dos recursos.

Aliada à mudança na estrutura da organização, fatores conjunturais na economia tiveram repercussão na atividade-base do seu financiamento, o cacau, com desdobramentos na economia regional.

A primeira metade da década de 1980, em um quadro de recessão mundial, decorrente da crise do petróleo de 1979, a economia brasileira caracterizou-se por um quadro recessivo de crise que aliou elevadas taxas de inflação à tendência de declínio do produto nacional (PIB) e dos produtos agrícolas em particular. As políticas engendradas redundaram em insucessos na medida em que aliavam adoção tecnológica moderna no processo produtivo, altamente dependente de insumos importados provenientes do setor industrial e redução de crédito destinado ao financiamento da produção, implicando em relação desfavorável no comportamento dos preços pagos e recebidos pelos cacauicultores

A atividade de produção de cacau, exigente de maciços investimentos, que vinham sendo altamente subsidiados através da expansão da infra-estrutura e crédito nos anos 70, deparou-se diante de uma nova proposta de política econômica visando uma diminuição de pressões inflacionárias, a partir de 1980, pela redução

gradual nos subsídios implícitos no crédito rural. Assim, os produtores encontram-se diante de uma atividade inflexível do ponto de vista tecnológico, com reduzida mobilidade dos fatores produtivos e concomitante elevação de custos de insumos e erosão dos preços recebidos pelos efeitos inflacionários, provocando paulatina queda na capacidade produtiva e, conseqüentemente, nos recursos gerados pela atividade.

A repercussão deste panorama no financiamento da FESPI foi de grande magnitude, com a drástica redução das verbas da CEPLAC, destinadas ao ensino do 3º grau até 1986 e seu corte completo em 1987.

Nesse período, a comunidade acadêmica começou o debate interno acerca das possibilidades de estatização da Instituição, prevalecendo um sentimento de que a federalização seria o caminho mais plausível, tendo em vista que seu patrimônio tinha origem em recursos provenientes de órgão ligado ao governo federal, além do argumento de que a Bahia contava com apenas uma Universidade Federal, em um Estado de tamanho e porte econômico equivalentes a outros, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que eram dotados de quatro ou cinco Universidades Federais.

Na época, tramitava, também, no Conselho Federal de Educação, o processo de Carta-Consulta elaborado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP) (a primeira versão era de 1980 e a segunda, de 1983), que teve dificuldades em face das exigências legais (Lei 5.540/68) de existência de cursos em outras áreas do conhecimento e a edição do Decreto Presidencial nº 86.000/81, que proibia a criação de cursos e escolas até 31/12/81, mas que teve sua vigência prolongada por mais tempo (NASCIMENTO, 1995).

Internamente, instituiu-se um Grupo de Trabalho denominado Projeto de Desenvolvimento da Universidade de Santa Cruz (PRODUSC) (NASCIMENTO, 1996), com a tarefa de analisar processos e sistemas de organização, com vistas à implementação de uma Universidade voltada para o desenvolvimento regional.

Foi um período de grande mobilização interna. A Associação dos Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna (APRUNI), fundada em 09/12/1975, teve seu registro oficial em 17/10/1983, com objetivo de dar legitimidade aos pleitos oriundos da classe docente. Em trechos da Ata da reunião de 16/10/1985 da entidade, tem-se um termômetro da situação:

O Sr. Presidente [da entidade] saudou os presentes e disse ser inegável a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade do Governo do Estado promover a estadualização da FESPI, por falta de recursos, adiantando que restaria, então, a alternativa da federalização da FESPI, já tendo sido realizados diversos contatos nesse sentido.

[...] o professor ponderou que não foi feita a mobilização necessária para esse fim, acrescentando que está marcado para o próximo dia 23 de outubro, em Brasília, um encontro de um grupo que deve sair desta região no dia 22, contando com seis ou sete pessoas, incluindo representantes desta Associação, da FESPI e de outras entidades regionais, juntamente com dois deputados, a fim de procurar o Ministro da Educação, que dirá da possibilidade ou não da federalização.

[...] ao tratar-se da federalização, dever-se-ia, em primeiro lugar, definir-se o que se entendia por federalização, dadas as suas várias alternativas e, em segundo, examinar e até apoiar, com restrições ou não, dois projetos de lei em tramitação na Câmara Federal [...] relacionados, o primeiro com a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia e o segundo com a criação de uma fonte especial e permanente de recursos, mesmo não admitida a federalização, embora considerando a mesma, na acepção própria, o ideal.

Os grupos de discussões intensificavam-se. Havia partidários de que a Instituição mantivesse o modelo, mas com verbas oriundas do Ministério da Educação; entretanto, a maioria entendia ser a federalização o caminho a ser

seguido e para tanto, promoveu-se, no seio da APRUNI, um estado de mobilização permanente, até que o problema fosse solucionado.

Nascimento (1995, p.49-50) destaca a produção de uma série de documentos e artigos, fruto dessa discussão, dentre os quais: trabalho elaborado pela CEPLAC, que propõe uma Universidade da Região Cacaueira da Bahia, que poderia ser federal, estadual ou fundação, mas com participação dos governos de todas as esferas; documento elaborado pela assessoria do deputado Jorge Hage, com a colaboração da professora Nádia Fialho, denominado – *Dossiê FESPI: uma luta de toda a Bahia*, contendo trinta e uma razões para federalizar a FESPI (NASCIMENTO, 1995, p. 50-55) e projeto de lei nº 2.500/85, de autoria do deputado Federal Jorge Viana, propondo a transformação da FESPI na Universidade Federal do Sul da Bahia.

A CEPLAC, nesse período, também passa por intensa mobilização interna, liderada por entidades representativas do funcionalismo, que se organizava em categorias funcionais: Engenheiros Agrônomos (Sociedade dos Engenheiros Agrônomos do Cacau (SEAC)), Técnicos Agrícolas (Sociedade dos Técnicos Agrícolas do Cacau (STAC)) e funcionalismo em geral (Associação dos Funcionários da CEPLAC (AFC)). Em estudo realizado por Midlej (1991, p. 25), analisando as mudanças administrativas ocorridas na CEPLAC, o autor assinala que,

A partir de 1985 e com o advento da chamada “Nova República”, acentuam-se as influências políticas na CEPLAC. A indicação do novo Secretário-Geral, membro do PMDB, modifica radicalmente os critérios de nomeação anteriormente praticados, que privilegiava dirigentes oriundos do plano de carreira da própria organização.

Posteriormente, em curto espaço de tempo, houve mudanças na Direção da CEPLAC, que passou por um período de instabilidade, incluindo a possibilidade de sua extinção.

Por mudanças, também, passou a direção da FESPI, em 1985, com a eleição do professor Aurélio Farias de Macedo, também funcionário da CEPLAC, em processo tumultuado e de questionamentos quanto ao poder do Conselho Diretor da FUSC, a quem cabia a indicação do Diretor Geral da FESPI, em confronto com a manifestação da comunidade acadêmica, que organizou um processo eletivo para escolha de uma lista trílice.

Em 1987, um relatório sobre a *Redefinição das relações CEPLAC/FUNDAÇÃO SANTA CRUZ*, produzido por um Grupo de Trabalho designado pela Direção Geral da CEPLAC, dá conta dos intransponíveis problemas financeiros da FESPI, com as fontes de recursos que contava, do sentimento hostil alimentado pela comunidade acadêmica com relação à CEPLAC, atribuído à diminuição de repasses financeiros por parte do órgão e grande ingerência por se constituir maioria no Conselho Diretor da Instituição, do distanciamento técnico-científico mantido pela CEPLAC e faz recomendações para melhoria das relações institucionais (CEPLAC, 1987).

Foi nesse mesmo ano, porém, que a CEPLAC cessou o repasse do fluxo de recursos para a FESPI, provocando a intensificação da luta de professores e estudantes pela estatização da Instituição, alcançando seu clímax em março de 1988, quando se deflagrou uma greve geral com seis meses de duração.

Nas atas da APRUNI, no período, estão registrados os fatos marcantes desse movimento, que culminou com o compromisso do governo do Estado em manter a FESPI e promover sua assunção à condição de Universidade Estadual.

Em reunião de 29/01/87, estava, ainda, em discussão as teses da federalização *versus* estadualização, com um forte sentimento pendente à federalização:



O presidente da APRUNI [...] fazendo uma explanação sobre o compromisso do governador eleito da Bahia, Dr. Waldir Pires, sobre a questão da institucionalização da FESPI, ou seja, o empenho em federalizar, que, caso não conseguisse, buscaria uma solução por meio da estadualização [...].

Em 25/03/87, a proposta da estadualização, em face da premente situação financeira, já era maioria:

Professor [...] conclamou a necessidade de abandonar a proposta de federalização e partir para a estadualização, bem como a união de todos os segmentos universitários para obtenção deste fim. [...] em votação, ganhando a proposta de estadualização.

A mobilização da comunidade acadêmica e sociedade regional, com adesão de parlamentares e entidades regionais, constituiu-se um movimento sem precedentes, o que influenciou fortemente na decisão do governo do Estado em abarcar o Ensino Superior da região, em que pese a grande resistência de muitos setores do governo, especialmente das demais Universidades Estaduais, que viam na decisão de estadualizar a FESPI mais um fator de concorrência aos recursos públicos disponíveis, já considerados excessivamente escassos.

Apesar de toda a resistência, em 28/09/1988 o então governador do Estado, Dr. Waldir Pires, anunciou a decisão de estadualizar a FESPI, transferindo, inicialmente, recursos do Estado através de convênios para a manutenção da Instituição e promovendo os atos legais que permitissem a transição institucional, criando, inicialmente, a Fundação Santa Cruz (FUNCRUZ), através da Lei 4.816 de 28/12/88, Instituição de direito público, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, para manutenção da FESPI.

Posteriormente, a Lei 6.344, de 05/12/91, instituiu a Universidade Estadual de Santa Cruz, integrada ao Sistema Estadual de Educação.

### 8.3 O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA UESC

A criação da Universidade Estadual de Santa Cruz se efetivou em “um momento muito significativo, visto que não nasceu por força de um decreto, mas fruto de uma ação reivindicatória” (SANTOS, 2004, p. 116-117).

O período entre o final da década de 1980 e início da década seguinte foi marcado por acontecimentos de grande repercussão nos rumos da economia e da política, tanto no nível global como local, influenciando as decisões e forma de condução do processo de implantação da UESC.

Entravam em pauta disputas de poder político e econômico, adesão a teses neoliberais, mudanças estruturais no Estado brasileiro e nas organizações e profunda crise regional com os problemas econômicos decorrentes da cacauicultura.

A partir de 1989, estavam em curso no ideário da economia mundial, os pressupostos balizadores pactuados no “Consenso de Washington” que modificaram substancialmente as relações Estado-Economia em todas as escalas de poder, seja em nível global, ou em nível local, redesenhando nos mapas mundiais novos territórios de decisão e subordinação, interferindo nas macro e micro relações de poder.

Batista (2004) identifica as principais repercussões promovidas nos países periféricos como o Brasil, das reformas empreendidas sob as deliberações da famosa reunião, realizada em novembro de 1989, por funcionários do governo americano e organismos internacionais, com participação de representantes de governos latino-americanos. Nesta reunião, ratificou-se a proposta neoliberal que o

governo norte-americano vinha recomendando por meio das agências internacionais, como condição para concessão de cooperação financeira.

Como pano de fundo, o autor aponta o discurso da modernidade, recomendações de reformas comerciais liberalizantes, inserção internacional e, sob invocação de *slogans* como globalização e transnacionalização, passou-se a admitir a tese da falência do Estado. Não se discutia mais, apenas, se o Estado devia ou podia ser empresário, se podia, ou devia, monopolizar atividades estratégicas. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal.

Quanto às reformas sociais, dentre elas a da educação, cuja tônica é a descentralização, passando aos municípios a tarefa de execução, seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deveriam emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena Instituição constituiria o objetivo único das reformas.

Foi no ano de 1989 que assumiu o governo do Brasil o primeiro presidente eleito após o período de ditadura, o Sr. Fernando Collor de Mello, com a adesão aos postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington. Comprometido na campanha e no discurso de posse com uma plataforma essencialmente neoliberal e de alinhamento aos Estados Unidos, procederia a uma profunda liberalização do regime de importações, dando execução por atos administrativos a um programa de abertura unilateral do mercado brasileiro. Através de medidas de choque, de violenta intervenção no mercado, pretendeu liquidar "o

tigre da inflação" com um único e certo tiro. O colapso de sua política macroeconômica obrigaria, contudo, o ex-presidente a se ajustar, rapidamente, às exigências dos credores e do FMI. Logo em seguida, as denúncias de corrupção no seu governo levaram o país a uma mobilização sem precedentes, culminando com o inédito *impeachment* do presidente e sua substituição pelo vice-presidente, Sr. Itamar Franco, encarregado de terminar o mandato do desastroso governo.

Com a eleição de Fernando Collor, os cargos ocupados na CEPLAC são assumidos por partidários não alinhados politicamente ao governo do Estado da Bahia, à época ocupado pelo Sr. Nilo Coelho, do PMDB, em lugar do titular Sr. Waldir Pires que, empossado em 1986, renunciou ao cargo em 1988 para disputar, na chapa derrotada, junto ao então deputado Ulisses Guimarães, à Presidência da República.

Assistiu-se, à época, a uma disputa de poder político entre representantes dos governos, o federal, tendo à frente a CEPLAC, e o estadual, em torno da transferência do patrimônio onde funciona a Universidade, somente solucionada após o realinhamento do poder entre as duas esferas governamentais, o que se deu em 1990, com a eleição do Sr. Antônio Carlos Magalhães para o governo do Estado.

Segundo Midlej (1991, p. 36), com a instalação do governo Collor e a decretação de uma ampla reforma administrativa de âmbito geral, a estrutura organizacional da CEPLAC passa por sua mais profunda mudança, deixando de ser um órgão descentralizado com estrutura própria, passando a ser um órgão singular do então criado Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

A *Reforma Administrativa* acionada pelo governo afastou cerca de 1.500 funcionários por disponibilidade ou demissão e promoveu um amplo "enxugamento"

de suas atividades e recursos, medidas essas que tiveram uma forte repercussão negativa na região.

O enfraquecimento do órgão não se deveu apenas às mudanças estruturais na sua administração. Os impactos da crise da cacauicultura foram cruciais para a perda do poder econômico, até então hegemônico nas principais formulações de políticas para o desenvolvimento regional.

Enfim, com a eleição em 1990 do então governador da Bahia, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, criam-se condições políticas favoráveis ao estabelecimento de iniciativas de ordem jurídico-institucional para transferência do patrimônio, pré-requisito para criação da Universidade.

No âmbito da economia, como foi mencionado, a região passava pela mais aguda crise dos últimos quarenta anos, aliando os impactos da crise econômica geral do país, decorrente das transformações motivadas pelo capitalismo globalizado, a partir dos anos 1980, com o *débâcle* na estrutura produtiva do principal sustentáculo da economia regional, a cacauicultura, a partir da conjunção dos fatores: queda de preços do cacau no mercado internacional e incidência da doença provocada pelo fungo da “vassoura-de-bruxa” (*Crinipelis perniciosa*), doença que dizimou parte das plantações de cacau.

A persistente baixa nos preços internacionais do cacau, a partir de 1985, chegando a cotações nominais médias próximas a US\$1000/toneladas, em 1992, considerada a menor de todos os tempos, aliada à drástica queda de mais de 50% na produção decorrente da “vassoura-de-bruxa”, gerou um quadro de aguda crise, desencadeando um processo de instabilidade em todas as instituições da região, exigindo-lhes grandes mudanças.

Assim é que, tendo como contexto este quadro geral de crise e mudanças institucionais, em 5 de dezembro de 1991, é assinado pelo então Governador o Sr. Antônio Carlos Magalhães, a Lei 6.344 de criação da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Com a criação da UESC, a Instituição encarta-se no orçamento do Estado e deslançam-se os processos necessários ao seu reconhecimento, credenciamento e ao pleno funcionamento.

#### 8.4 A UESC E SUA INSERÇÃO NA REGIÃO: A PERCEPÇÃO DOS SEUS ATORES

Neste trabalho, considerou-se que para explicitar os efeitos de sentido que se produzem, faz-se referência aos acontecimentos que estão na sua origem, conforme recursos metodológicos recomendados por Foucault (1997). A pesquisa contou com grande diversidade de instrumentos de informação: depoimentos, entrevistas, questionários, que se constituíram os textos não naturais produzidos e trabalhados a partir de respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa aos roteiros constantes dos eixos temáticos.

A análise de um tipo de discurso, objetivando evidenciar as relações emergentes da instância discursiva, sob a técnica de análise de conteúdo, leva em consideração que, independentemente de uma tipologia, o discurso é um fenômeno social e constitui-se veículo de produção de sentido no interior de uma sociedade e sua lógica é o próprio investimento ideológico nas matérias significantes.

Nessas circunstâncias, o discurso em análise é visto como algo resultante de um processo de produção, cuja descrição é levada a efeito em relação às suas condições de produção. Tal processo refere-se ao conjunto de sinais representativos das condições de produção, internalizadas no texto.

O campo de determinações como conjunto de elementos envolvidos na construção dos textos refere-se às percepções, valores e análises dos sujeitos com relação a implantação, existência e ao papel da Instituição Universitária, inserida em um espaço social e cultural , permeado por relações, apresentando-se “[...] nos acontecimentos, na vivência dos inter-contextos e inter-textos e na convivência dos seres nos entre-lugares, horizontal e em rede” (SERPA, 2004, p. 235).

Para esta pesquisa, importa detectar nesse **entre-lugar**, que é o espaço das relações, a constituição dessa nova topologia, construída a partir dos “lugares” topológicos: Universidade e Região.

Para o autor, “Esses intercontextos, entre-lugares e intertextos constituem-se em espaços ressonantes, variedades da espécie ser. [...] e cada um ser ou grupo de seres é diferente, em face de seus acontecimentos, seu próprio contexto e sua própria linguagem” (SERPA, 2004, p. 250).

A diferença revela-se na dispersão das percepções e na opção de formulá-las em diferentes instrumentos, gerando informações de riqueza singular, mas de difícil sistematização. Para contornar esta dificuldade, decidiu-se, a partir de uma sondagem preparatória dos textos não naturais, identificar grupos de palavras que encerram conceitos-chave, em torno dos quais foram desenvolvidas as análises.

Quanto ao Plano Horizontal, do domínio da técnica de análise de conteúdo, procedeu-se à produção dos textos não naturais, a partir dos depoimentos, entrevistas e respostas por escrito, que foram submetidos a transcrições de forma mais fiel possível, no intuito de que pudessem expressar a maneira como os sujeitos pensam e como compreendem o papel da Universidade e suas relações com o entorno. Isto significa que os textos, em sua maioria, tinham

linguagem coloquial, com grande dispersão na formulação do pensamento e, não raro, com idéias não concatenadas.

Logicamente, isto se refletiu na tarefa de composição dos quadros de análise, a partir da seleção de palavras-chave, co-ocorrências e relações, permitindo a presença de expressões aparentemente sem sentido, exigindo a necessidade do freqüente retorno aos textos ou aos seus fragmentos, como caminho para compreensão das idéias postas, opiniões ou concepções.

#### **8.4.1 Análise dos dados**

No âmbito da presente pesquisa, busca-se compreender como a Universidade se insere no seu meio e interpretar como seus valores, a exemplo da universalidade do conhecimento, são articulados em uma realidade, circunscrita a um determinado espaço geográfico regional, que se constitui sua área de influência.

A questão central do estudo reside na reflexão de como se exercem as relações da Instituição com seu entorno, buscando-se entender, através da percepção de seus atores, como o desempenho da Universidade é visto nas transformações às quais está submetida a sociedade regional.

A hipótese que norteia a investigação é que a implantação de Instituições Universitárias em determinados espaços geográficos e as relações que estabelecem com seu entorno são permeadas por jogo de poder e hegemonia, por razões político-econômicas, que se constroem em contextos históricos, sociais e culturais determinados.

Nestas circunstâncias, procuram-se respostas para questionamentos como: a importância que a Instituição Universitária exerce no entorno, seu papel, como as ações inerentes ao seu fazer acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) têm



contribuído para solução de problemas regionais, como as Universidades estão se estruturando em termos de cursos, perfil da formação dos profissionais, produção científica e tecnológica, para enfrentamento das exigências da sociedade e como se constroem as relações institucionais.

A UESC se destaca entre as demais Universidades Estaduais da Bahia pela sua trajetória e seu processo de implantação, com forte participação da comunidade regional, conforme discute Santos (2004, p. 121):

É importante ressaltar que a insistência na questão regional aqui descrita tem como suporte a defesa de que é preciso compreender as formas diferenciadas como as questões ganham conotações locais ao serem vivenciadas. No caso desta pesquisa teve a função de demonstrar que a implantação da UESC esteve ligada de forma umbilical ao desenvolvimento regional, especificamente aos deslocamentos vividos pela lavoura cacaueteira, repercutindo de forma acentuada em seu processo identitário.

Como já se argumentou anteriormente, a ancoragem do projeto institucional em aporte para o desenvolvimento regional é um aspecto comum às quatro Universidades Estaduais que representam hoje, tanto no panorama político-geoeconômico, com inserção de unidades em todas as regiões, como no lugar que ocupa no desenvolvimento do Ensino Superior do Estado, um dos mais importantes e dinâmicos papéis, traduzindo-se na formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisas e tecnologias para carências regionais específicas. O trabalho realizado por Cunha (2002) dá conta da dinâmica dessa grande expansão, tanto no que se refere à criação de cursos, como na importância que as Universidades Estaduais têm assumido no panorama do Ensino Superior do Estado, no que se refere à oferta de vagas públicas no sistema de educação do 3º grau.

No tratamento da análise de conteúdo da presente pesquisa, partindo-se da seleção de palavras-chave, do levantamento da frequência com que ocorreram no texto e da identificação das co-ocorrências com associações positivas e/ou

negativas, montou-se um quadro geral (Quadros do APÊNDICE D) que permitiu uma exploração preliminar dos resultados.

O quadro geral de apurações possibilitou identificar as palavras-chave mais freqüentes, as atrações de co-ocorrências e as tendências positivas e negativas. Daí, foi possível estabelecer os grupos de referência, por exemplo, **universidade**, relacionando-se com **região, desenvolvimento, cacau/cacauicultura**.

As palavras-chave, funcionando como indicadores dos elementos básicos que compõem o quadro de referências do estudo, desempenharam o papel de balizas do texto. É importante esclarecer que essas palavras passaram por um processo de seleção, procurando-se distinguir as que encerram o sentido meramente denotativo das que encerram o sentido conotativo, como por exemplo a palavra **Universidade**. De presença quantitativamente dominante nos textos, a palavra pode ser analisada, no sentido de ser diferenciado o seu caráter denotativo do conotativo.

*A UESC representa o ensino superior que se caracteriza como oportunidade dos que moram em sua proximidade de cursar o ensino superior, com qualidade e com oferta compatíveis com as demandas regionais (U3)<sup>8</sup>.*

*A percepção da sociedade local é da grande relevância que a UESC tem para a Região (U4).*

*Então eu acho que a UESC é a última grande vitória da região do ponto de vista da construção de uma instituição (S7).*

*Nos países avançados, nos países do primeiro mundo, o desenvolvimento começa pela universidade. Tudo vem a partir da universidade (U1).*

*[...] se a universidade tiver essa perspectiva de se encaminhar, eu acho que ela assume um papel único, porque a globalidade é fruto da cultura local, a globalidade não é o inverso, ao contrário, ela se fortalece na localidade (S5).*

*Uma universidade é o avanço do conhecimento, é o acompanhamento da evolução das relações sociais (S1).*

---

<sup>8</sup> Conforme definição estabelecida no capítulo 7, a codificação dos sujeitos da pesquisa para fins de citação é: U1, U2, U3, U4, para a comunidade interna da universidade e S1, S2, S3, S4, S5, S6 e S7 para a comunidade externa, genericamente denominada "Sociedade".

Nos três primeiros exemplos, **universidade** está empregada na acepção meramente denotativa, designando aquela Instituição Universitária. Nos exemplos subseqüentes, a palavra já encerra um caráter conotativo, exigindo a compreensão do significado alcançado pela Instituição na sociedade, depreendendo-se, também, seu caráter político-ideológico.

Para interpretação dos resultados mediante a análise de conteúdo, procedeu-se a reescritura dos discursos mediante utilização de recursos gráficos, onde as percepções dos sujeitos tomadas das co-ocorrências e relações produzidas são grafadas em negrito e itálico negrito.

Nos quadros gerais demonstrativos das co-ocorrências e relações correspondentes a cada palavra-chave, identificou-se para as comunidades interna (comunidade acadêmica) e externa (representantes de entidades econômicas e políticas da sociedade) as respectivas associações Positivas e Negativas. Para as comunidades interna e externa, as co-ocorrências mais freqüentes relativas à palavra-chave **Universidade** (Quadros 3 e 4), em ambos os grupos, são coincidentes em quase sua totalidade, referindo-se às palavras **região/regional**, **desenvolvimento**, **papel** e **áreas/cursos**.

Quadro 3 - Co-ocorrências e relações de representantes da comunidade acadêmica associadas à palavra-chave *universidade*

Co-ocorrências	Relações			
	Associações Positivas	Nº	Associações negativas	Nº
<b>Região</b>	Papel importante	4	Interferência tímida	3
	Importância no desenvolvimento	4	Crise lavoura / pesquisa diversificação	2
	Relevância	3		
	Oportunidade (ES)	3		
	Qualidade	2		
<b>Total</b>		<b>16</b>		<b>5</b>
<b>Papel</b>	Agente desenvolvimento (estratégico/ primordial)	3	Não ocupa papel desenvolvimento	3
	Formação	3	Atuação tímida	2
	Promoção conhecimento / centro excelência	3		
	Condução políticas locais	2		
	Qualificação mercado	2		
<b>Total</b>		<b>10</b>		<b>5</b>
<b>Desenvolvimento</b>	Contribuições ao desenvolvimento regional	3	Necessidade projetos (ensino, pesquisa, extensão) – potencialidades	3
	Papel estratégico/ primordial	3	Viabilização mecanismos diversificação	2
	Novas alternativas à crise	2	Nova dinâmica (com a crise cacau)	1
<b>Total</b>		<b>8</b>		<b>6</b>
<b>Áreas/cursos</b>	Não necessidade de novos	3	Fortalecimento cursos existentes	3
	Necessidade mercado	2	Problemas infra-estruturais e financeiros	3
<b>Total</b>		<b>5</b>		<b>6</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 4 - Co-ocorrências e relações de representantes da sociedade\* associadas à palavra-chave **universidade**

Co-ocorrências	Relações			
	Associações Positivas	Nº	Associações negativas	Nº
<b>Região</b>	Qualificação docente	6	Distanciamento	4
	Desenvolvimento regional	5	Falhas realização expectativas	4
	Formação dos profissionais	4	Irrelevância ataque à crise	3
	Importância	3	Não contribui para desenvolvimento	3
	Solução problemas regionais	3	Conhecimento produzido não chega à sociedade	3
			Dificuldade de relacionamento com sociedade	3
			Intervenção do Estado	2
<b>Total</b>		<b>21</b>		<b>22</b>
<b>Desenvolvimento</b>	Papel	3	Carência ações	3
	Condições favoráveis	2	Pouca participação	2
	Diversificação	3	Crise do cacau	2
			Intervenção do Estado	2
<b>Total</b>		<b>8</b>		<b>7</b>
<b>Relações institucionais locais</b>	Ligação estreita (FESPI)	2	Timidez/distanciamento	6
	FESPI- importância grande	2	Instituições afastadas após UESC	3
			Burocracia pesada/ Administração fechada/resistência	3
<b>Total</b>		<b>4</b>		<b>12</b>
<b>Áreas/Cursos</b>	Fortalecimento administração/economia/ agropecuária	4	Carências (engenharias, biologia marinha, hotelaria/turismo, gestão municipal)/ mercado regional	4
	Prioridade: fortalecimento dos existentes	2	Modelos acadêmicos obsoletos	2
	Oceanografia desejável/estrutura UESC	2		
	Necessidade do mercado	2		
<b>Total</b>		<b>10</b>		<b>6</b>
<b>Papel</b>	Desenvolvimento regional/alavancar região	3	Não atende interesses região	3
	Formação (jovens e adultos)	2		
<b>Total</b>		<b>5</b>		<b>3</b>

\* Sujeitos representativos dos setores políticos e econômicos da sociedade local.  
Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se que, enquanto para a comunidade interna, as associações positivas são quantitativamente mais representativas que as negativas, para a

Sociedade há um aparente equilíbrio nas concepções que avaliam as relações Universidade e Região. Destes resultados, verificou-se a preponderância das associações positivas dessas relações.

Buscando-se o sentido dessas relações nas visões dos sujeitos da pesquisa, põe-se em relevo a **importância** que a Instituição Universitária tem para a **região**, associada à **formação de profissionais, desenvolvimento regional e solução para seus problemas**.

Numa apreciação inicial, em busca da compreensão do que dizem as palavras nos textos em análise, pode-se inferir que encerram o olhar “iluminista” do papel da Universidade, aquela que, detentora do conhecimento, interfere numa realidade local para transformá-la, mas, a princípio, não se sente afetada, reciprocamente, pelo seu entorno, ratificando a idéia de que cabe à Universidade um caráter de universalidade.

Sempre que aparece nos textos, a palavra **universidade** é acompanhada, em sua maioria, de co-ocorrências fortemente impregnadas do sentido positivo (**grande importância/expressiva contribuição ao desenvolvimento/ maior vetor de pesquisa/ oportunidade de ascensão acadêmica**), e, quando a relação negativa se apresenta (**distanciamento/ dificuldades/crise**), ratifica-se a percepção de que à Universidade cabe o papel de **agente de desenvolvimento** local e o de desempenhar funções para **soluções dos problemas regionais**.

A concepção idealista de Universidade como lugar do saber e da instrumentalização se evidencia nos textos, em diversos trechos, quando se delinea seu campo de atuação:

*Detectar os problemas regionais e apontar as soluções para as mais diversas áreas (S3).*

*Instituição de grande relevância para o desenvolvimento regional, sendo a mesma responsável pela formação de profissionais que se qualificam para o mercado de trabalho nas mais diversas áreas (U2).*

*[...] porque além da formação de profissionais para o mercado de trabalho, as atividades de pesquisa e as atividades de extensão propiciam novas idéias, novas orientações metodológicas, com a pesquisa direcionando todos os projetos e investimentos a serem realizados em nossa região, interagindo e atendendo às necessidades das comunidades envolvidas (S2).*

Identifica-se aí a percepção utilitarista da Instituição, como discute Boaventura (1986, p. 25), focalizando as tendências mais recentes de concepções sobre Universidade “[...] concepção funcional, utilitária, que parte dos serviços que pode prestar à sociedade”.

O sentimento de distanciamento da Instituição, entretanto, é cristalizado na sociedade e também é percebido pela comunidade interna.

Ao se questionar sobre as relações que as entidades (econômicas e políticas), representantes da sociedade, mantêm com a universidade, verifica-se que todas as entidades pesquisadas acusam o distanciamento da Universidade e até um certo ressentimento por parte daquelas que já tiveram papel mais atuante nas decisões da antiga Federação de Escolas Superiores, e atualmente sentem-se alijadas do processo. Também percebeu-se o estabelecimento de barreiras, tanto pelo desconhecimento das atividades desenvolvidas pela Instituição, como por um certo acanhamento ou resistência em buscar maior aproximação, como se pode apreender das seguintes falas:

*Olha, eu diria que hoje [as relações entre a entidade e a universidade] é quase nenhuma. Nós somos convidados a participar de eventos sociais mas não compomos o quadro de pessoas ou conselho que possam emitir opinião (S1).*

*As relações entre nossa entidade e a UESC sempre se pautaram em um nível de cooperação recíproco, sempre houve por parte da UESC uma sinalização*

*para estreitarmos essa parceria. Nós é que não encontramos meios de viabilizá-la (S2).*

*Embora timidamente, temos buscado constante parceria com a UESC (S3).*

*Acho que ainda são relações tímidas. [...] não temos ainda um canal direto com a universidade visto sob este ângulo (S4).*

*Tínhamos uma relação muito estreita, não a UESC, mas a FUSC. [...] [ a entidade, com a criação da UESC] ficou apenas com uma cadeira no conselho de administração, mas me informaram que a entidade perdeu esse assento no conselho maior da UESC. [...] No campo político, no campo da relação institucional de troca de informações, a relação é muito pouca, é muito distante.[..] Não há mais relacionamento, nem no campo institucional da direção das duas instituições, nem no campo acadêmico em si (S5).*

*Precisa de um envolvimento maior (S6).*

*Isso não existe. Eu nunca fui procurado pela universidade enquanto instituição para desenvolver ações. [...] a instituição universidade enquanto tal, não apresentou nenhum projeto de envolvimento, de relação institucional [com a entidade] desde quando estou à frente da Secretaria, nunca fui procurado pela universidade para isto. Sou procurado para eventos que são organizados por departamentos [...] é uma relação superficial e diria muito primária de ajuda financeira para eventos. Ainda não temos um envolvimento, uma articulação para definir uma estratégia de ação. Esse é o grande vazio da universidade (S7)*

A comunidade interna também aponta certo distanciamento da universidade com seu entorno:

*Alguns projetos estão sendo implementados, porém de maneira muito pouco expressiva, principalmente na Vila Salobrinho. A UESC precisa ampliar suas pesquisas e torná-las mais visíveis (U2).*

*[...] acredito que a atuação da UESC ainda é tímida, quando tratamos de uma intervenção ou proposição nos problemas econômicos, sociais, educacionais e ambientais por que passa a Região Cacaueira (U3).*

*A UESC vem assumindo o papel de conduzir, mesmo que de forma tímida, algumas diretrizes das políticas locais (U4).*

É importante observar que, embora se atribua à Universidade a responsabilidade pelos destinos regionais, numa crença de que esta, detentora do conhecimento produzido universal e localmente, tem as condições objetivas de transformar a sociedade, existe um sentimento de distanciamento nas relações que



esta mantém com a sociedade. Entretanto, observa-se que a atitude de distanciamento não cabe exclusivamente à Universidade.

Das percepções emergem considerações que revelam reversão no sentimento de pertencimento anteriormente experimentado pelas entidades econômicas e políticas regionais com relação à FESPI, no momento em que esta se estadualiza. Há uma nítida perda de poder que se transfere para o governo do Estado:

*Então eu acho que no momento de transição houve uma ruptura muito forte e a universidade ao invés de se inserir como uma instituição, como um instrumento fruto da ansiedade da sociedade regional, ela se insere de uma forma, onde os interesses externos predominam sobre os internos [...] ela se transforma num modelo de instituição, réplica do modelo que o Estado já tem, como instrumento, um exercício político (S5).*

Retomando o paradigma estratégico na analítica das relações de poder apresentado por Foucault (1999), a concepção de que esse poder surge em cada relação social, na medida que em que essa relação apresenta desigualdade de forças, a capacidade de se insurgir, de se rebelar e resistir, é elemento constitutivo da própria essência do poder. Assim, a possibilidade de resistência se apresenta em múltiplos focos, da mesma maneira que o poder funciona a partir de uma multiplicidade de pontos no tecido social. Nesta visão, o poder constitui-se uma estrutura social de dominação, considerando as relações entre as classes hegemônicas e as demais classes.

Para o grupo em análise, representante do poder econômico local, a percepção da perda do poder econômico, gerada pela crise da cacauicultura, confere um sentimento de alijamento do processo político e o estabelecimento de diferença muito grande entre presente e passado. Antes, o poder político estava dentro de um projeto maior, um projeto de domínio econômico. Agora, busca-se manter o fausto do passado, o *status quo* perdido, através das lembranças das

grandezas do passado de lutas e conquistas, onde a lavoura do cacau era a única atividade compatível com as possibilidades materiais de desenvolvimento e progresso:

*[...] não a UESC, mas a FUSC, que foi criada com recursos dos produtores de cacau, da taxa de retenção de 10%, fruto de um confisco único na agricultura brasileira. O cacau contribuiu durante 30 anos com 10% da sua taxa e esse recurso constituiu e deu início à Universidade Estadual de Santa Cruz.[...] a universidade foi construída, foi erguida a partir daí. A gente encontrava uma universidade, não de caráter público, mas de caráter privado, que deveria ser inserida em um contexto regional de forma efetiva, criada a partir da própria sociedade regional, criada a partir do próprio anseio regional, criada a partir de uma perspectiva onde o cacau assumia a responsabilidade, àquela época, de construir esta região, a despeito dos grandes interesses políticos que emanavam na Capital do Estado (S5).*

Na perspectiva da analítica do poder, numa sociedade em transição, sob uma nova ótica do capital globalizado, buscando suas formas locais para instalar-se hegemonicamente, encontra nas relações de poder fortemente enraizadas na tradição, resistência e desconfiança contra o poder político central, tendo em vista que o fenômeno da estagnação econômica levou ao isolamento da região como pólo tradicional da riqueza, operando uma profunda transformação na sociedade local, no sentido do estancamento de suas estruturas sociais e fixação do passado como referência recorrente do presente.

Em análise de Avena (2002, p. 192), a crise econômica provocou um processo em que a elite e a sociedade cacaueira não estavam preparadas, sua formação social e sua educação formal apresentavam-se inadequadas a uma nova realidade, levando-os à inércia e ao comodismo diante de novos desafios. No entender do autor, buscando comprovação da tese de seu estudo:

Essa é uma das prováveis razões pela qual diversas outras atividades econômicas (turismo, indústrias, serviços, etc.) têm dificuldades para implantarem-se e continuarem seu processo de crescimento e sedimentação.

Quanto ao conceito de **região**, identificou-se uma forte associação com sua base econômica – a cacauicultura. Percebe-se que o imaginário dos sujeitos da pesquisa está fortemente impregnado das imagens e sentimentos delineados na rica produção literária acerca da ocupação e delimitação do território geográfico com a atividade cacaueteira, resultando na demarcação de um território cultural denominado “nação grapiúna”. Tal termo, segundo Euclides Neto (1997, p. 76-77), utilizado inicialmente de forma depreciativa pelos sertanejos para qualificar moradores da capital e do litoral, ganhou novo sentido na literatura de Jorge Amado. Segundo o autor,

Mas como a força da literatura de Jorge Amado deixa a marca por onde passa, o termo se consagrou, quando ele o usa em *Gabriela Cravo e Canela*, dizendo que os estrangeiros se transformavam em grandes plantadores de cacau, verdadeiros grapiúnas. Foi Gabriela, portanto, que inseriu no dicionário de Aurélio o verbete. Não se sabe, também, até onde o autor de *Terras do Sem Fim*, com seu estilo zombeteiro, pretendeu qualificar os gringos. Hélio Pólvora, citando Clodomir Xavier, transcreve: ‘vinda do abaenhenga, a palavra tem a etimologia de guirá (transformada em gra por aglutinação = passaro + pi = branco + una = preto). Grapiúna significa pássaro preto e branco’. Rogando licença ao autor de *Km 3* e ao de *Pulu*, trago mais uma etimologia algébrica, composta artesanalmente por mim, mas apanhando a matéria prima em Teodoro Sampaio, no ‘O TUPI na geografia nacional’ que não consigna o verbete grapiúna: ‘Igra (Ygara) = canoa + piuna (py-una = casca preta de uma árvore da família das mirtáceas) = Grapiúna’.

Portanto, mesmo que, reconhecidamente, a região de abrangência ou de atuação da UESC extrapole mesmo seus limites institucionais, à referência sobre **região** compreende-se aquela denominada “cacaueteira”, impregnada pelo sentido exaustivamente veiculado em obras artísticas ou científica, de natureza diversa, que compõem o acervo produzido sobre a região.

No depoimento da reitora da UESC, este aspecto se apresentou na justificativa de criação de cursos, conforme se depreende do seu discurso:

*Outro aspecto que se apresentou foi a questão do turismo. Do turismo regional. Você sabe que a região é muito rica em folclore, ela é rica em*

*literatura. Então era possível associar um modelo de turismo que tanto levasse em conta o lazer, porque as praias e a beleza natural permitem, como também o turismo cultural com toda a história. Até a própria saga do cacau nos conduz ao turismo cultural. Porque é uma beleza você estudar toda essa cultura. Porque só agora é que nós temos a percepção da transformação que está ocorrendo na região. Pautando-se nisso é que pensamos num curso de cultura e turismo, curso de mestrado que está sendo oferecido.*

Também sobre este aspecto, Santos (2004, p. 123), transcrevendo a seguinte descrição de Simões, em cujo cenário deixa “emanar a percepção do eclodir de novos imbricamentos, de novas e significativas relações”, constata a expansão recente do significado do contexto regional:

Dos desmandos provocados pela abundância dessa região rica, com o suceder das gerações e das crises, resultou o seu empobrecimento. À opulência vivida pelos coronéis, sucedeu uma geração nostálgica dos tempos áureos ou que vislumbrava outros tempos de diversificação e muito trabalho; de outras lutas e outros valores mais concernentes ao contexto mais recente. Os questionamentos sobre o ter, o deslocamento de poder – do ter para o ser – redimensionam o imaginário. A região passa a enxergar o que antes não conseguia: a sua potencialidade, para além do cacau. Passa a enxergar a sua situação histórica e geográfica privilegiada no mapa do país: estar situada no coração da Mata Atlântica, na biosfera do descobrimento do Brasil e num dos litorais mais belos e piscosos do país.

Dos critérios elencados para criação de novos cursos, a justificativa da **vocação regional**, da **demanda** e do **mercado de trabalho** são evidenciados pelos representantes da sociedade regional, enquanto a preocupação com a infraestrutura da Universidade se estabelece entre os membros da comunidade acadêmica:

*A região, de um modo geral, tem optado pelo turismo como alternativa econômica viável. No entanto, é preciso preparar mão de obra qualificada nessa área, investir mais em pesquisa e tecnologia nesse setor, daí a conclusão de que um curso de turismo e hotelaria seria muito bem vindo. [...] ultimamente muito se fala em agroindústria, em agronegócios e tendo a nossa região uma vocação para a agricultura, nada melhor que investir um pouco mais nessa área (S3).*

*Cursos na área de administração e economia que priorizem negócios, treinamento em vendas e marketing, deveriam ser estimulados. Os estudantes, filhos dos nossos empresários, precisam dar continuidade às*

*empresas que seus pais criaram sem precisar buscar esse conhecimento lá fora (S4).*

*Engenharia florestal, turismo, zootecnia, engenharia de alimentos. A região tem um potencial muito grande em matas, rios etc. O desmatamento desordenado pode comprometer todo o ecossistema, abalando as condições climáticas, tão necessárias à lavoura cacaueteira e também à pecuária e ao cultivo de plantas frutíferas. A preservação da Mata Atlântica também favorece ao turismo ecológico, que se soma aos muitos quilômetros de praias aprazíveis (S1).*

*Não vejo como necessária a instalação de novos cursos na UESC. Acredito que, até mesmo como forma de crescimento, a UESC deverá investir para consolidar os já implantados, em face as dificuldades por que passam alguns (U3).*

*No momento atual a UESC deve fortalecer os cursos existentes, estruturando-os para que posteriormente possa ter novos cursos. Muitos dos cursos existentes têm problemas relacionados à infra-estrutura básica, professores, precisam de reformulações do seu projeto pedagógico. Portanto, creio que novos cursos no momento não devam ser criados. No longo prazo podemos pensar em cursos relacionados a engenharias, nutrição, turismo, oceanografia, por exemplo (U4).*

Nas tabelas de relações (Quadros 5 e 6) referentes à palavra-chave **região**, identificam-se associações positivas quantitativamente maiores, relacionadas às co-ocorrências **universidade** e **desenvolvimento**, com significados que atribuem à instituição universitária a responsabilidade de atuar como agente de **desenvolvimento regional** e **ocupação do espaço** deixado pela CEPLAC, em face do seu enfraquecimento institucional.

Quadro 5 - Co-ocorrências e relações de representantes da comunidade acadêmica associadas à palavra-chave **região**

Co-ocorrências	Relações			
	Associações Positivas	Nº	Associações negativas	Nº
<b>Universidade</b>	Relevância	4	Tímida atuação	3
	Contribuições ao desenvolvimento regional	3	Necessidade pesquisas problemas regionais	3
	Utilidade/necessidade	2	Crise cacau	2
	Formação /qualificação regional	2		
<b>Total</b>		<b>11</b>		<b>8</b>
<b>Desenvolvimento</b>	UESC- papel relevante no desenvolvimento	5	Carência projetos	5
	Nova dinâmica decorrente formação indivíduos		Necessidade novos mercados / viabilização diversificação	3
	Diversificação / potencialidades/ alternativas crise	4	Nós cruciais – problemas financeiros	2
	Crise cacauicultura			
<b>Total</b>		<b>9</b>		<b>10</b>
<b>Crise lavoura (cacau)</b>	Novas alternativas/ novas opções / novos mercados	3	Necessidade viabilização diversificação	3
	Nova dinâmica decorrente crise	1	Necessidade capacitação	1
<b>Total</b>		<b>4</b>		<b>4</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 6 - Co-ocorrências e relações de representantes da sociedade\* associadas à palavra-chave **região**

Co-ocorrências	Relações			
	Associações Positivas	Nº	Associações negativas	Nº
<b>Universidade</b>	Inserção/imagem	6	Carência atividades acadêmicas na região	4
	Detentora conhecimento regional	6	Falta envolvimento	2
	Papel no desenvolvimento regional	5	Inadequação problemas regionais	2
	Qualificação profissional	5		
<b>Total</b>		<b>22</b>		<b>8</b>
<b>Desenvolvimento</b>	UESC: órgão desenvolvimento regional	5	UESC: não ocupação espaço no desenvolvimento	5
	Prioridade atividades econômicas (turismo/informática/agro-negócio)	4	Carência infra-estrutura	3
				Desinteresse governamental
<b>Total</b>		<b>9</b>		<b>10</b>
<b>Cacau/ cacaucultura</b>	Financiamento regional	4	Crise	6
	Viabilidade econômica	1	Confisco agrícola	1
	Preservação mata atlântica	1		
<b>Total</b>		<b>6</b>		<b>7</b>

\* Sujeitos representativos dos setores políticos e econômicos da sociedade local.  
Fonte: Dados da Pesquisa.

Este sentimento está presente tanto na comunidade interna, que vê nas funções inerentes à Universidade (ensino, pesquisa e extensão) um poderoso veículo de interferência no desenvolvimento, através da **formação dos indivíduos, qualificação profissional**, investigação de **novas alternativas** à crise da cacaucultura e desenvolvimento das **potencialidades** locais, como na comunidade externa que, sentindo-se desamparada com a extensão da crise que afetou profundamente as Instituições, espera que a Universidade assuma a liderança na **formulação de políticas públicas** que propiciem uma nova retomada do crescimento econômico, condição considerada fundamental para o desenvolvimento

da região, numa clara confusão sobre as funções da Universidade e de órgãos de desenvolvimento.

Algumas posições são elucidativas desse panorama:

*Vejo a UESC com entusiasmo e esperança de que ela seja a grande guia dos mais importantes projetos regionais e aí se resume a sua importância (S3).*

*A UESC é, indiscutivelmente, o mais importante órgão regional...] onde depositamos a maior confiança no presente e no futuro (S4).*

*O fortalecimento da UESC se dá paralelo ao desaparecimento do ICB e o enfraquecimento da CEPLAC. Então ela conseguiu ter ecoado essa ânsia da região de ter uma grande instituição porque já teve no passado e jogou esse papel do desenvolvimento regional (S7).*

*A UESC vem assumindo o papel de conduzir, mesmo de forma tímida, algumas diretrizes das políticas locais. As pesquisas de certa forma subsidiam algumas atividades, sejam elas agrícolas ou não, por meio de cursos há um treinamento de pessoas, o que pode melhorar a ocupação desses indivíduos no mercado de trabalho e criar novas possibilidades de emprego (U4).*

Na associação da palavra-chave **região** com **cacau/cacauicultura**, observam-se um aparente equilíbrio nas concepções, mas com relações negativas quantitativamente maiores, ligadas a significados de desolação frente à crise da lavoura: **região empobrecida, últimos tempos sem produção, vassoura-de-bruxa dizimando tudo, perda de poder econômico, importação de cacau**. O enfrentamento desta situação está na enumeração das **necessidades** para contorná-la, como: **viabilização da diversificação, capacitação, novas opções, novos mercados**, mas ainda com a esperança na recuperação da lavoura principal (**cacauicultura é viável**), porém sob nova percepção (**nova dinâmica do desenvolvimento**).

Assim, se as limitações econômicas impostas pela crise geraram sentimentos de frustração, provocando um quadro negativo nos sujeitos da pesquisa, o credo na atividade econômica tradicional, sob novas bases de exploração, ainda movem a



sociedade, que também vislumbra a partilha dessa anterior atividade hegemônica com novas formas de geração de riqueza:

*Então, nós tínhamos uma região pautada especialmente numa matriz agrícola que tinha como riqueza de sustentação o cacau. Com a crise da lavoura a região se viu obrigada a vislumbrar novas alternativas, novas opções. [...] Entre esses novos horizontes nós podemos dizer a presença do pólo de informática em Ilhéus, que surgiu como uma alternativa para a economia regional e por isso ocorreu por parte do governo isenções de taxas para as empresas que ali se instalaram (U1).*

*Acompanhamos o governador do estado, secretários e vice-governador e, sempre exigindo, até junto a ministros, em pronunciamentos em defesa da cacauicultura que continua sendo nosso carro chefe [...] nós temos o mar imenso a nossa frente que é a pesca oceânica, nós temos também uma retaguarda de pescas em tanques, pesca de cativeiro chamados (S1).*

Quanto às relações com a palavra-chave **desenvolvimento**, a convergência das co-ocorrências entre os dois grupos pesquisados refere-se à **universidade**, ressaltando-se fortemente a **importância institucional** nos rumos do **desenvolvimento regional**, seja através de suas atividades, ou através das percepções sobre seu papel, imputadas pela sociedade, com associações positivas expressivamente maiores, especialmente sob a percepção da comunidade interna (Quadros 7 e 8).

Buscando-se entender de que forma o papel institucional cristaliza-se no seio da sociedade, verificou-se que, do ponto de vista teórico, o conceito de papel social é destacado como unidade sociologicamente irreduzível da estrutura social e que é objetivamente dado em seu conteúdo o qual os indivíduos têm diante de si como poderosa força obrigatória, relacionando-se ao comportamento efetivo. Sua definição é concebida no Dicionário de Ciências Sociais como uma posição social determinada, caracterizada por atividades, até certo ponto avaliadas pelos participantes da sociedade.

Quadro 7 - Co-ocorrências e relações de representantes da comunidade acadêmica associadas à palavra-chave **desenvolvimento**

Co-ocorrências	Relações			
	Associações Positivas	Nº	Associações negativas	Nº
<b>Universidade</b>	Relevância Institucional	3	Necessidade / ampliação pesquisas	5
	Centro conhecimento	3	Viabilização diversificação	2
	Qualificação profissional para mercado	2		
	Contribuições atividades acadêmicas	2		
<b>Total</b>		<b>10</b>		<b>7</b>
<b>Região</b>	Novas alternativas à crise / novas opções / nova dinâmica	5	Crise cacauicultura	3
	Arranjos regionais - diversificação	4	Necessidade projetos	2
<b>Total</b>		<b>9</b>		<b>5</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 8 - Co-ocorrências e relações de representantes da sociedade associadas à palavra-chave **desenvolvimento**.

Co-ocorrências	Relações			
	Associações Positivas	Nº	Associações negativas	Nº
<b>Universidade</b>	Importância no desenvolvimento	5	Carência atuação/participação	4
	Agente desenvolvimento	2	Não envolvimento com problemas	3
			Falta de políticas	2
<b>Total</b>		<b>7</b>		<b>9</b>
<b>Instituições</b>	Representantes (portavozes) anseios regionais	3	UESC: falta inter-relação institucional	3
	Papel: Cobrança infraestrutura econômica	2	Crise: perda poder econômico	1
<b>Total</b>		<b>5</b>		<b>4</b>

\* Sujeitos representativos dos setores políticos e econômicos da sociedade local.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em estudo de Boaventura (1985, p. 14), destaca-se que aspectos sociológicos e psicológicos dos papéis são inter-relacionados e igualmente importantes nas análises, tendo em vista que estes elementos interagem, constantemente. Segundo o autor,

Dentre as muitas maneiras de se conceber o papel, é ele definido como expectativas, que se efetivam no sistema social, seja a escola, seja a universidade, seja a academia, seja o partido político, seja a associação de classe. Se os propósitos da instituição são conhecidos, as tarefas para realizá-los podem ser especificadas, possibilitando a sua organização e papéis. Os papéis servem de norma para o comportamento. Assim, o papel é a norma.

Observando-se as percepções que os grupos em análise têm do papel da Universidade, verifica-se que ambos imputam-lhe a responsabilidade de solucionar problemas locais, numa visão iluminista da Instituição Universitária, atribuindo-lhe mesmo ações alheias à sua natureza como **agente de desenvolvimento regional**, numa expectativa de que esta venha a ocupar funções anteriormente desempenhadas pela CEPLAC. A frustração dessas expectativas expressam-se nas associações negativas atribuídas à Universidade como: **não há política para a realidade regional (produção só acadêmica), não se legitima como instrumento de desenvolvimento, não participa da expansão** [das cidades], entre outras.

A comunidade interna, entretanto, vê, através da co-ocorrência, **atividades acadêmicas**, que a Universidade **tem contribuído para o desenvolvimento regional**, mas que há necessidade de **desenvolver mais pesquisas com as potencialidades regionais**, em um nítido entendimento de que a Universidade vem cumprindo seu papel e que ainda tem um amplo leque de conhecimentos a ser gerado pela academia.

Enfim, percebe-se que, dos eixos temáticos propostos, a análise de conteúdo indica que há uma certa convergência nas percepções e sentimentos das

comunidades interna e externa (sociedade) em relação à Universidade, no que se refere às palavras-chave de maior ocorrência na pesquisa. Colocando em relevo a importância que a Universidade tem para a região, há um forte sentimento de pertencimento da sociedade regional, tanto com relação à Universidade quanto às condições materiais fornecidas por ocasião da implantação da FESPI, arrefecido após a estadualização. A diferenciação observada refere-se, principalmente à percepção da sociedade sobre o papel da Universidade, sua atuação em face da crise da cacauicultura e a percepção utilitarista quanto às atividades que esta desempenha.

#### **8.4.2 Territorializando a Universidade Estadual de Santa Cruz**

A territorialidade da Instituição Universitária pode ser observada através da sua identidade espacial a partir da análise das suas atividades que retratam a dinâmica das inter-relações estabelecidas com a sociedade organizada no seu entorno. Para análise dessas relações, busca-se estabelecer vínculos entre as atividades que a Universidade desempenha e suas projeções no território delimitado, com vistas a perceber-se a capilaridade dessas ações no tecido social.

A trajetória da UESC está fortemente marcada pelos seguintes momentos importantes, todos com grande participação da sociedade regional: sua gênese, com a emergência do Ensino Superior na região, através das escolas isoladas; a implantação da FESPI, passo inicial para a construção da Universidade; a luta pela estatização, culminando com a estadualização, em 1991, e sua consolidação e expansão, a partir de 1995, com o seu reconhecimento. Durante todo esse período, o crescimento das ações universitárias e sua penetração na sociedade faz-se sentir

tanto pelo quantitativo que expressam os valores institucionais, como pelo seu conteúdo, que retrata a forma de alcance social dessas ações.

Nos últimos anos, presenciou-se uma grande pressão da sociedade para implantação de novos cursos, em direção às necessidades de diferentes setores, propiciando um grande incremento nas taxas de crescimento das demandas institucionais, com reflexos em todas as áreas de atuação acadêmica. Para atendimento dessas demandas, a UESC tem promovido uma forte expansão dos quadros docente, discente e administrativo, número e diversificação de cursos, pesquisas e atividades de extensão.

No setor educacional, os cursos oferecidos já não mais atendiam às demandas regionais que pressionavam em direção às novas áreas: de agricultura, saúde e ciências exatas. As pressões da sociedade sobre a Universidade culminaram com a criação dos novos cursos de graduação em agronomia, veterinária, medicina e ciência da computação, entre outros, de importância para a formação de uma nova força de trabalho para o setor produtivo mais diversificado que a região vem apresentando, além do grande incremento nos cursos de pós-graduação.

Um outro vetor de impacto na região, que não foi objeto do presente estudo, mas não pode ser desconsiderado, é o exercido na área econômica, com o aumento de professores, servidores e estudantes, grande parte vindos de fora do eixo Ilhéus-Itabuna e mesmo fora da região, impulsionando a economia regional, tanto pelo consumo de bens e serviços em circulação, como pela mudança qualitativa na oferta desses bens e serviços.

Estudo dessa natureza foi realizado pelo professor Roberto Paulo de Machado Lopes, em Vitória da Conquista, que objetivou identificar os impactos

produzidos pelo funcionamento da UESB na economia local, através dos gastos relacionados ao funcionamento da Instituição. O estudo concluiu que os impactos quantitativos, através dos gastos da Universidade, apresentam-se pelo retorno apurado de mais da metade dos impostos estaduais arrecadados no município, além da formação do capital humano e dos serviços prestados à comunidade, conferindo à Universidade dimensão na importância do desenvolvimento local (LOPES, 2001).

Considerando que a UESB tem sua atuação dispersa em três *campi* (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga) e que seu orçamento tem valores próximos aos da UESC, que tem atuação espacial mais concentrada, é de se esperar que o impacto local seja ainda maior que o apurado em Vitória da Conquista.

Assim, se a educação é considerada um dos bens culturais mais significativos para a humanidade, para uma sociedade, a aquisição do conhecimento se faz necessária e o ensino é uma das maneiras formalizadas e utilizadas para este fim. Desta forma, um local que está equipado com este tipo de serviço torna-se atrativo para a população, estabelecendo uma relação intrínseca com o lugar, e a Universidade cumpre seu papel social enquanto Instituição a serviço da comunidade, no plano material, um dos elementos básicos constituintes da territorialidade.

Outro elemento fundamental na constituição da territorialidade é de ordem imaterial ou simbólica, que se refere aos processos identitários, tratando-se das relações biunívocas do fenômeno de pertencimento. Daí, as relações Universidade-Sociedade se estabelecem numa nova topologia, em um **entre-lugar** onde se constroem os traços que se moldam no tempo e no espaço, sejam de natureza cultural, política ou econômica que, simbólica ou concretamente se implantam nas

topologias em análise (lugar-Universidade e lugar-Sociedade) e servem de distintivos para os atores sociais.

Sobre este aspecto, os depoimentos dos representantes da sociedade deixaram claro o quanto a UESC se constitui o principal ícone regional, conquistado pela sociedade, para formação das pessoas, para a construção do conhecimento e sua apropriação para enfrentamento das mudanças que se impõem na contemporaneidade e solução de problemas concretos enfrentados pela região:

*Feliz da região que tem uma universidade [...] que é o avanço do conhecimento, é o acompanhamento das relações sociais (S1).*

*A UESC é o maior vetor de pesquisas e desenvolvimento [...] laboratório para formar e preparar nossos jovens (S3).*

*[ a UESC] se insere como fruto da ansiedade da sociedade regional, que aí ela se identifica com a sociedade (S5).*

Concordando com Haesbaert (1977, p. 41), que o território “deve ser visto na perspectiva [...] também de uma apropriação que incorpora a dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que estivermos nos referindo, afetiva”, considera-se que, efetivamente, há um intenso senso de territorialidade, como expressão da relação entre a Universidade e a Região, que, conforme Raffestin (1993), tem a ver com identidade, com o sentido de pertencer, tendo como suporte:

- a origem da demanda às atividades da UESC (ensino, pesquisa e extensão);
- a identificação da Universidade como território da construção do saber local;
- a relação com a cultura regional, percebida e valorizada como específica do local.

Com esse intuito, buscou-se em informações sobre as atividades desenvolvidas na UESC elementos que dão suporte às assertivas elencadas acima.

#### 8.4.2.1 Atividades de ensino

Esta atividade constitui-se na UESC como a principal das funções da Universidade, mantendo a tradição trazida da antiga Federação de Escolas. Isto se justifica pelo fato de a UESC ser uma Universidade recente e a ênfase na dimensão ensino ser a base estrutural de Instituições de Ensino Superior organizadas não como Universidade.

A partir de 1995, quando reconhecida como Universidade, a UESC tem crescido substancialmente nas dimensões de pesquisa e extensão, mas, ainda é na dimensão ensino onde se observa sua maior expansão, tanto na oferta de cursos de graduação como na pós-graduação.

A Figura 2 mostra o incremento de 64% na oferta dos cursos de graduação no período 1996-2003, conforme relatório de atividades da reitoria instalada a partir do reconhecimento da UESC.



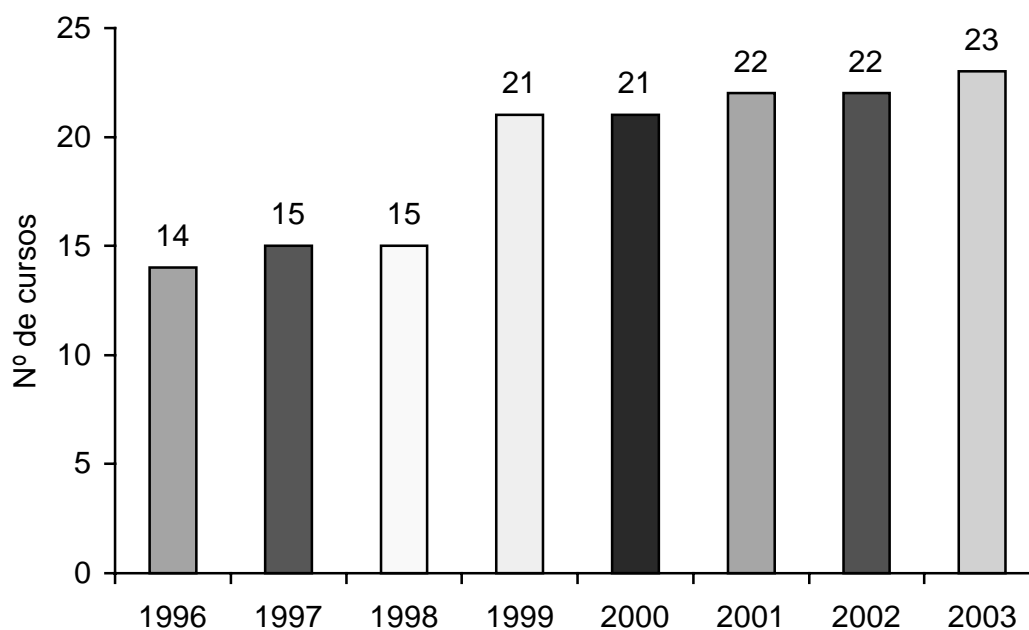


Figura 2 – Evolução da implantação de cursos de graduação no período 1996-2003.

Fonte: UNIVERSIDADE..., 2003, p. 71.

Comparando-se estes dados com o período anterior ao reconhecimento da UESC, retirados de Midlej (1995), verifica-se que na trajetória do número de cursos, a Universidade cresceu de **7 cursos** em 1974, na época da implantação da FESPI, para **8 cursos** em 1984 e **10 cursos** em 1994, ou seja, em 20 anos, observou-se um incremento de **1 curso/década**.

No período de mais 2 anos (1994 a 1996), a UESC implantou **4 cursos** e nos 8 anos seguintes (1996-2003), implantou mais **9 cursos**, ou seja, um incremento de **1 curso/ano** na década 1994-2004.

Observando-se essas relações, verifica-se como o ritmo de crescimento acelerou-se vertiginosamente a partir do reconhecimento da UESC e, posteriormente, a mesma dinâmica foi constatada nas dimensões pesquisa e extensão.

No mesmo ritmo de crescimento dos cursos, observou-se o crescimento dos corpos docente e discente.

No que tange ao corpo docente, segundo informações de Midlej (1995, p. 15), em 1974, a FESPI iniciou suas atividades com 91 professores; em 1984, tinha 149 professores, dos quais, 11 colaboradores e em 1994, com a UESC já estadualizada, mas ainda sem a aprovação do quadro definitivo, havia 264 professores, dos quais, 113 (43%), nas categorias “Auxiliares Substitutos” e “Visitantes”. O ano de 2004 iniciou suas atividades, segundo dados de Nogueira (2004), contando com 629 professores, dos quais 191 (30%) do quadro temporário (Tabela 2).

Tabela 2 – Quadro de docentes, período 1974-2004

Ano	Quadro permanente	Quadro temporário	Total
1974	91	-	91
1984	138	11	149
1994	151	113	264
2004	438	191	629

Fonte: Midlej, 1995; Nogueira, 2004.

A partir da aprovação do quadro docente da UESC e sua posterior fixação (Lei 7.176, de 10/09/97), iniciou-se a realização de concursos públicos para provimento de cargos permanentes de professores, com titulação mínima em nível de mestrado, contribuindo sobremaneira com a mudança no perfil do corpo docente da Instituição. Isto, devido à afluência de pessoas de diversas partes do país e do exterior, com alta titulação acadêmica, atraídas pela oportunidade de emprego e novo estilo de vida oferecidos na região, que exerce um certo fascínio nos visitantes,

por suas belezas naturais, por possuir um bioma específico (Mata Atlântica) e pela sua riqueza cultural e artística.

Mas a sua maioria ainda é proveniente da região, seja pela absorção, pela UESC, do antigo quadro da FESPI (que se encontra em extinção), seja pelo ingresso de pessoas vinculadas à região, egressos ou não da UESC, que tiveram oportunidade de adquirir titulação fora ou, em grande parte, na própria UESC, em seus cursos de pós-graduação.

Quanto ao corpo docente, este é majoritariamente proveniente da chamada “região de influência da UESC”, conferindo à Universidade, no plano material, um dos elementos da sua territorialidade.

Quando se analisa a demanda pelos cursos de graduação da UESC, através do concurso vestibular em diferentes anos, constata-se que, ao longo do tempo, os candidatos procedem de municípios da região Sul, especialmente o entorno mais próximo da UESC, em número expressivo das cidades de Itabuna e Ilhéus (Tabela 4, ANEXO D).

Quando agrupada em regiões, a demanda da região Sul é substancialmente esmagadora, em comparação à das outras regiões (Tabela 3), mesmo considerando que, nos últimos anos, essa participação relativa diminuiu em 16,38%, com relação ao primeiro período considerado (1977). Isto se deve à estadualização da Universidade, da ampliação e diversificação de cursos e número de vagas e da paulatina afirmação da UESC como centro de referência acadêmica no panorama estadual e nacional.

É interessante notar que, embora bem distante da participação da região Sul, a procedência de candidatos da região Sudoeste é a segunda maior e quantitativamente superior à da região Extremo Sul, a qual compõe, oficialmente, a

área de abrangência da UESC. Além disto, a existência da UESB naquela região, mesmo organizada em *campi* instalados nas três cidades mais importantes, não significou diminuição da demanda daquela região. Isto se deve, nos anos iniciais, à existência, na UESC, de cursos diferentes dos da UESB e alguns profissionalmente mais valorizados, como Direito; depois, com a estadualização da UESC e ampliação do número de cursos e vagas, somaram-se razões relacionadas à oferta de vagas públicas espacialmente mais próximas do que as tradicionalmente oferecidas em Salvador e Feira de Santana.

O quadro de alunos matriculados nos diferentes cursos da UESC não se modifica, substancialmente, do quadro de candidatos ao concurso vestibular, significando que a UESC cria uma territorialidade na região, podendo-se inferir que o ensino encontra-se territorializado, refletindo uma influência da universidade que extrapola sua delimitação geográfica, mas se concentra na região do seu entorno.

Tabela 3 – Procedência dos candidatos ao vestibular da FESPI/UESC, por região

REGIÃO	1977		1978		1979		1980		1999		2003	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b><i>Região Sul</i></b>	<b><u>1.053</u></b>	<b><u>86,10</u></b>	<b><u>1.268</u></b>	<b><u>83,97</u></b>	<b><u>1.688</u></b>	<b><u>85,17</u></b>	<b><u>1.719</u></b>	<b><u>86,60</u></b>	<b><u>6.276</u></b>	<b><u>72,05</u></b>	<b><u>10.478</u></b>	<b><u>69,72</u></b>
Região Extremo Sul	24	1,96	31	2,05	30	1,51	35	1,76	302	3,47	588	3,91
Região Sudoeste	54	4,42	62	4,11	78	3,94	109	5,49	579	6,65	1.211	8,06
Salvador e Região Recôncavo Sul	32	2,62	42	2,78	70	3,53	67	3,38	747	8,58	1.108	7,37
Outros Municípios	57	4,66	88	5,83	95	4,79	45	2,27	384	4,41	910	6,06
Outros Estados	3	0,25	19	1,26	21	1,06	10	0,50	203	2,33	606	4,03
Outros Países	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,01	4	0,03
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-	219	2,51	123	0,82
<b>Total</b>	<b>1.223</b>	<b>100</b>	<b>1.510</b>	<b>100</b>	<b>1.982</b>	<b>100</b>	<b>1.985</b>	<b>100</b>	<b>8.711</b>	<b>100</b>	<b>15.028</b>	<b>100</b>

Fontes: Simões; Simões, 1981; Consultec, 1999; 2003.

#### 8.4.2.2 Atividades de Pesquisa

As atividades de pesquisa na UESC são realizadas no âmbito dos programas institucionais da Universidade e no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação, como requisito para obtenção da titulação pleiteada.

No âmbito dos programas institucionais, conforme relação obtida no site da Universidade (UNIVERSIDADE..., 2004b), em novembro de 2004, estão em andamento 120 projetos de pesquisa aprovados no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), dos quais, 60% estão voltados direta e explicitamente para investigação de problemas locais e os demais têm vinculação direta ou indireta com problemas enfrentados pela região. Esta configuração de pesquisa institucional ratifica a vinculação da UESC com seu entorno, conferindo-lhe, na dimensão da pesquisa, o caráter de sua territorialidade.

No âmbito das pesquisas desenvolvidas como requisito para titulação (monografias de graduação e pós-graduação *lato sensu* e dissertações de mestrado), majoritariamente tem-se como objeto de pesquisa problemas regionais, para os quais, trabalhos em diversas áreas têm buscado soluções. Certamente, a exigência da apresentação de trabalho de final do curso propiciou o desenvolvimento da investigação científica, o que vem ajudando na produção do saber e na compreensão dos problemas regionais.

Além da exigência legal de pesquisa vinculada à atividade de ensino que vem propiciando uma mudança no perfil acadêmico da UESC, a instalação plena da Universidade, com os institutos legais de reconhecimento e credenciamento, alavancou mecanismos de financiamento de pesquisa, impulsionando a expansão

da atividade que hoje conta com parcerias nas esferas pública e privada, em nível local, estadual, nacional e internacional.

Em relatório de atividades, afirma-se que “os projetos e programas [de pesquisa] em andamento estão inseridos no processo de desenvolvimento econômico e social da região de influência da Universidade, sem perder de vista sua inserção nacional e internacional” (UNIVERSIDADE..., 2003, p. 79).

Na Figura 3, observa-se a ampliação das atividades de pesquisa no período 1996-2003, que refletem sua trajetória de crescimento.

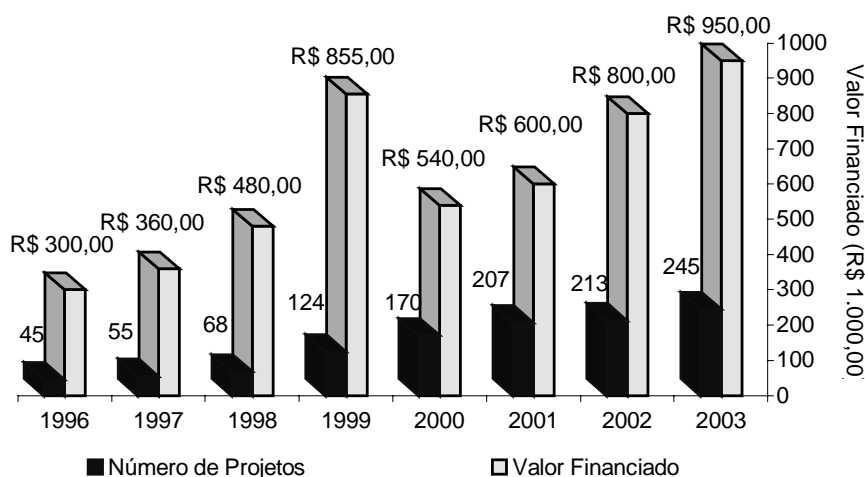


Figura 3 – Número de projetos de pesquisa e valor financiado, UESC, 1996 a 2003, Ilhéus, Bahia.

Fonte: Nogueira, 2004.

É importante salientar que, embora de forma incipiente, as atividades de pesquisa começaram a ser desenvolvidas na FESPI, com a criação do Escritório de Projetos e Pesquisas (ESPRO), pela portaria DG-23/77 para “preparar técnicos habilitados em pesquisas e elaboração de projetos sócio-econômicos, visando a

atender o mercado regional” (UNIVERSIDADE...,1995, p.32). Este órgão complementar na estrutura organizacional da FESPI foi responsável pelo desenvolvimento de muitas pesquisas de cunho local, além da coordenação do “Projeto Cultural Porto Seguro” e do projeto do “Auto do Descobrimento”, ambos de grande repercussão e futuros desdobramentos no âmbito nacional. A FESPI contava, também, com convênios de cooperação financeira com a CEPLAC, para financiamento de diversos estudos nas áreas biológica, econômica e social, responsável por grande número de trabalhos, todos voltados para problemas regionais.

#### 8.4.2.3 Atividades de extensão

As atividades de extensão na Universidade são aquelas que exprimem em maior magnitude a vinculação da Instituição Universitária com a sociedade, no sentido precípua do seu caráter de proporcionar a intervenção educativa como meio de transformar a sociedade. No entendimento de Santos (1999, p. 229), “a Universidade deverá criar espaços de interação com a comunidade envolvente, onde seja possível identificar eventuais atuações e definir prioridades”.

Na UESC, essa assertiva não se diferencia da de outras Universidades e os programas de extensão em atual desenvolvimento (UNIVERSIDADE..., 2004a), vêm privilegiando a área de educação, considerada, ao lado da saúde, a de maior necessidade de ações extensionistas.

Em Nogueira (2004), foram obtidos os dados das Figuras 4 e 5 que elucidam o direcionamento territorial das principais atividades de extensão, colocando-se em relevo a dimensão material da territorialidade da UESC.



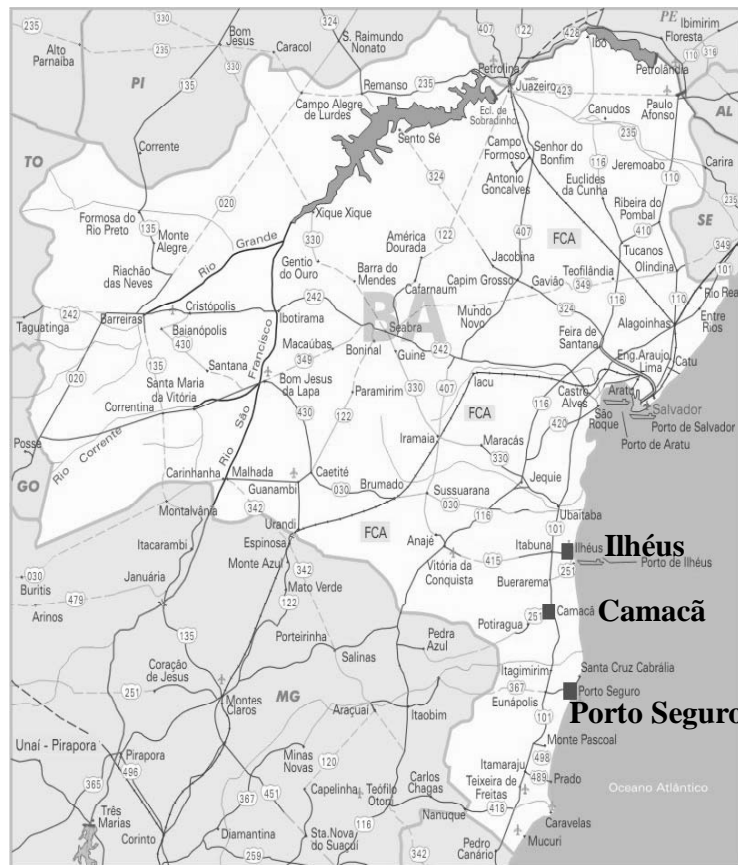


Figura 4 – Áreas dos núcleos do PROAÇÃO – UESC.  
 Fonte: Nogueira, 2004.

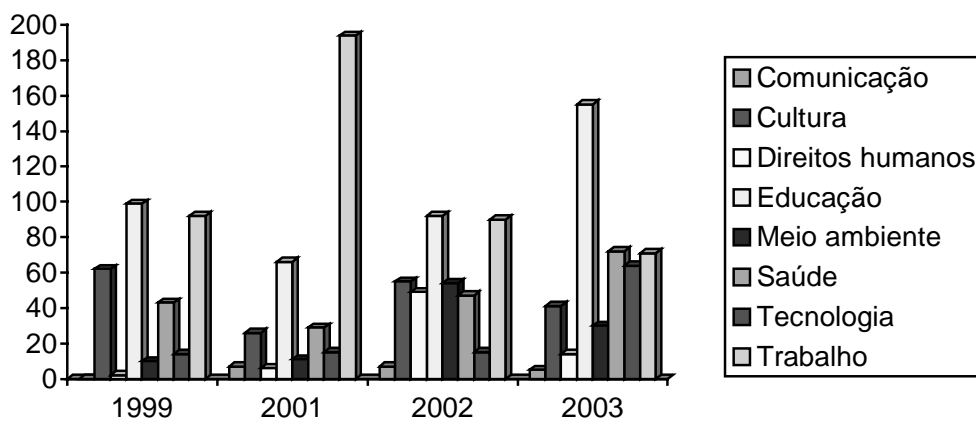


Figura 5 – Distribuição do número de ações extensionistas por áreas temáticas, na UESC, período 1999-2003.  
 Fonte: Nogueira, 2004.

Na FESPI, as atividades de extensão foram as principais vitrines do fazer acadêmico local, materializadas em dois projetos principais, com financiamento da CEPLAC:

**Projeto Tosta Filho (PTF)**, criado em abril de 1978 (UNIVERSIDADE..., 1995, p. 39), com o objetivo de levar a municípios carentes, nas áreas de atuação da Instituição, parcela dos conhecimentos produzidos na e pela comunidade acadêmica, funcionando nos moldes do Projeto Rondon, executado em escala nacional. Trabalhando em diversas áreas de atuação: educação, direito, saúde, economia, administração, filosofia, o projeto mobilizou professores e estudantes em ações específicas planejadas em cada etapa e contou com a total parceria das prefeituras locais e dos órgãos públicos relacionados a cada área (DIREC's para educação, Secretarias de Saúde, Fóruns, Cartórios etc.) para desenvolvimento das ações;

**Projeto Cultural Porto Seguro (PPS)**, idealizado para restaurar e preservar o Patrimônio Histórico nas cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. As ações do PPS tiveram desdobramentos importantes, entre eles a decisão presidencial de tornar Porto Seguro um monumento nacional, a criação do Museu Aberto do Descobrimento, a encenação nacional da peça teatral "Auto do Descobrimento", texto de autoria do professor e escritor Dr. Jorge de Souza Araujo, exibida pela Rede Globo de Televisão.

Na mesma publicação, os relatores afirmam que:

Não se pode medir em termos físicos ou financeiros os resultados gerais para uma avaliação do Projeto Cultural Porto Seguro, porque esses limites não serviriam como parâmetros do que foi implementado e teriam apenas conotação numérica, o que é comum nos frios relatórios tecnocráticos. O importante, como

resultado do PPS é que dele nasceu, direta ou indiretamente, uma consciência, pelo menos da comunidade regional, quanto à preservação do Patrimônio Histórico, e isso ficou evidenciado até mesmo pela postura da prefeitura de Porto Seguro, em valorizar o acervo existente e cobrar do próprio SPHAN uma ação mais extensiva naquela área.

A prefeitura de Santa Cruz Cabralia também assumiu postura idêntica, valorizando o máximo o seu próprio patrimônio, inclusive como fator de incremento ao turismo, que hoje se insere como uma das principais atividades econômicas daqueles dois municípios (UNIVERSIDADE..., 1995, p. 43-44).

Assim, percebe-se como a dimensão extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, vem consolidando, ao longo do tempo, suas ações no lugar e no entorno onde a Universidade está inserida, territorializando-a.

Enfim, ao revelar e discutir os processos que permitiram materializar o sonho de uma Universidade na região, os sentimentos dos seus atores sociais, as especificidades das ações acadêmicas e relacionamentos políticos e econômicos desenrolados em contextos e escalas espaço-temporais singulares, consubstanciam a idéia de que a UESC, instalada no lugar (região), está submetida a uma complexa rede de relações, que se estabelecem reciprocamente, em movimentos de retroalimentação, sob um forte sentimento de pertencimento que lhe confere sua territorialidade.

Conclui-se, daí, que a UESC é “**DA**” Região.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão mobilizadora que levou a este estudo ratificou a importância de se investigar o Ensino Superior em seus múltiplos e complexos aspectos que precisam ser desvelados, considerando que, os resultados aqui encontrados como ponto de chegada, na realidade constituem-se o ponto de partida para trabalhos posteriores que se fazem necessários no escasso acervo sobre o tema.

Nesta pesquisa, foi dada ênfase à busca da compreensão das relações entre a Universidade e Sociedade, em um contexto histórico, econômico, político, cultural e socialmente construído, experienciado em um determinado espaço-tempo histórico, cujas transformações que se processam em seu interior correspondem à apropriação do território mediatizado por seus atores sociais.

Ao longo da construção das diversas etapas do trabalho, procurou-se estabelecer nexos entre os seguintes campos de estudo: Educação Superior, particularizado em relações entre Universidade e Sociedade; geografia, com enfoques teóricos sobre espaço, região, território e territorialidade; história, através da compreensão da formação social e histórica do espaço territorializado.

A partir do delineamento de uma problemática relacional, através da qual debruçou-se sobre análises dos processos de instalação e territorialidade do

Ensino Superior em determinado espaço regionalizado, geográfica e culturalmente apropriado pelos atores sociais, investigou-se como as relações Universidade-Região que se estabelecem entre essas topologias, são realizadas sob jogo de poder e hegemonia, por razões político-econômicas, que se constroem histórico, social e culturalmente, em movimento circular de retroalimentação, através do espaço de relações, os **entre-lugares**, contribuindo para as transformações operadas nos lugares: Universidade e Região.

Adotando-se no trabalho uma estruturação fenomenológico-histórica, admitiu-se que a Universidade, interagindo com seu entorno, provoca transformações recíprocas, recebendo os impactos das dinâmicas e mudanças daí decorrentes, assumindo novas configurações a depender dos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais. Na interpretação desse movimento tomou-se a concepção de “campo” de relações, formulada por Bourdieu, e a analítica do poder, de Foucault, como dispositivos para se entender como relações de forças tão complexas e estratégicas se dão nos lugares, entre indivíduos e Instituições objetivando sujeitos individuais e coletivos da sociedade.

Considerando que a localização constitui-se em um importante indicador da inter-relação existente de fatores que particularizam Instituições Universitárias quando analisadas em seus contextos locais, numa perspectiva interpretativa das idéias de Região, Universidade e Territorialidade, à luz dos pressupostos das geografias humanístico-cultural e interpretativa, cujos focos residem na identificação da apropriação simbólica de lugar e sua interpretação como meio de interação social, buscou-se compreender como se dá o processo de territorialização da Universidade.

Neste sentido é que, diante da complexidade dos processos de articulação, a Universidade encontra na região o motivo de sua existência e sobre o lugar exerce seu saber, seu fazer e seu poder. Entretanto, a territorialidade só se dá na medida em que a efetivação das funções e ações exercidas pela Instituição Universitária se consubstanciem na produção social que tem raízes locais.

A Universidade, ao longo do tempo, vem sofrendo os impactos estruturais das transformações sociais e projetos que são levados a cabo nos diferentes momentos da história, modificando seu caráter conceitual, organizacional e funcional, proporcionando-se diferentes concepções, objetivos e funções.

Na contemporaneidade, a emergência da sociedade informacional, o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e a reestruturação do mundo produtivo, atrelados ao fenômeno da globalização, sob o funcionamento do modelo econômico hegemônico neoliberal, têm redefinido o escopo e as funções da Universidade, imputando-se um conteúdo produtivista e utilitarista e novas formas de relações desta com a sociedade.

A pesquisa reflete o momento que o estudo está sendo implementado, em que a Universidade passa por uma crise de paradigma na busca de uma redefinição de seu papel na atualidade.

As repercussões deste contexto em locais específicos, onde se instalam Instituições Universitárias, têm espelhado as contradições que se instalam no tecido social, permitindo à Universidade a realização de sua capacidade crítica e socialmente atuante, como entende Kosik: a Universidade, enquanto produção humana, sintetiza o histórico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.

O exame das relações entre Universidade e espaço regional que vem sendo feito neste estudo remete à consideração de que a territorialidade do Ensino Superior se traduz na formação de processos identitários locais, em recíproco sentimento de pertencimento, que se constitui de um espaço simbólico, construído em relação às identidades regionais. Daí, a análise das relações ser moldada no tempo, através do qual os traços culturais se valorizam no espaço e nas Instituições, simbólica ou concretamente e servem de distintivos para os grupos sociais envolvidos.

A identificação dos períodos históricos da evolução do Ensino Superior no Brasil, relacionados aos sucessivos quadros econômicos e políticos, permitiu verificar a trajetória da Instituição Universitária, em configurações estruturais distintas, de acordo com as políticas implementadas ao longo do tempo. Nesta trajetória, localiza-se o fenômeno da expansão e interiorização do Ensino Superior no país, a partir da década de 1960, que propiciou a emergência do ensino de 3º grau no interior do Estado da Bahia.

Nesse processo, destaca-se das demais Universidades Estaduais da Bahia, criadas por iniciativas governamentais, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que é fruto de ações reivindicatórias da comunidade regional desde a sua gênese como escolas isoladas e privadas de Ensino Superior, até conquistar o *status* de Universidade, em caráter público.

A análise dessa evolução está estreitamente relacionada com aspectos econômicos, políticos e sociais regionais identificados nesse processo, os quais condicionaram a trajetória da Universidade. Inicialmente instaladas como escolas isoladas nos Municípios de Ilhéus e Itabuna, as faculdades sofreram um processo

de aglutinação em Federação de Escolas Superiores, conforme dispositivos legais, resultante de um efervescente processo de mobilização da sociedade local, liderada por organismos ligados à cacauicultura, base da economia regional, que aspirava a instalação de uma Universidade na região e proporcionou as condições materiais para a instalação física de um *campus* universitário.

Nessas relações entre Instituição Universitária e sociedade local, desencadeia-se um jogo de poder político e econômico, hegemônico à época, que definiu o caráter da Instituição e as formas de relacionamento que esta tinha com a sociedade.

O *débâcle* da economia cacauera foi responsável pela mudança no foco do poder e a ação reivindicatória da sociedade regional culminou com o comprometimento do Estado na manutenção e providências legais para instituição da UESC.

A riqueza desse processo veio à tona na análise das idéias expostas nos depoimentos dos respondentes da pesquisa e nos documentos subsidiários.

Dos resultados, obtidos a partir da técnica de análise de conteúdo, destaca-se a solidificação da idéia de que a UESC é uma Universidade que foi implantada pelo resultado da mobilização da sociedade regional, que enxerga em um equipamento de tal magnitude no local, uma das conquistas mais importantes da comunidade acadêmica e regional e a conferência de um *status* compatível com o grau de desenvolvimento social, econômico e cultural dessa sociedade.

Na abordagem do tema pelos atores da pesquisa, detectou-se a importância atribuída às relações entre Universidade e Região, com ênfase nas expectativas das comunidades internas (acadêmica) e externa (sociedade local) à



UESC, sobre seu papel como agente de desenvolvimento regional e líder para resolução dos problemas econômicos e sociais, especialmente no enfrentamento da crise da cacauicultura e criação de novas alternativas para dinamização da economia local, o que reflete uma visão “iluminista” do papel da Universidade.

A identidade regional ainda está fortemente impregnada da atividade-base da economia local – a cacauicultura – revelada na expectativa de que a produção científica, tecnológica e cultural da UESC venha a valorizar o cenário do território demarcado como “nação grapiúna”, reforçando o imaginário construído na rica produção literária regional.

A territorialidade da UESC no espaço regional foi demonstrada na análise de suas atividades (ensino, pesquisa e extensão), cujo processo de territorialização caracterizou-se em maior expressão no ensino, tendo em vista que as funções de pesquisa e extensão na fase anterior à UESC eram realizadas de forma incipiente, mas com forte incremento a partir da implantação da UESC. Daí, pode-se apreender que a UESC cria uma territorialidade no lugar na medida em que oferece suporte educacional à região.

As ações da Universidade, embora tenham alcance que ultrapassam sua área de influência, especialmente na atividade de ensino, caracterizam a UESC como centro de referência da Educação Superior identificada umbilicalmente com a região onde está inserida. Acredita-se que a expansão da UESC, atraindo numérica e diversificadamente pessoas de locais de fora da região, e mesmo do Estado ou do país, venha a contribuir para uma mudança paulatina desse perfil fortemente vinculado à tradição e cultura regionais.

Enfim, ao revelar e discutir a natureza e complexidade da UESC, descortina-se a vivência e a realidade regional da Instituição. A Universidade tem caminhado no sentido de distinguir seu universo ocupacional local e na busca de modelá-lo na medida do desejável, entretanto, sem perder de vista seu caráter de universalidade.

Além disso, a ênfase da discussão nas questões locais não desconsidera que todos esses processos se desenrolam em contextos e escalas espaço-temporais cada vez maiores, em uma dinâmica de influências estreitamente imbricadas, exigindo da Universidade que esta esteja cada vez mais atenta aos acontecimentos do mundo contemporâneo, visto que a existência e o papel da Instituição Universitária, conforme entende SERPA (2004), são permeados de vivências e acontecimentos, em espaço social e cultural, onde a convivência dos seres se dá de forma horizontal ou em rede, nos entre-lugares, em um espaço virtual de possibilidades.

O lugar seria, então, o espaço onde se imbricam todas as possibilidades de vivência e convivência, onde, segundo Milton Santos (1999 p. 215), “os fragmentos da rede ganham dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência , na contigüidade, de fenômenos sociais agregados”.

Com estas considerações, conclui-se que as ações da Universidade são sociais e materializadas no lugar, territorializando-as, embora contextos mais amplos devam ser considerados no âmbito de futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 128 p.

ALUVIÃO. In: DICIONÁRIO jurídico. Disponível em: <<http://direitonet.com.br/aluviao.htm>> Acesso em 20/11/2004.

ANDRADE, Manuel Correia. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 120 p.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas (SP): Papyrus, 1994. 111 p. (Coleção Travessia do Século).

AVENA, Armando (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002. 400 p.

AVENA, Biagio Mauricio. **Turismo, educação e acolhimento de qualidade: transformação de *hostis* a *hospes* em Ilhéus, Bahia**. 2002. 367 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. 416 p.

BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Integral de Educação e Cultura**. Salvador, 1969. 2 v.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Coordenação de Educação Superior. **As universidades estaduais da Bahia**. Salvador, 1996. 102 p.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BALBIM, Renato Nunes. Região, território, espaço: funcionalização e interfaces. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 160-169.

BARBOSA, Elyana. As repercussões das teorias da relatividade de Einstein e da mecânica ondulatória no pensamento contemporâneo: Bachelard e Foucault. In: DIAS, A. L., EL-HANI, C.N., SANTANA, J.C ; FREIRE JR., O. (Org.).

**Perspectivas em epistemologias e histórias das ciências.** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1997. p. 81-89

\_\_\_\_\_. Foucault e a filosofia como discurso da modernidade. **Anais de Filosofia :Revista de Pós-graduação.** São João Del-Rei, MG: UFSJ, n. 6, p.23-2, jul. 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa (Portugal): Ed. 70, 2000. 226 p.

BARRETO, Elói. Prefácio. In: DIAS, L.M.; EL-HANI, C.; FREIRE JR., O. (Org). **Perspectivas em epistemologia e história das ciências.** Feira de Santana (BA): Universidade Estadual de Feira de Santana, 1997. 193 p.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004. 64p.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma re(visão) historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.** 1996. 377 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, SP.

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **Papéis e personalidade de baianos.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 110 p.

\_\_\_\_\_. **Tempo de educar:** pronunciamentos sobre educação e cultura, 1984 e 1985. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1987.

\_\_\_\_\_. **Universidade e multiversidade.** Rio de Janeiro: Tempo Presente, 1986. 108 p.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telma Mourinho Baptista. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994. 336 p.

**BOLETIM GEOGRÁFICO: informações, notícias, bibliografia, legislação.** Integra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 6, n. 70, p. 1238-1259, 1949.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação.** Campinas (SP): Papyrus, 2000. 119 p.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1989. 361 p.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322p.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 194/78, de agosto de 1978**. Cria o Estado de Sana Cruz e determina outras providências. Brasília (DF): Câmara dos Deputados, 1978. (mimeo).

BRITO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986. 110 p.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982. 220 p.

BUARQUE, Cristovan. **A aventura da universidade**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 239 p. (Universitas)

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 160-169.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.M.F; NABUCO, M.R. (Org.).

**Integração regional e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p.155-169

\_\_\_\_\_; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352 p.

CASTRO, Magali de. Contribuições da sociologia clássica e contemporânea para a análise das relações de poder na escola: um estudo do poder em Weber e Bourdieu. **Educação e Sociedade**, v. 16, n. 50, p. 105-143, abr. 1995.

CEPLAC. **Redefinição das relações Ceplac/Fundação Santa Cruz**. Ilhéus (BA), 1987. 20 f. Documento elaborado por Grupo de Trabalho designado pela Portaria 669, de 19 outubro de 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001. 205 p.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 59 – 97.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico além da modernidade. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 37-45, 2002.

CONSULTEC. **Relatório: concurso Vestibular 1999: UESC**. Salvador, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relatório: concurso Vestibular 2003: UESC.** Salvador, 2003.

CORRÊA, Roberto. **Região e organização espacial.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. 93 p. (Princípios).

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito chave em geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 17-47.

\_\_\_\_\_; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século (1).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. 167 p.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Geografia cultural: um século (2).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. 109 p.

COSGROVE, Denis. Geografia cultural do milênio. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: UDUERJ, 1999. p. 17-58. (Série Geografia Cultural)

COSTA, Francisco Mendes. **Reestruturação da economia cacauera pela adoção de novas tecnologias.** 2002. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CUNHA, Luiz Antônio. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. 87 p. (Polêmica do Nosso Tempo, v. 31).

\_\_\_\_\_. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1991. 495 p. (Biblioteca de Educação, série 1. Escola, v. 17).

CUNHA, Maria Couto. **Tendências da oferta do ensino superior na Bahia.** Salvador: PPGE/FACED/UFBA, 2000. 71 p. (Projeto de Pesquisa)

\_\_\_\_\_. **Os impactos dos fatores políticos, econômicos e sociais na evolução do Sistema de Educação Superior na Bahia.** Salvador: PPGE/FACED/UFBA, 2001. 34 p. Estudo realizado para fundamentar projeto de doutorado.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no Estado da Bahia.** 2002. 202 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 142 p.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento.** Campinas (SP): Papirus, 1999. 96 p. (Coleção Papirus Educação).

EGLER, Cláudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 207-238.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault: um pensador do presente**. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2002. 160 p.

EUCLIDES NETO. **Dicionareco das roças de cacau e arredores**. Ilhéus (BA): Editus, 1997. 128 p

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1977. 102 p. (Educação e Tempo Presente, 13).

\_\_\_\_\_. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. 102 p. (Polêmica do Nosso Tempo, v. 29).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [19--]. 1499 p.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FIALHO, Nádia Hage. **Universidade multicampi: modalidade organizacional, espacialidade e funcionamento**. 2000. 393 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FLEMING, Douglas K. O ritual da regionalização. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 238, p. 5-17, jan./fev. 1994.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 239 p.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 295 p.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ. **O ensino superior na região cacauera da Bahia**. Ilhéus, 1988. (mimeo).

\_\_\_\_\_. Autorização da FESPI: parecer CFE nº 1.637/74 de 05/06/74. (mimeo)

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1974. 248 p.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas (SP): Editora Unicamp, 1997. 319 p.

GALEFFI, Dante Augusto. **O ser-sendo da filosofia**. Salvador: EDUFBA, 2001. 583 p.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 141 p.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor)

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 309 p.

GRIGG, David. Regiões, modelos e classes. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 234, p. 1-146, maio/jun., 1973.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói (RJ): EDUFF, 1977. 293 p.

HENRY, Paul; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. **Langages**, Paris: École Pratique des Hautes Études, v. 3, n.11, p. 36-60, sep., 1968.

ICÓ, José Antônio; FIALHO, Nádia Hage. Universidades estaduais, emprego e desenvolvimento. **Revista Baiana de Tecnologia TECBAHIA**, v. 14, n. 3, p. 112-117, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 248 p.

KOURGANOFF, Wladimir. **A face oculta da universidade**. São Paulo: UNESP, 1990. 305 p.

LACERDA, Antônio Corrêa *et. al.* **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000. 262 p.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **Destrução ou desconstrução?** São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994.

LÔBO, Soraia Freaza. **A licenciatura em química: epistemologia, currículo e prática docente**. 2004. 267 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.



MACEDO, Roberto Sidnei . **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000. 297 p.

MACEDO, Kátia Barbosa. Uma visão psicossocial da dinâmica do poder nas organizações. **Estudos**, Goiânia, v. 25, n. 3/4 p. 275-289, jul./dez., 1998.

MELLO e SILVA, Sylvio C. Bandeira de regionalização e ensino superior na Bahia. **Bahia Análise e Dados**, v. 6, n.3, p. 91-94, dez., 1996.

\_\_\_\_\_; SILVA, Bárbara-Cristine M. Nentwig; LEÃO, Sônia de Oliveira. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: SUDENE-PSU-SER, 1987. 428 p. (Brasil, SUDENE-Estudos Regionais, 16)

MENEZES, Vladson. Bahia: uma economia em transição. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v.10, n.3 p.74-83, dez. 2000.

MIDDLEJ, Ernani Cavalcante. **Estudo dos efeitos causados pela descontinuidade administrativa na estrutura organizacional da CEPLAC**. 1991. 41 f. Monografia (Especialização em O.S.M.) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MIDDLEJ, Moema Cartibani. Dados cadastrais da UESC: 1974, 1984, 1994. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Relatório de Atividades**. Ilhéus (BA), 1995. Projeto de Avaliação Institucional/ Comissão de Avaliação Institucional. Texto elaborado para auxiliar no processo de auto-avaliação da UESC.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de universidade**. Brasília: Editora da UnB, 1981. 180 p.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. Da universidade do sul da Bahia à Universidade Estadual de Santa Cruz: uma história em construção. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Relatório de Atividades**. Ilhéus (BA), 1995. Projeto de Avaliação Institucional / Comissão de Avaliação Institucional. Texto elaborado para auxiliar no processo de auto-avaliação da UESC.

NOGUEIRA, Renée Albagli. **Gestão UESC 1996-2003**. Ilhéus (BA): UESC, 2004. CD-ROM. Power Point for Windows.

PORTO, Edgard. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002. p. 97-128.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. História da FAFI. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Relatório de Atividades**. Ilhéus (BA), 1995. Projeto de Avaliação Institucional / Comissão de Avaliação Institucional. Texto elaborado para auxiliar no processo de auto-avaliação da UESC.

- PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. 199 p.
- PROSERPIO, Renata. A Bahia no final do século. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 4 n. 2-3, p.7-14, dez. 1994.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000. 262 p.
- RELATÓRIO sobre a Faculdade Católica de Direito de Ilhéus, para efeito de autorização de funcionamento. Ilhéus, 1959. 6 p. (mimeo).
- REVEL, Jaques. **A invenção da sociedade**. Lisboa, Portugal: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 270 p. (Coleção Memória e Sociedade).
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 307 p.
- ROBIN, Régine. Os historiadores e o campo lingüístico. In: \_\_\_\_\_. **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977. Cap. 3: p. 61-69
- ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo : Cortez: 1998. 348 p.
- ROMERO, Joaquim J. B. Concepções de universidade. In: FINGER, Almeri Paulo (Org.). **Universidade: organização, planejamento, gestão**. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. 6. ed. São Pulo: Cortez, 1999. 348 p.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997a. 88 p.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997b. (Geografia: Teoria e Realidade, 16 – Série "Linha de Frente")
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 308 p.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- \_\_\_\_\_. **Território e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 127 p.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, Norma Lúcia Vídero Vieira. **Processos identitários da universidade pública no contexto atual: um estudo de caso na região Litoral-Sul da Bahia**. 2004. 313 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sanchez (Org.). **Pesquisa Educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 111 p. (Questões da Nossa Época, v. 42).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999. 79 p. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 52).

\_\_\_\_\_. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. 3. ed. rev. Campinas (SP): Autores Associados, 2000. 150 p. (Educação contemporânea).

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979. 481 p.

SERPA, Luiz Felipe Peret. **Ciência e historicidade**. Salvador : FACED/UFBA 1991. 114 p.

\_\_\_\_\_. **Educação e territorialidade: pedagogia da diferença**. Salvador: FACED/UFBA, 2000. 20 p. Disciplina EDC-721

\_\_\_\_\_. **Rascunho digital: diálogos com Felipe Serpa**. Salvador: EDUFBA, 2004. 317 p.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Maria Couto. Sociedade e ensino superior no Brasil: A diferente trajetória do caso baiano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo (SP): Associação Nacional de Política e Administração da Educação, v. 18, n. 2, p. .... - ....., jul./dez. 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? **Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), v. 10, n. 22, p.-75, nov. 2000a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000b. 246 p.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalha: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 200 p.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção.** Bragança Paulista (SP): Editora da Universidade São Francisco – EDUSF, 1999. 279 p.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalha: história regional e local.** São Paulo: Marco Zero, 1990. 200 p.

SIMÕES, Henrique Campos; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Análise dos concursos vestibulares/FESPU: 1977 a 1980.** Ilhéus (BA): FESPI, Imprensa Universitária. 1981, 47 p.

SOARES, Douracy. Proposição de regionalização administrativa para o Estado da Bahia. In: SEPLANTEC. **Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia.** Salvador: SEPLANTEC. CPE/ UFBA – Instituto de Geociências, 1973. p. 79-120.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 415 p. (Coleção Retratos do Brasil, v. 98).

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **LDB e educação superior: estrutura e funcionamento.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2001. 249 p.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 296 p.

SPINOLA, Noélio Dantas. **Regionalização do Estado da Bahia:** proposta de ação articulada para política de fomento às pequenas e micro empresas, agências municipais de desenvolvimento. Salvador: Kanzeon, 1998. 148 p.

STORPER, Michael. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVIÑAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Org.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 13-41.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAL DA BAHIA (SEI). **Evolução territorial e administrativa da Estado da Bahia: um breve histórico.** Salvador, 2001. 118 p. (Série Estudos e Pesquisas, 56)

\_\_\_\_\_. Evolução territorial e administrativa na Bahia, 1534-2000. In: \_\_\_\_\_. **Estatísticas dos municípios baianos.** Salvador, 2002a. Disponível em: <[http://sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_dados/est\\_municipios/xls/2002/1.1.3.xls](http://sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_dados/est_municipios/xls/2002/1.1.3.xls)>

\_\_\_\_\_. Mapas. In: \_\_\_\_\_. **Regiões econômicas do Estado da Bahia.** Salvador, 2002b. Disponível em:  
<<http://sei.ba.gov.br/geoambientais/cartogramas/mapasregeco.htm>>

\_\_\_\_\_. **Regiões econômicas do Estado da Bahia.** Salvador, 2002c. Disponível em: <[http://sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_dados/ide/pdf/2002/regioes\\_economicas.pdf](http://sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_dados/ide/pdf/2002/regioes_economicas.pdf)>

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia.** Salvador: Correio da Bahia, 2000. 332 p. (Encartes do Jornal Correio da Bahia)

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. 187 p.

TEIXEIRA, José Adilson Prisco. [**Discurso do orador da formatura da primeira turma da Faculdade de Direito de Ilhéus**]. Ilhéus, 1963. 16 f. Datilografado.

TEIXEIRA, Marli Geralda. “...**Nós, os Batistas...**”: **um estudo de história das mentalidades.** 1983. 512 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOMASONI, Sônia Marise Rodrigues Pereira. **Territorialidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB no espaço baiano: uma análise geográfica da UNEB em Santo Antônio de Jesus.** 2000. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2000.

TRINDADE, Hélió. Universidade, ciência e estado. In: TRINDADE, Hélió (Org.) **Universidade em ruínas na república dos professores.** Petrópolis(RJ): Vozes e Porto Alegre: CIPEDDES, 1999a. p. 9-23.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1999b. 222p.

\_\_\_\_\_. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 122-133, set./dez. , 2000.

UNESCO. **Política de mudanças e desenvolvimento no ensino superior.** Brasília (DF): Garamond/UNESCO/MEC-SESU, 1999. 98 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA . **A universidade em questão: Projeto de Avaliação Institucional.** Feira de Santana (BA): Imprensa Universitária, 1994. 169 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Credenciamento da Universidade Estadual de Santa Cruz: trajetória político-institucional.** Ilhéus (BA): Editus, 1999. 100p.

\_\_\_\_\_. **Projeto de avaliação institucional.** Ilhéus (BA): Imprensa Universitária, 1993. 34 p.

\_\_\_\_\_. **Projetos atuais.** Ilhéus (BA), 2004. Disponível em:  
<<http://www.uesc.br/proex/index.htm>> Acesso em: 5 nov. 2004a.

\_\_\_\_\_. **Projetos em andamento.** Ilhéus (BA), 2004. Disponível em:  
<<http://www.uesc.br/propp/pesquisa/projetos/andam.htm>> Acesso em: 5 nov. 2004b.

\_\_\_\_\_. **Projeto para reconhecimento.** Ilhéus (BA): Imprensa Universitária, 1995. 224 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 1996-2003.** Ilhéus (BA): Editus, 2003. 144 p.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil de Getúlio a Geisel.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 240 p.

XAVIER, E. de A.; MELLO e SILVA, S. C. B. **Análise das proposições precedentes de regionalizações da Bahia.** Salvador: Instituto de Geociências, UFBA, 1973. v. 1. 120 p.

## **ANEXO A**

Quadro 9 – Divisões regionais do Brasil em Regiões Naturais, Regiões Homogêneas e Regiões Funcionais Urbanas

ANO	PROPOSTA	REGIÃO ESTABELECIDADA	CRITÉRIO	OBJETIVOS DA DIVISÃO REGIONAL	REGIÕES FORMADAS	OBSERVAÇÕES
1941	Geógrafos – Conselho Nacional de Geografia (CNG)	Regiões Naturais	Homogeneidade dos aspectos físicos (clima, vegetação, relevo, geologia etc.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divisão para fins práticos.</li> <li>- Oferecer ao governo federal a definição de quadros regionais para serem utilizados pela administração pública e pelos órgãos governamentais (agrupamento de dados estatísticos municipais em diferentes níveis regionais e para o ensino).</li> <li>- Servir de bases territoriais para a divulgação dos Censos de 50 e 60</li> </ul>	<p><i>Região Norte:</i> AM, PA e Ter. do AC.</p> <p><i>Região Nordeste:</i> MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL.</p> <p><i>Região Leste:</i> SE, BA, MG, ES, RJ e DF.</p> <p><i>Região Sul:</i> SP, PR, SC e RS.</p> <p><i>Região Centro-Oeste:</i> MT e GO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Essa divisão foi complementada em 1945 (Resolução nº 297 do CNG de 23/07/45) quando, além da inclusão dos territórios criados em 1943, foram estabelecidos os quatro níveis hierarquizados de regiões: “Cinco grandes Regiões” decompostas em “30 regiões”, “79 subregiões, 228 “Zonas fisiográficas” (essas últimas constituídas por municípios que apresentam semelhanças sociais e econômicas).</li> <li>- Divisão para fins práticos já que objetivava a definição de quadros regionais para serem utilizados pela administração pública e pelos órgãos governamentais, bem como para ser adotada oficialmente no ensino da Geografia nas escolas do país.</li> </ul>

continua



Quadro 9 – Divisões regionais do Brasil em Regiões Naturais, Regiões Homogêneas e Regiões Funcionais Urbanas

						continuação
ANO	PROPOSTA	REGIÃO ESTABELECIDADA	CRITÉRIO	OBJETIVOS DA DIVISÃO REGIONAL	REGIÕES FORMADAS	OBSERVAÇÕES
1968	Geógrafos IBGE	Regiões Homogêneas/ Uniformes/ Formais	Homogeneidade Espacial – Aspectos naturais, sociais e econômicos.	<p>- Fornecer (semelhante à divisão de 1945) novos quadros territoriais que deveriam ser mais apropriados para o agrupamento de dados estatísticos, para o ensino da Geografia e até mesmo para regionalização da ação do governo.</p> <p>- Essa nova divisão veio a se constituir na base territorial para os Censos de 1970 e 1980</p>	<p><i>Região Norte:</i> AM, PA, AC e Ter. de RO, RR e AP.</p> <p><i>Região Nordeste:</i> MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA e Ter. F. Noronha.</p> <p><i>Região Sudeste:</i> MG, ES, RJ, GB, e SP</p> <p><i>Região Sul:</i> PR, SC e RS.</p> <p><i>Região Centro-Oeste:</i> MT, GO e DF – Brasília.</p>	<p>- As Zonas Fisiográficas foram substituídas em 1970 pelas Regiões Homogêneas.</p> <p>- Resultado final deste estudo apresenta o Brasil dividido em 360 unidades homogêneas, sendo 28 na Região Norte; 30 na Região Centro-Oeste; 127 na Região Nordeste; 111 na Região Sudeste e 64 na Região Sul, que foram chamadas de Microrregiões Homogêneas.</p>

continua

Quadro 9 – Divisões regionais do Brasil em Regiões Naturais, Regiões Homogêneas e Regiões Funcionais Urbanas

continuação

ANO	PROPOSTA	REGIÃO ESTABELECIDADA	CRITÉRIO	OBJETIVOS DA DIVISÃO REGIONAL	REGIÕES FORMADAS	OBSERVAÇÕES
1970	Geógrafos IBGE IBG	Regiões de Planejamento	Combinação de critérios de homogeneidade e de vida de relações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Determinar um modelo regional brasileiro que pudesse servir para fins de planejamento, oferecendo subsídios para a política de desenvolvimento regional.</li> <li>- Definir áreas para a implementação de certos órgãos de desenvolvimento regional tais como: Superintendência de Desenvolvimento, órgãos de planejamento regional em áreas menores (CODEVASP, SUDEVASF), Projetos de desenvolvimento (PRODEPLAN, PRODEGRANS, PRODEPAR)</li> </ul>	Regiões para Planejamento	- Um problema para a definição desse tipo de modelo regional prendia-se à definição da própria natureza desse tipo de região de planejamento, se resultante de uma efetiva associação dos critérios de homogeneidade e de vida de relações, ou se o uso alterado desses dois critérios, que seriam, em princípio, excludentes.

continua

Quadro 9 – Divisões regionais do Brasil em Regiões Naturais, Regiões Homogêneas e Regiões Funcionais Urbanas  
conclusão

ANO	PROPOSTA	REGIÃO ESTABELECIDADA	CRITÉRIO	OBJETIVOS DA DIVISÃO REGIONAL	REGIÕES FORMADAS	OBSERVAÇÕES
1972	Geógrafos IBGE IBG	Regiões Funcionais Urbanas	Vida de relações com base nas áreas de influência e na hierarquia urbana	<p>- Fornecer um modelo de divisão regional que fosse o mais apropriado à política de descentralização administrativa; oferecer aos planejadores, no que concerne à organização e regionalização do espaço brasileiro, novos subsídios válidos para as políticas de desenvolvimento local, regional e nacional.</p> <p>- Definir em um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que podem servir de modelo tanto para uma política regionalizada de desconhecimento como para orientar a racionalização no suprimento dos serviços de infra-estrutura urbana através da distribuição espacial mais adequada. No campo administrativo pode servir de modelo para aperfeiçoar a máquina administrativa, eliminando a excessiva centralização executiva e introduzindo critérios nacionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal. Poderá contribuir, assim, para que a atividade da administração pública aumente sua racionalidade através de uma organização territorial, tanto na programação das atividades correntes como na programação dos investimentos necessários à ampliação dessas atividades.</p>	<p>- Em 1972, 10 Regiões Urbanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia.</p> <p>- Em 1983, 11 Regiões Urbanas: Região de Influência de Manaus, Região de Influência de Belém, Região de Influência de Fortaleza, Região de Influência de Recife, Região de Influência de Salvador, Região de Influência de Belo Horizonte, Região de Influência do Rio de Janeiro, Região de Influência de São Paulo, Região de Influência de Curitiba, Região de Influência de Porto Alegre, Região de Influência de Goiânia.</p>	- A divisão do Brasil em REGIÕES Funcionais Urbanas foi publicada em 1972 e atualizada em 1983.

Fonte: Bezzi, 1996, p 176-178.

**ANEXO B – DIVISÕES REGIONAIS DO ESTADO DA BAHIA**

Quadro 10 – Regiões Fisiográficas – Lei Estadual nº 140, de 22 de dezembro de 1948

<b>ZONAS</b>
1 – Litoral Norte
2 – Recôncavo
3 – Cacaueira
4 – Extremo Sul
5 – Nordeste
6 – Feira de Santana
7 – Senhor do Bonfim
8 – Enc. Chapada Diamantina
9 – Jequié
10 – Conquista
11 – Chapada Diamantina
12 – Serra Geral
13 – Sertão do São Francisco
14 – Baixo Médio S. Francisco
15 – Médio S. Francisco
16 – Barreiras

Fonte: Boletim Geográfico, v.6, n.70, p.1238-1259, 1949.

Quadro 11 – Regiões Urbanas na Bahia – Milton Santos (1958)

<b>REGIÕES</b>
1 – Ilhéus-Itabuna
2 – Feira de Santana
3 – Jequié
4 – Juazeiro
5 – Vitória da Conquista
6 – Alagoinhas
7 – Senhor do Bombim
8 – Jacobina
9 – Salvador

Fonte: Xavier; Mello e Silva, 1973, p.15

Quadro 12 – Regiões Administrativas do Estado da Bahia – Reforma Administrativa (Lei nº 2.321 de 11 de abril de 1966)

<b>ZONAS</b>
1 – Salvador
2 – Feira de Santana
3 – Santo Antônio de Jesus
4 – Alagoinhas
5 – Serrinha
6 – Itaberaba
7 – Jequié
8 – Valença
9 – Ribeira do Pombal
10 – Senhor do Bonfim
11 – Jacobina
12 – Seabra
13 – Brumado
14 – Juazeiro
15 – Xique-Xique
16 – Barreiras
17 – Santa Maria da Vitória
18 – Caetité
19 – Vitória da Conquista
20 – Itabuna – Ilhéus
21 – Medeiros Neto

Fonte: Xavier; Mello e Silva, 1973, p. 82.

Quadro 13 – Centralidade – IBGE (1968)

<b>REGIÕES</b>
1 – Salvador (BA)
2 – Aracaju (SE)
3 – Alagoinhas (BA)
4 – Feira de Santana (BA)
5 – Jacobina (BA)
6 – Senhor do Bonfim (BA)
7 – Juazeiro (BA) – Petrolina (PE)
8 – Jequié (BA)
9 – Ilhéus – Itabuna (BA)
10 – Vitória da Conquista (BA)
11 – Montes Claros (MG)
12 – Teófilo Otoni (MG)
13 – Brasília (DF)

Fonte: Xavier; Mello e Silva, 1973, p. 29 - 40

Quadro 14 – Microrregiões homogêneas do Estado da Bahia - IBGE (1967)

<b>ZONAS</b>
1 - (131) Chapada do Alto Rio Grande
2 - (132) Chapadões do Rio
3 - (133) Baixo Médio S. Francisco
4 - (134) Médio S. Francisco
5 - (135) Chapada Diamantina Setentrional
6 - (136) Chapada Diamantina Meridional
7 - (137) Serra Geral da Bahia
8 - (138) Senhor do Bomfim
9 - (139) Pielmonte da Diamantina
10 - (140) Corredeiras do São Francisco
11 - (141) Sertão de Canudos
12 - (142) Serrinha
13 - (143) Feira de Santana
14 - (144) Jequié
15 - (145) Planalto de Conquista
16 - (146) Pastoril de Itapetinga
17 - (147) Sertão de Paulo Afonso
18 - (148) Agreste de Alagoinhas
19 - (149) Litoral Norte Baiano
20 - (150) Salvador
21 - (151) Recôncavo
22 - (152) Tabuleiros de Valença
23 - (153) Encosta do Planalto de Conquista
24 - (154) Cacaueira
25 - (155) Interiorana do Extremo Sul da Bahia
26 - (156) Litorânea do Extremo Sul da Bahia

Fonte: Spinola, 1998.

Quadro 15 – Microrregiões Programa do Estado da Bahia

<b>ZONAS</b>
1 – Nordeste
2 – Recôncavo
3 – Litoral Sul
4 – Extremo Sul
5 – Serrinha
6 – Feira de Santana
7 – Jequié
8 – Conquista
9 – Juazeiro
10 – Jacobina
11 – Barra
12 – Irecê
13 – Andaraí
14 – Brumado
15 – Barreiras
16 – Lapa

Fonte: Xavier; Mello e Silva, 1973, p. 23-27.

Quadro 16 – Regiões Educacionais – Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia (1969)

<b>REGIÕES</b>
Especial – Salvador
1ª – Simões Filho (CIA)
2ª – Alagoinhas
3ª – Paulo Afonso
4ª – Juazeiro
5ª – Barreiras
6ª – Carinhanha
7ª – Brumado
8ª – Vitória da Conquista
9ª – Itapetinga
10ª – Medeiros Neto
11ª – Itabuna – Ilhéus
12ª – Valença
13ª – Cruz das Almas
14ª – Feira de Santana
15ª – Jacobina
16ª - Irecê
17ª - Seabra
18ª - Jequié
19ª - Itaberaba

Fonte: Bahia..., 1969, p. 41.



Quadro 17 – Regiões Funcionais Urbanas - IBGE (1972)

<b>ZONAS</b>
1 – Salvador
2 – Feira de Santana
3 – Ilhéus – Itabuna
4 – Jequié
5 – Vitória da Conquista
6 – Juazeiro
7 – Paulo Afonso
8 – Alagoinhas
9 – Itaberaba
10 – Jacobina
11 – Barreiras
12 – Ipiaú
13 – Senhor do Bonfim
14 – Serrinha
15 – Itapetinga
16 – Paulo Afonso
17 – Valença
18 – Bom Jesus da Lapa
19 – Brumado
20 – Caetité
21 – Guanambi
22 – Barra
23 – Xique-Xique

Fonte: Soares, 1973, p. 82

Quadro 18 – Regiões Econômicas – CPE (1990)

<b>REGIÕES</b>
1 – Região Metropolitana de Salvador
2 – Litoral Norte
3 – Recôncavo Sul
4 – Litoral Sul
5 – Extremo Sul
6 – Nordeste
7 – Paraguaçu
8 – Sudoeste
9 – Baixo Médio São Francisco
10 – Piemonte da Diamantina
11 – Irecê
12 – Chapada Diamantina
13 – Serra Geral
14 – Médio São Francisco
15 – Oeste

Fonte: Superintendência..., 2002c

**ANEXO C**

**REGIÕES ECONÔMICAS DO ESTADO DA BAHIA**

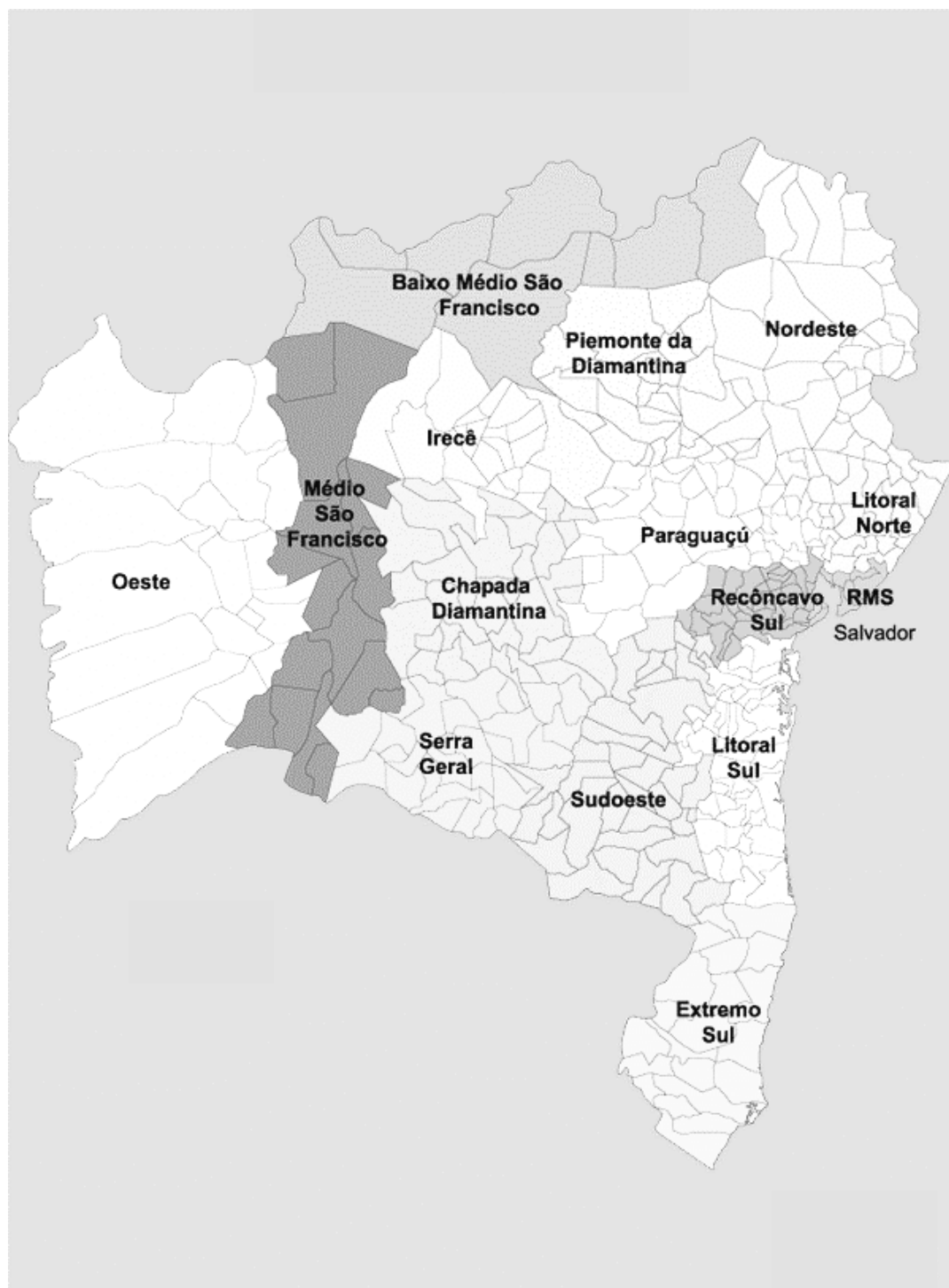


Figura 6 – Regiões econômicas do Estado da Bahia.

Fonte: Superintendência..., 2002b.

## RELAÇÃO DE CIDADES

<b>Região 1 – Metropolitana de Salvador</b>	
01 – Camaçari	06 – Madre de Deus
02 – Candeias	07 – Salvador
03 – Dias D´Ávila	08 – São Francisco do Conde
04 – Itaparica	09 – Simões Filho
05 – Lauro de Freitas	10 – Vera Cruz
<b>Região 2 – Litoral Norte</b>	
01 – Acajutiba	11 – Inhambupe
02 – Alagoinhas	12 – Itanagra
03 – Aporá	13 – Jandaíra
04 – Araçás	14 – Mata de São João
05 – Aramari	15 – Ouriçangas
06 – Cardeal da Silva	16 – Pedrão
07 – Catu	17 – Pojuca
08 – Conde	18 – Rio Real
09 – Entre Rios	19 – São Sebastião do Passé
10 – Esplanada	20 – Sátiro Dias
<b>Região 3 – Recôncavo Sul</b>	
01 – Amargosa	18 – Muniz Ferreira
02 – Aratuípe	19 – Muritiba
03 – Brejões	20 – Mutuípe
04 – Cabaceiras do Paraguaçu	21 – Nazaré
05 – Cachoeira	22 – Nova Itarana
06 – Castro Alves	23 – Salinas da Margarida
07 – Conceição do Almeida	24 – Santa Terezinha
08 – Cruz das Almas	25 – Santo Amaro
09 – Dom Macedo Costa	26 – Santo Antônio de Jesus
10 – Elísio Medrado	27 – São Felipe
11 - Governador Mangabeira	28 – São Felix
12 – Itatim	29 – São Miguel das Matas
13 – Jaguaripe	30 – Sapeaçu
14 – Jequiçá	31 – Saubara
15 – Lage	32 – Ubaíra
16 – Maragogipe	33 – Varzedo
17 – Milagres	

---

**Região 4 – Litoral Sul**


---

01 – Aiquara	28 – Itajú do Colônia
02 – Almadina	29 – Itajuípe
03 – Apuarema	30 – Itamari
04 – Arataca	31 – Itapé
05 – Aurelino Leal	32 – Itapitanga
06 – Barra do Rocha	33 – Ituberá
07 – Barro Preto	34 – Jitaúna
08 – Buerarema	35 – Jussari
09 – Cairu	36 – Maraú
10 – Camacã	37 – Mascote
11 – Camamu	38 – Nilo Peçanha
12 – Canavieiras	39 – Nova Ibiá
13 – Coaraci	40 – Pau Brasil
14 – Dário Meira	41 – Piraí do Norte
15 – Floresta Azul	42 - Presidente Tancredo Neves
16 – Gandu	43 – Santa Cruz da Vitória
17 – Gongogi	44 – Santa Luzia
18 – Ibicaraí	45 – São José da Vitória
19 – Ibirapitanga	46 – Taperoá
20 – Ibirataia	47 – Teolândia
21 – Igrapiuna	48 – Ubaitaba
22 – Ilhéus	49 – Ubatã
23 – Ipiaú	50 – Una
24 – Itabuna	51 – Uruçuca
25 – Itacaré	52 – Valença
26 – Itagi	53 – Wenceslau Guimarães
27 – Itagibá	

---

**Região 5 – Extremo Sul**


---

01 – Alcobaça	12 – Jucuruçu
02 – Belmonte	13 – Lajedão
03 – Caravelas	14 – Medeiros Neto
04 – Eunápolis	15 – Mucuri
05 – Guaratinga	16 – Nova Viçosa
06 – Ibirapoã	17 – Porto Seguro
07 – Itabela	18 – Prado
08 – Itagimirim	19 – Santa Cruz Cabrália
09 – Itamaraju	20 – Teixeira de Freitas
10 – Itanhém	21 – Vereda
11 – Itapebi	

---

---

**Região 6 – Nordeste**


---

01 – Abaré	24 – Monte Santo
02 – Adustina	25 – Nordestina
03 – Água Fria	26 – Nova Soure
04 – Antas	27 – Novo Triunfo
05 – Araci	28 – Olindina
06 – Banzaê	29 – Paripiranga
07 – Biritinga	30 – Paulo Afonso
08 – Cansanção	31 – Pedro Alexandre
09 – Canudos	32 – Queimadas
10 – Chorrochó	33 – Quinjingue
11 – Cícero Dantas	34 – Retirolândia
12 – Cipó	35 – Ribeira do Amparo
13 – Conceição do Coité	36 – Ribeira do Pombal
14 – Coronel João Sá	37 – Rodelas
15 – Crisópolis	38 – Santa Brígida
16 – Euclides da Cunha	39 – Santaluz
17 – Fátima	40 – São Domingos
18 – Glória	41 – Serrinha
19 – Heliópolis	42 – Sítio do Quinto
20 – Itapicuru	43 – Teofilândia
21 – Jeremoabo	44 – Tucano
22 – Lamarão	45 – Uauá
23 – Macururé	46 – Valente

---

**Região 7 – Paraguaçu**


---

01 – Amélia Rodrigues	22 – Macajuba
02 – Anguera	23 – Mairi
03 – Antônio Cardoso	24 – Marcionílio Souza
04 – Baixa Grande	25 – Mundo Novo
05 – Boa Vista do Tupim	26 – Nova Fátima
06 – Candéal	27 – Pé de Serra
07 – Capela do Alto Alegre	28 – Pintadas
08 – Conceição da Feira	29 – Piritiba
09 – Conceição do Jacuípe	30 – Rafael Jambeiro
10 – Coração de Maria	31 – Riachão do Jacuípe
11 – Feira de Santana	32 – Ruy Barbosa
12 – Gavião	33 – Santa Bárbara
13 – Iaçú	34 – Santanópolis
14 – Ibiquera	35 – Santo Estevão
15 – Ichu	36 – São Gonçalo dos Campos
16 – Ipecaetá	37 – Serra Preta
17 – Ipirá	38 – Tanquinho
18 – Irará	39 – Tapiramutá
19 – Itaberaba	40 – Teodoro Sampaio
20 – Itaetê	41 – Terra Nova
21 – Lagedinho	42 – Várzea da Roça

---

<b>Região 8 – Sudoeste</b>	
01 – Anagé	21 – Itororó
02 – Barra do Choça	22 – Jaguaquara
03 – Belo Campo	23 – Jequié
04 – Boa Nova	24 – Lafayette Coutinho
05 – Bom Jesus da Serra	25 – Lagedo do Tabocal
06 – Caatiba	26 – Macarani
07 – Caetanos	27 – Maiquinique
08 – Cândido Sales	28 – Manoel Vitorino
09 – Caraíbas	29 – Maracás
10 – Cravolândia	30 – Mirante
11 – Encruzilhada	31 – Nova Canaã
12 – Firmino Alves	32 – Planaltino
13 – Ibicuí	33 – Planalto
14 – Iguai	34 – Poções
15 – Irajuba	35 – Potiraguá
16 – Itambé	36 – Ribeirão do Largo
17 – Itaquara	37 – Santa Inês
18 – Itapetinga	38 – Tremedal
19 – Itarantim	39 – Vitória da Conquista
20 – Itiruçu	
<b>Região 9 – Baixo Médio São Francisco</b>	
01 – Campo Alegre de Lourdes	05 – Pilão Arcado
02 – Casa Nova	06 – Remanso
03 – Curaçá	07 – Sento Sé
04 – Juazeiro	08 – Sobradinho
<b>Região 10 – Piemonte da Diamantina</b>	
01 – Andorinhas	13 – Morro do Chapéu
02 – Antônio Gonçalves	14 – Ourolândia
03 – Caem	15 – Pindobaçu
04 – Caldeirão Grande	16 – Ponto Novo
05 – Campo Formoso	17 – Quixabeira
06 – Capim Grosso	18 – São José do Jacuípe
07 – Filadélfia	19 – Saúde
08 – Itiúba	20 – Senhor do Bonfim
09 – Jacobina	21 – Serrolândia
10 – Jaguarari	22 – Uburanas
11 – Miguel Calmon	23 – Várzea Nova
12 – Mirangaba	24 – Várzea do Poço



<b>Região 11 – Irecê</b>	
01 – América Dourada	11 – Itaguaçu da Bahia
02 – Barra do Mendes	12 – João Dourado
03 – Barro Alto	13 – Jussara
04 – Cafarnaum	14 – Lapão
05 – Canarana	15 – Mulungu do Morro
06 – Central	16 – Presidente Dutra
07 – Gentio do Ouro	17 – São Gabriel
08 – Ibipeba	18 – Uibaí
09 – Ibititá	19 – Xique-Xique
10 – Irecê	
<b>Região 12 – Chapada Diamantina</b>	
01 – Abaíra	18 – Lençóis
02 – Andaraí	19 – Macaúbas
03 – Barra da Estiva	20 – Mucugê
04 – Boninal	21 – Nova Redenção
05 – Bonito	22 – Novo Horizonte
06 – Boquira	23 – Oliveira dos Brejinhos
07 – Botuporã	24 – Palmeiras
08 – Brotas de Macaúbas	25 – Paramirim
09 – Caturama	26 – Piatã
10 – Érico Cardoso	27 – Rio de Contas
11 – Ibicoara	28 – Rio do Pires
12 – Ibipitanga	29 – Seabra
13 – Ibitiara	30 – Souto Soares
14 – Ipupiara	31 – Tanque Novo
15 – Iramaia	32 – Utinga
16 – Iraraquara	33 – Wagner
17 – Jussiape	
<b>Região 13 – Serra Geral</b>	
01 – Aracatu	16 – Lagoa Real
02 – Brumado	17 – Licínio de Almeida
03 – Caculé	18 – Livramento de Nossa Senhora
04 – Caetité	19 – Maetinga
05 – Candiba	20 – Malhada das Pedras
06 – Condeúba	21 – Mortugaba
07 – Contendas do Sincorá	22 – Palmas de Monte Alto
08 – Cordeiros	23 – Pindaí
09 – Dom Basílio	24 – Piripá
10 – Guajeru	25 – Presidente Jânio Quadros
11 – Guanambi	26 – Rio do Antonio
12 – Ibiassucê	27 – Sebastião Laranjeiras
13 – Igaporã	28 – Tanhaçu
14 – Ituaçu	29 – Urandi
15 – Jacaraci	

---

**Região 14 – Médio São Francisco**


---

01 – Barra	09 – Malhada
02 – Bom Jesus da Lapa	10 – Matina
03 – Brejolândia	11 – Morpará
04 – Buritirama	12 – Muquem do São Francisco
05 – Carinhanha	13 – Paratinga
06 – Feira da Mata	14 – Riacho de Santana
07 – Ibotirama	15 – Serra do Ramalho
08 – Iuiú	16 – Sítio do Mato

---

**Região 15 – Oeste**


---

01 – Angical	13 – Luiz Eduardo Magalhães
02 – Baianópolis	14 – Mansidão
03 – Barreiras	15 – Riachão das Neves
04 – Canápolis	16 – Santana
05 – Catolândia	17 – Santa Maria da Vitória
06 – Cocos	18 – Santa Rita de Cássia
07 – Coribe	19 – São Desidério
08 – Correntina	20 – São Félix do Coribe
09 – Cotegipe	21 – Serra Dourada
10 – Cristópolis	22 – Tabocas do Brejo Velho
11 – Formosa do Rio Preto	23 – Wanderley
12 – Jaborandi	

---

**ANEXO D – PROCEDÊNCIA DOS CANDIDATOS AO CONCURSO  
VESTIBULAR DA UESC**

Tabela 4 – Procedência dos candidatos ao concurso vestibular da UESC

Município	1977		1978		1979		1980		1999		2003	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almadina									27	0,31	90	0,60
Arataca									19	0,22	60	0,40
Aurelino Leal	4	0,33	6	0,40	9	0,45	4	0,20	43	0,49	86	0,57
Barra do Rocha									17	0,20	12	0,08
Belmonte	2	0,16	3	0,20	2	0,10	5	0,25	9	0,10	14	0,09
Boa Nova									15	0,17	34	0,23
Brumado									17	0,20	29	0,19
Buerarema	14	1,14	23	1,52	44	2,22	18	0,91	67	0,77	199	1,32
Camacã	9	0,74	5	0,33	39	1,97	20	1,01	125	1,44	264	1,76
Camamu									11	0,13	26	0,17
Canavieiras	4	0,33	10	0,66	24	1,21	16	0,81	108	1,24	157	1,05
Caravelas							1	0,05	1	0,01	2	0,01
Coaraci	31	2,53	30	1,99	56	2,83	49	2,47	148	1,70	261	1,74
Eunápolis	6	0,49	14	0,93	16	0,81	11	0,55	95	1,09	197	1,31
Firmino Alves							3	0,15			3	0,02
Floresta Azul							8	0,40	17	0,20	32	0,21
Gandu	3	0,25	9	0,60	4	0,20	5	0,25	68	0,78	181	1,20
Gongogi											4	0,03
Gov. Lomanto Junior							3	0,15	11	0,13	15	0,10
Guaratinga									9	0,10	10	0,07
Ibicarai	31	2,53	54	3,58	52	2,62	48	2,42	127	1,46	192	1,28
Ibicui							3	0,15	12	0,14	8	0,05
Ibirapitanga							1	0,05	16	0,18	61	0,41
Ibirataia							1	0,05	19	0,22	39	0,26
Iguaí							4	0,20	5	0,06	16	0,11
Ilhéus	328	26,80	449	29,74	551	27,80	597	30,08	2173	24,95	3314	22,06
Ipiaú	8	0,65	20	1,32	19	0,96	37	1,86	167	1,92	194	1,29
Itabela									19	0,22	17	0,11
Itabuna	529	43,22	559	37,02	745	37,59	766	38,59	2527	29,02	4106	27,33
Itacaré									9	0,10	31	0,21

continua

Tabela 4 – Procedência dos candidatos ao concurso vestibular da UESC

continuação

Município	1977		1978		1979		1980		1999		2003	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Itagi									2	0,02	4	0,03
Itagimirim									2	0,02	4	0,03
Itaimbé									1	0,01	1	0,01
Itajibá									14	0,16	10	0,07
Itaju do colônia									2	0,02	18	0,12
Itajuípe	49	4,00	43	2,85	63	3,18	65	3,27	106	1,22	158	1,05
Itamaraju	7	0,57	6	0,40	11	0,55	7	0,35	42	0,48	65	0,43
Itambé									6	0,07	5	0,03
Itanhém									5	0,06	9	0,06
Itapé							5	0,25	17	0,20	51	0,34
Itapebi									4	0,05	3	0,02
Itapetinga	22	1,80	22	1,46	23	1,16	47	2,37	103	1,18	170	1,13
Itapitanga									27	0,31	57	0,38
Itarantin							5	0,25	8	0,09	6	0,04
Itororó	9	0,74	11	0,73	13	0,66	7	0,35	25	0,29	67	0,45
Ituberá									6	0,07	52	0,35
Jequié	18	1,47	26	1,72	34	1,72	20	1,01	137	1,57	298	1,98
Jequiriçá									1	0,01		
Jitaúna							1	0,05	4	0,05	7	0,05
Jussari									17	0,20	33	0,22
Macarani									2	0,02	8	0,05
Maraú											8	0,05
Mascote									14	0,16	36	0,24
Medeiros Neto									1	0,01	8	0,05
Mundo Novo											2	0,01
Mutuípe									1	0,01	7	0,05
Nilo Peçanha									5	0,06		
Nova Canaã							3	0,15			3	0,02
Pau Brasil									32	0,37	34	0,23

Continua

Tabela 4 – Procedência dos candidatos ao concurso vestibular da UESC

Município	1977		1978		1979		1980		1999		2003	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Poções							1	0,05	6	0,07	26	0,17
Porto Seguro	9	0,74	8	0,53	1	0,05	9	0,45	51	0,59	84	0,56
Potiraguá									3	0,03	2	0,01
Prado									6	0,07	7	0,05
Salvador	32	2,61	42	2,78	70	3,53	67	3,38	745	8,55	1101	7,33
Sta Cruz Vitória							1	0,05	4	0,05	11	0,07
Sta Cruz Cabralia									4	0,05	16	0,11
Sta Luzia									15	0,17	35	0,23
T. Freitas							2	0,10	54	0,62	152	1,01
Travessão									1	0,01	1	0,01
Ubatuba	3	0,25	14	0,93	24	1,21	11	0,55	93	1,07	182	1,21
Ubatã	12	0,98	12	0,79	21	1,06	16	0,81	68	0,78	105	0,70
Uma	3	0,25	9	0,60	4	0,20	3	0,15	69	0,79	136	0,91
Uruçuca	24	1,96	24	1,59	31	1,56	36	1,81	51	0,59	97	0,65
Valença	1	0,08	1	0,07	2	0,10	8	0,40	27	0,31	78	0,52
Vitória Conquista	5	0,41	3	0,20	8	0,40	16	0,81	239	2,74	535	3,56
Wenceslau Guimarães		0,00		0,00		0,00		0,00	3	0,03	21	0,14
Outros Municípios	58	4,74	88	5,83	95	4,79	45	2,27	382	4,39	903	6,01
Outros Estados	3	0,25	19	1,26	21	1,06	10	0,50	203	2,33	606	4,03
Outros Países									1	0,01	4	0,03
Não respondeu									219	2,51	123	0,82
<b>Total</b>	<b>1.224</b>	<b>100,00</b>	<b>1.510</b>	<b>100,00</b>	<b>1.982</b>	<b>100,00</b>	<b>1.985</b>	<b>100,00</b>	<b>8.709</b>	<b>100,00</b>	<b>15.023</b>	<b>100,00</b>

Fontes: Simões; Simões, 1981; Consultec, 1999; 2003.

**APÊNDICE A – ROTEIROS DE DEPOIMENTOS/ENTREVISTAS**

## **I - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REITORES**

- 1 – História da criação e implantação da universidade.
- 2 – Como se deu o processo de expansão da universidade?
- 3 – Quais os critérios para a criação de novos cursos?
- 4 – Como analisa a relação da universidade com a região onde está inserida?
- 5 – Qual a importância da universidade para o desenvolvimento regional?
- 6 – Como é a atuação da universidade na comunidade?
- 7 – Como é a relação da universidade com o governo do estado e dos municípios?
- 8 – Como é a relação da universidade com as outras estaduais?

## **II - ROTEIRO DE ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS DESTINADO À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA E SOCIEDADE**

- 1 - Como o(a) Sr(a). vê a UESC e sua importância para a Região?
- 2 - Que papel a UESC desempenha na Região?
- 3 - Como se estabelece e como estão as relações entre a entidade que o Sr. dirige e a UESC?
- 4 - Em sua opinião, as atividades que a UESC desenvolve contribuem para o desenvolvimento regional? Por que?
- 5 - Quais os cursos que o(a) Sr(a). acha que a UESC deveria ter? Por que?
- 6 - Quais pesquisas deveriam ser desenvolvidas?
- 7 - Em sua opinião, quais áreas deveriam ser prioritárias na UESC? Por que?



**APÊNDICE B – PROJETOS DE LEI – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**(Pesquisa nos Livros de Registro de Projetos de Lei apresentados na Assembléia – “Livros”)**

PROJ. LEI	DATA APRES.	PROCED./ASSUNTO	DESPACHO (Comissões)	PUBLICAÇÃO	PARECER	DISCUSSÕES	OBS
1323/59	16/06/59	Dep.Arthur Leite - Cria na cidade de Ilhéus uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - (Cr\$20.000.000,00)	CCJ; Ed.Cult.; Finan. em 16/06/59	- 17/06/59 - Pareceres no DA de 15/10/65	- As Comissões opinaram pelo arquivamento		-Em 19/04/61 foi aprovado req. De urgência do Dep. Artur Leite - Reconstituído em 10/05/61 conforme req. Aprovado em 19/04/61
1467/59	20/10/59	Dep.Bolivar Santana - Cria a Escola de Agronomia Juazeiro	Ed.Cult;Serv.P ubl e Finan. 20/10/59	-Pareceres: 10 e 14/06/61 -Voto Separado Ed.Cult.: DA de 17/06/61 - Redação Final: DA 27/09/61 <b>- Lei: 1537 no DO – 08/11/61</b>	- 16/03/61: A Com. Ed. Cult. Deu parecer favorável no proj. aceitando voto do Dep. Clodovaldo Campos - 05/06/61: Com. Finanças deu parecer favorável	1ª: 21/07/61 2ª: 25/07/61 3ª: 08/08/61	- Em pauta p/ 1ª discussão em 07 a 12/07/61 - Em 25/07/61 – aprovado req. Dep. Bolivar Santana pedindo inclusão na “ordem do dia” de 25/07/61 p/ 2ª discussão do projeto <b>- Lei 1535 de 26/10/61</b>
1594/60	03/06/60	Dep. Artur Leite - Autoriza o Poder Executivo a promover criação do Centro Nacional de Pesquisas Agrícolas da Zona Cacaueira (CNPACZ) a criar a Escola de Agronomia do Sul do Estado e abrir crédito respectivo até o limite de Cr\$50.000.000,00					- Não tem informações sobre a tramitação

Continua

continuação

PROJ. LEI	DATA APRES.	PROCED./ASSUNTO	DESPACHO (Comissões)	PUBLICAÇÃO	PARECER	DISCUSSÕES	OBS
1791/61	21/02/61	Dep. Hamilton Cohim - Cria a Fac. Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana e dá outras providências - Em outro local (Setor Atos do Poder Legislativo) tem a seguinte ementa: “Cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências”	CCJ; Ed.Cult.; Finan. e Serv.Publ (20/02/61) -Ap.Red. Final em 08/07/62	- 22/02/61 parecer da CCJ no DA - Parecer da Com Ed.Cult. e Finanças e substitutivo da ultima no DO de 31/12/61 - Parecer à emenda do Subs. Da C.F. no DA de 20/03/62 - Parecer à subst. Da CF no DO de 05/07/62 - Redação Final do DO de 10/08/62	- CCJ em parecer de 19/03/61 opinou pela aprovação - Ed.Cult e Finanças deram parecer favorável e a ultima apresentou substitutivo, em 13/03/61, 13/12/61 e 26/12/61	1ª: 14/02/62 2ª: 27/03/62 3ª: 12/07/62	-Em pauta p/ 1ª discussão de 06 a 08/02/62 - Em 14/06/62: Com. Finanças deu parecer em forma de substitutivo Lei 1802 de 25/10/62, publicada no DA de 26/10/62, promulgada pela Assembléia (com a seguinte ementa: “Cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências” (No DO de 22/02/1961 consta o Projeto Lei 1791/61 que “Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana”))
2358/62	30/05/62	Dep. Bolivar Sant’Ana - Incorpora a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco à Escola de Agronomia de Juazeiro e dá outras providências	CCJ; Ed. Cult. E Finanças em 30/05/62 - Ap. Red. Final em 28/07/62	- Parecer no DA de 03/05/62 - Red.Final no DA de 10/08/62 (Ordem Dia) - Lei 1800 no DO de 05/09/62	- Em 05/07/62 a CCJ aprovou parecer e emenda - Em 27/07/62 as Comissões de Ed. E Cult. E Finanças deram parecer favorável	1ª: 27/07/62 2ª: 28/07/62 3ª: 28/07/62	- Em 27/07/62 foi aprovado requerimento de urgência do Dep. Bolivar Sant’Ana - Lei 1800 de 03/09/62

continua

continuação

PROJ. LEI	DATA APRES.	PROCED./ASSUNTO	DESPACHO (Comissões)	PUBLICAÇÃO	PARECER	DISCUSSÕES	OBS
2618/63	14/06/63	Dep. Áureo Filho - Dispõe sobre a instalação da "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras" da cidade de Feira de Santana, neste Estado, e dá outras providências	CCJ; Ed. Cult.; Finanças e Serv. Públicos	- DA de 15/06/63 - Pareceres e substitutivo no DA de 13/10/64	- Em 25/03/63, a CCJ aprovou a proposição em forma de substitutivo - Parecer da Com. Finanças opinou pelo seu arquivamento		- Arquivado
2797/64	07/07/64	Dep. Henrique Cardoso - Considera de utilidade pública a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus	CCJ em 07/07/64 - Ap. Red. Final em 04/08/66	- DA de 08/07/64 - Parecer da CCJ no DA de 19/05/66 - Lei 2362 no DO de 11/08/66		1ª: 02/06/66 2ª: 07/06/66 3ª: 08/06/66	
2828/64	20/08/64	Dep. Antônio Cruz - Estabelece a Faculdade Católica de Direito de Ilhéus e dá outras providências	CCJ; Ed. Cult., Finanças e Serv. Publ.	- DA 27/08/64			- O processo 2828/64 foi anexado ao 3059/65 do Dep. Agostinho Pinheiro
3150/65	24/11/65	Comissão de Educação - Cria a Universidade Rural da Bahia com sede em Salvador e dá outras providências	- A imprimir em 23/11/65		- Mensagem examinada pelas Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura e Finanças que opinaram favoravelmente. A de Educação e Cultura apresentou o projeto	24/11/65	- Recebeu 5 emendas - Retirado da ordem do dia de 30/11/65 para voltar à secretaria das Comissões, por haver recebido emendas
3059/65	27/07/65	Dep. Agostinho Pinheiro - Dispõe sobre a estadualização de escolas superiores: Faculdade de Direito de Ilhéus, de Sociologia de Ilhéus e de Filosofia de Itabuna	CCJ; Ed. Cult. E Finanças	- DA de 29/07/65 - Parecer da CCJ no DA de 09/03/67	- Em 27/02/67 a CCJ opinou no sentido do processo ser encaminhado ao Conselho de Educação e Cultura face à LDB, em 27/02/67		- Foi anexado ao presente o PL 2828/64 do Dep. Antônio Cruz

continua

continuação

PROJ. LEI	DATA APRES.	PROCED./ASSUNTO	DESPACHO (Comissões)	PUBLICAÇÃO	PARECER	DISCUSSÕES	OBS
3594/68	23/09/68	Poder Executivo - Dá forma de autarquia aos estabelecimentos oficiais de ensino superior que menciona (Fac. Agronomia do Médio São Francisco, Escola Superior de Educação Física e Faculdade de Educação de Feira de Santana)	CCJ e Serv. Publ.	- DA de 25/09/68 - Lei 2603 no DO de 07/11/68	- Favoráveis das duas Comissões	- Única: 26/10/68	- Oriundo da mensagem nº 46/68 - Lei 2603 de 06/11/68
3739/69	26/09/69	Poder Executivo - Constitui sob forma de autarquia os estabelecimentos oficiais de ensino superior que menciona (Fac. Estadual de Educação de Alagoinhas e a Fac. de Vitória Conquista)	CCJ; Ed. Cult.; Trabalho e Bem-estar Social; Finanças; Orçamento e contas, em 29/09/69	- DA de 02/10/69 - Emenda no DA de 07/10/69 - Pareceres e substitutivos no DA de 08/11/69 - Lei 2741 no DO de 12/11/69	- A Comissão de Const. Justiça aprenou substitutivo em 20/10/69 - A Comissão de Finanças e Orçamento e Contas deu parecer pela aceitação e também apresentou subst. Em 29/10/69 - Demais Com. favoráveis	Única: 05/11/69	- Quando em pauta recebeu uma emenda do Dep. Juarez Hortélio - Oriundo da mensagem 1573/69 - Em pauta de 03 a 08/10/69 - Lei 2741 de 11/11/69
3770/69	14/11/69	Poder Executivo - Autoriza a instituição da Fundação Universidade do Sul da Bahia	CCJ; Ed. Cult.; Trab. e Bem-Estar Soc.; Serv. Publ. Em 17/11/69	- DA de 18/11/69 - Pareceres e substitutivos no DA de de 17/02/70 - Voto em separado no DA de 17/02/70 - Lei 2772 no DO de 30/12/69	- Comissões apresentaram pareceres favoráveis; CCJ e Ed. Cult. Apresentaram substitutivos - Dep. Henrique Cardoso apresentou voto em separado	Única: em 22/02/69 (do subst. Da CCJ)	- Quando em Pauta, recebeu uma emenda do Dep. Juarez Hortélio - Emenda publicada no DA de 16/12/69 - Oriundo da mensagem nº 1590/69 - Em pauta de 10 a 15/12/69 - Aprovado req. de urgência do Dep. Djalma Bessa - Lei 2772 de 26/12/69

continua

continuação

PROJ. LEI	DATA APRES.	PROCED./ASSUNTO	DESPACHO (Comissões)	PUBLICAÇÃO	PARECER	DISCUSSÕES	OBS
3798/69	31/12/69	Poder Executivo - Autoriza o Poder Executivo a instituir sob forma de Fundações o Centro de Desenvolvimento Industrial – CEDIN e a Universidade de Feira de Santana e dá outras providências	- CCJ; Finanças e Orçamento em 02/01/70 - Redação final em 16/11/70	- 06/01/70 - Pareceres da CCJ com emendas; de Finanças e Educação apresentaram substitutivos no DA de 03/02/70 - Lei 2784 no DO de 28/01/70	- Pareceres da CCJ com emendas e das demais com substitutivos	Única: em 15/01/70	- Oriundo da mensagem nº 97 do Poder Executivo - Lei 2784 de 24/01/70
3862/70	10/09/70	Poder Executivo - Autoriza a instituição da Fundação Faculdade de Educação de Jequié	CCJ; Ed. Cult.; Finanças	- DA de 16/09/70 - Pareceres no DA de 17 e 21/10/70 - Lei 2852 de 10/11/70	- As comissões deram parecer favorável	Única: em 15/10/70	- Oriunda da mensagem 1667/70 de nº 45 do Poder Executivo - Em pauta de 15 a 21/09/70 - Lei 2852 de 09/11/70
5167/80		Poder Executivo - Autoriza o Poder Executivo a instituir fundação para criar e manter Universidade no Sudoeste do Estado e dá outras providências	CCJ; Ed. E Saude, Serv. Publ.; Finanças e Orçamento em 24/04/80 - Apr. Em Red. Final a 21/05/80	- DA de 26 e 27/04/80 - Pareceres no DA de 11/06/80 - Redação Final no DA de 21 e 22/06/80 - Lei 3799 no DO de 24 e 25/05/80 - Retificação no DO de 28/05/80	- Pareceres favoráveis das comissões	Única: em 15/05/80	- Oriundo da mensagem nº 2563/80 de nº 10/80 do Poder Executivo - Prazo de 40 dias - Em pauta de 25 a 30/04/80 - Lei 3799 de 23/05/80 - Re-publicada no DO de 28/05/80 por sair com incorreção

continua

conclusão

PROJ. LEI	DATA APRES.	PROCED./ASSUNTO	DESPACHO (Comissões)	PUBLICAÇÃO	PARECER	DISCUSSÕES	OBS
5639/83	29/06/83	Dep. Jorge Hage - Revoga a lei Delegada nº 66/83 e autoriza o Poder Executivo a adotar medidas necessárias à instituição de uma Universidade	CCJ; Ed. Em 29/06/83	- DO de 03 e 04/09/83	- CCJ opinou pela rejeição		- Aprovado requerimento de urgência do autor em 25/08/83 - Arquive-se em 17/02/87 - Desarquivado em 08/04/87 - Devolvido ao arquivo em 04/05/87

Fonte: Dados da Pesquisa

**APÊNDICE C – FREQUENCIAS ABSOLUTAS DE PALAVRAS MAIS UTILIZADAS  
NOS TEXTOS**



## 1 – Reitoria da UESC

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	75
Região/regional	27
Estado/estadual/estadualização	26
Ensino	20
Curso	19
Educação	18
Especialmente	17
Expansão	16
Pesquisa	8
Ciência	8
Governo	7
Cacau/Cacaueira	7
Aspecto	6
Comunidade	6
Desenvolvimento	5
Acadêmica	4
Globalização	3

## 2– AFUSC – UESC

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	4
Projeto(s)	4
Região/regional	3
Desenvolvimento	2
Entidade	2
Instituição	2
Profissional(ais)	2
Responsável	2

## 3 – DCE – UESC

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	12
Região/regional	8
Acredito	5
Agrícola/agricultura/agronomia	5
Estudante/estudantes	5
Novo/nova	4
Papel	4
Estratégico/estrategicamente	3
Cursos	2
Desenvolvimento	2

## 4 – ADUSC – UESC

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/ UESC	7
Curso(s)	7
Região/ regional	5
Novo(a) / novos (as)	5
Pesquisa	4
Atividades	4
Desenvolvimento/ desenvolver	3
Área	3

## 5– CDL – ILHÉUS

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	18
Região/regional	11
Curso/cursos	8
Parceria	5
Desenvolvimento	4
Investimento/investir	4
Mercado	4
Conhecimentos	3
Comércio	3

## 6 – CDL – Itabuna

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	5
Precisar/precisam/preciso	4
Área	3
Economia	3
Grande	3
Prioridade/priorizar	3
Região/regional	3
Administração	2
Empresa(s)/empresário(s)	2
Entidade	2

## 7 – Associação Comercial de Itabuna

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	11
Região/regional	7
Formar/formação	5
Atividade	4
Grande	4
CEPLAC	3
Investir/investidores	3
Profissional	3

## 8 – Associação Comercial de Ilhéus

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	29
Conhecimento	18
Cacau/cacaueira/cacaucultura	17
Região/regional	15
Sociedade	14
Ilhéus	14
Desenvolvimento	13
Área(s)	11
Associação/Associado(s)	11
Governo/governador/governante(s)	10
Acompanhar/acompanhamento	8
Econômico/economia	8
Curso/cursos	7
Comércio/comercial	6
Indústria/industrial	5
Vetor/vetores	5
Agrícola/agricultura/agronomia	4
Médica/medicina	4
Diversificação	3
Problemas	3

## 9 – CNPC

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UDESC	55
Agricultura/agrícola/agronomia/agronegócio	27
Cacau/cacauicultura/cacaueira	24
Conselho	18
Instituição/institucional	16
Relação	16
Criou/criava/criada	15
Curso	14
Região/regional	14
Estado/estadual/estadualização	14
Ciência(s)	13
Produto/produtores	12
Pesquisa(s)	11
Floresta	11
CEPLAC	10
Academia/acadêmico	9
Campo(s)	9
Mata	7
Papel	6
CNPC	5
Economia	4
Ecosistema	4

## 10 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Ilhéus

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UDESC	30
Desenvolvimento/desenvolvendo	15
Pesquisa/pesquisadores	14
Ocupa/ocupação/ocupar	11
Agricultura/agronomia/agrônomo	10
Espaço(s)	9
Economia/econômico(s)	7
Empresa/empresários	7
Curso	6
Associação(ões)	6
Centro	6
Ilhéus	6
Informática	6
Trabalho(s)/trabalhando	6
Melhorar/melhoramento	6
Difícil/dificuldade	5
Região/regional	5
Congresso(s)	5
Agente	4
Tecnologia/tecnológico	4
Participação	4

## 11 – Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Itabuna

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	107
Região/regional	38
Desenvolvimento/desenvolve/desenvolver	31
Instituição/Institucional(ais)	26
Grande	20
Política(s)/politicamente	18
Economia/econômico	17
Pesquisa(s)/pesquisador(res)	16
Projeto	16
Cria/criação/criar	16
Público(s)	14
Relação	14
Papel	13
Estratégia(s)/estratégica	12
Ação	11
CEPLAC	11
Extensão	10
Formação	10
Visão	10
Administração	9
Social/sociedade	9
Conseguiu/conseguimos	9
Prefeitura	8
Articulação	8
Envolvimento	8
Municipal	7
Professor(es)	7
Programa(s)	7
Trabalho/trabalhar	7
Luta	6
Problema	6
Quadros	6
Instrumento(s)	6
Estado/estadual	6
Cidade(s)	5
Empresa(s)	5
Escola	5
Educação	4

## 12 – FUNDADOR DA FDI e FESPI

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade/UESC	51
Estadual/estadualização	34
Curso	32
Faculdade(s)	32
Ilhéus	30
Bahia	28
Direito	26
Ensino	23
Governo/governador	23
Federal	22
Público(s)	21
Processo	20
CEPLAC	20
Instituição	19
FESPI/federação	19
Região/regional	19
Conselho	18
Formação/formatura	17
Escola(s)	16
Diretor	15
Apoio	14
Superior	14
Econômico(s)	14
Aluno(a)	13
Política/políticos	13
Cacau/cacaueira(o)	13
Particular(es)	11
Privado(a)	11
Educação	9

## **APÊNDICE D – CO-OCORRÊNCIAS E RESPECTIVAS RELAÇÕES**

Quadro 19 – Demonstrativo geral da comunidade interna da UESC. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **universidade**

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Região/ regional</b>	Tornar-se útil	Inviabilidade financeira
	Necessidade social	Interferência tímida problemas regionais (2)
	Oportunidade de ES (2)	Poderia ser mais propositiva
	Papel estratégico	Poderia viabilizar desenvolvimento econômico
	Primordial para desenvolvimento	Necessidade pesquisa novos mercados (visar diversificação econômica)
	ES (público) qualidade (2)	
	Cursos compatíveis com demanda	
	Promotora conhecimento	
Ações de diferenciação regional		
<b>Relevância</b>	Papel do ES (2)	
	Funções da universidade	
	Mundo trabalho	
	Relações outros níveis (educação)	
	Percepção sociedade local	
<b>Papel</b>	Centro de excelência	De forma tímida/ atuação tímida (2)
	Acúmulo detenção conhecimento científico	
	Estratégico para desenvolvimento regional	
	Conduzir diretrizes políticas locais	
<b>Áreas / cursos</b>	Não há necessidade de novos cursos (2)	Investimentos para consolidar cursos implantados / fortalecimento existentes(2)
	Priorizar humanidades	Dificuldades de alguns cursos
	Psicologia / profissional para atender crescimento empresas	Problemas relacionados à infraestrutura (2)
	Longo prazo – (engenharias, nutrição, turismo, oceanografia)	
<b>Estado</b>	Recursos públicos	Fora do orçamento
	Expansão / regionalização	
<b>Pesquisa</b>	Sustentação	Necessidade de ampliação (2)

Fonte: Dados da Pesquisa.



Quadro 20 – Demonstrativo Geral da comunidade interna da UESC. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **região / regional**

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Universidade</b>	Papel estratégico para desenvolvimento / relevante para o desenvolvimento / papel relevante / Percepção local da relevância (4)	Inviabilidade financeira
	Útil onde se insere	Crise da lavoura (cacau)
	Necessidade social	Atuação tímida nos problemas / demandas regionais (2)
	Arranjos regionais (educação, meio ambiente, modo trabalho, estrutura)	Necessidade pesquisa para problemas regionais
	Oferta cursos compatíveis com demanda regional	
	Responsável por formação de profissionais	
	Qualificação para mercado trabalho	
<b>Desenvolvimento</b>	Atividades (ensino, pesquisa, extensão) contribuem para desenvolvimento regional / atividades acadêmicas têm contribuído para desenvolvimento regional (2)	Nova dinâmica (com a crise)
	Instituição relevante para desenvolvimento/ relevância institucional (3)	Necessidade de projetos / necessidade de mais pesquisas com potencialidades regionais / direcionada para o desenvolvimento econômico (3)
	Potencialidades	Nós cruciais da crise
	Nova dinâmica decorrente formação indivíduos	
	Profissionais para mercado trabalho regional	
	Produção vegetal e animal	
	Organização produtores	
	Geração emprego e renda	
	Produtos e serviços turísticos	
Gestão pública		
<b>Crise lavoura (cacau)</b>	Novas alternativa / novas opções (2)	Viabilidade de mecanismos de diversificação
	Necessidade capacitação	Novos mercados
	Permanência pessoas e empresas	
	Nova dinâmica do desenvolvimento (com a crise)	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 21 – Demonstrativo geral da comunidade interna da UESC. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **desenvolvimento**

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Região/ Regional</b>	Produção vegetal e animal	Nós cruciais da crise
	Organização dos produtores	
	Geração emprego e renda	
	Produtos e serviços turísticos	
	Gestão Pública	
<b>Universidade</b>	Relevância institucional (3)	
	Profissionais para o mercado de trabalho	
<b>Atividades acadêmicas</b>	Tem contribuído para o desenvolvimento regional	Necessidade de desenvolver mais pesquisas com potencialidades regionais/ direcionadas para o desenvolvimento econômico da sociedade (2)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 22 – Demonstrativo geral da Sociedade\*. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **universidade**

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas ASSOCIAÇÕES	Relações Negativas OPOSIÇÕES
Região/ regional	Grande vitória	Região carente
	Maior luta social da história regional	Irrelevância na recuperação da crise da lavoura/ pouca participação efetiva na crise (3)
	Papel relevante com relação à crise da lavoura	Distanciamento/ não consegue sair dos muros/ precisa voltar sua atividade para interesses regionais/ não há envolvimento regional para mudar índices de inserção social (4)
	Importância grande para a região cacauzeira/ é de suma importância a existência/ mais importante órgão da região (3)	Necessidade de grupos para tocar desenvolvimento/ não se constitui agência de desenvolvimento/ não tem estratégia de desenvolvimento regional (3)
	É a entidade mais respeitada na região	Necessidade de atrair cursos e pesquisas para alavancar a região/ necessidade de formar administradores municipais/ criar escola de uso florestal/ cursos de interesse regional (4)
	Gratifica a região	Não há efetividade nas ações (ensino, pesquisa, extensão)/ não tem extensão para levar conhecimento à região/ poderia estar apoiando projetos em andamento (oceanografia) (3)
	Detentora do conhecimento	Não se envolve com crescimento das cidades/ visão calendário: eventos internos sem retorno para a região/ resistência a ações sociais/ carência de relacionamento com outras instituições (3)

continua

Quadro 22 – Demonstrativo geral da Sociedade\*. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **universidade**

continuação

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Região/Regional</b>	Tem massa crítica/ pessoas qualificadas/ mestres e doutores/ inteligência da CEPLAC acumulada na UESC/ grandes quadros/ região não precisa buscar pessoal fora (6)	Enfraquecimento do Estado/ intervenção do Estado (2)
	Egressos hoje pesquisadores/ frutificando para os outros/ formação de gerações/ oportunidade de acesso ao conhecimento pessoas da região (4)	
	Agente de desenvolvimento regional/ criada e legitimada pela região/ maior vetor de pesquisas e desenvolvimento regional/ solução para problemas regionais/ atendimento ao mercado regional (5)	
	Infra-estrutura para formação de jovens e adultos/ centro de excelência/ estrutura para solução da crise vassoura-de-bruxa (3)	
	Credibilidade/ resultados de pesquisa Afirmar a universidade com cunho local	
<b>Desenvolvimento</b>	Parte das ações da CEPLAC/ ocupa papel desempenhado pela CEPLAC/ grande instituição (3)	Crise cacau/ cacauicultura tem que ser defendida pela UESC (2)
	Vetores importantes: cacauicultura, pesca oceânica e cativoiro, abates/ saúde preventiva (2)	Falta participação na expansão/ UESC deveria estar participando ativamente do CEPEDI (2)
	UESC tem tudo para fazer desenvolvimento/ grande elemento para impulsionar região (2)	Necessidade de pessoas para desenvolvimento regional/ necessidade de grupo multidisciplinar para o desenvolvimento regional/ necessidade de apoio – gama grande de atividades (3)

continua

Quadro 22 – Demonstrativo geral da Sociedade\*. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **universidade**

continua

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Desenvolvimento</b>	Mentora da diversificação/ alternativas produtos de exportação/ pesquisas novas atividades (3)	Necessidade de ocupar espaços no desenvolvimento/ deveria ocupar espaço deixado pela CEPLAC (2)
	Apoio à indústria de transformação de cacau	Deve fazer seminário de desenvolvimento
<b>Papel</b>	Formação de jovens e adultos	Vai ter que desempenhar papel deixado pela CEPLAC
	Atender necessidade de mercado regional	Precisa voltar suas atividades para interesses regionais
	Alavancar a região para o desenvolvimento	Abrir discussão sobre plantio que mantém mata atlântica
	Direção dos rumos da região	Criar cursos voltados para interesses da região
		Junto com a CEPLAC deveria ter relação para o desenvolvimento econômico
<b>Áreas/ cursos</b>	Os existentes são prioritários/ oceanografia (apoio da entidade)/ fechar áreas engenharia e ciências médicas (3)	Necessidade de implantação de novos cursos/ cursos para o pólo de informática/ biologia marinha/ hotelaria e turismo/ agronomia para uso da floresta tropical (produtos tropicais) (4)
	Fortalecimento de administração, economia, agropecuária e afins	Agronomia é repetição modelo acadêmico brasileiro/ UFBA e UESB já têm cursos de agronomia iguais/ agronomia deveria estudar mata atlântica (3)
	Oceanografia: UESC detentora de estrutura	Deveria pensar na economia da agricultura/ demais setores junto com agricultura/ deveria ser excelência nas áreas de ciências econômicas e floresta (3)
	Observância da necessidade de mercado/ implantação não aleatória (2)	
	Parceria com entidade – expectativa de resultados positivos para o setor	
	Busca de contatos com comunicação social (para trabalhos em marketing)	

continuação

Quadro 22 – Demonstrativo geral da Sociedade\*. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **universidade**

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Relação Institucional (entidades)</b>	Participação alunos da ciência da computação	Tímida e importada/ participação da UESC é tímida/ relação distante/ interação com a(s) entidade(s) é inexistente/ UESC nunca apresentou projeto de relação institucional/ necessidade de firmar laços entre instituições (6)
	Estagiários, hoje funcionários	UESC nunca participou de reunião do Conselho de Administração (tem assento)
	Relação estreita quando era FESPI/ tinha ligação institucional estreita	Não sabe quem é representante da UESC
	Entidade teve efetiva participação criação FESPI/ importância muito grande (2)	Ficou [na UESC] apenas com cadeira no CONSAD/ informaram que entidade perdeu esse assento/ não recebeu comunicação oficial (3)
	Daí [entidade] emanavam recursos	Entidade não tem sido convidada para reuniões
	Entidade votava orçamento e direcionamento da universidade	Não há mais relação campo político e institucional
	UESC – assento nas principais instituições públicas	UESC não estabelece mais relações nem com a CNPC nem com a CEPLAC
		Sem estratégia de desenvolvimento Burocracia interna pesada/ muito resistente/ administração [UESC] fechada (3) Dificuldade relacionamento político Poderia estabelecer parceria com a CEPLAC
<b>Pesquisa</b>	Fica só na universidade	

\* Sujeitos representativos de setores políticos e econômicos da sociedade local.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 23 – Demonstrativo Geral da sociedade\*. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **região / regional**

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Universidade</b>	Inserida no contexto regional/ criada a partir do anseio regional/ resultante da maior luta social da região/ criada e legitimada pela região/ entidade mais respeitada/ (6)	Não pode abraçar todas as necessidades
	Importância muito grande para região/ grande vitória região/ mais importante órgão (3)	Região necessita ações da universidade/ região carente/ precisa voltar atividades para interesses regionais/ necessidade atividades destinadas à crise regional (4)
	Expressiva contribuição desenvolvimento/ articuladora desenvolvimento/ reúne condições para ser órgão desenvolvimento/ solução problemas regionais/ solução diversas áreas (5)	Necessidade maior divulgação ações para a região
	Maior vetor pesquisas/ grande centro pesquisas/ grande laboratório regional/ absorção inteligência da CEPLAC/ detentora do conhecimento maior da região/ avanço no nível superior (6)	Não há projetos envolvimento regional/ não há envolvimento com entidades regionais (2)
	Expectativa de guia grandes projetos/ condições de intervenção no perfil socioeconômico regional (2)	Políticas e pesquisas não estão voltadas às necessidades regionais/ necessidade de cursos para interesses regionais (2)
	Oportunidade ascensão acadêmica pessoas região/ busca mais conhecimento egressos/ salto qualidade/ importância formação gerações/ formação grandes quadros (5)	Interesses externos predominam sobre internos
	Nova perspectiva quando o cacau assumia a responsabilidade de construir região	Necessidade de discussão de plantio que mantém mata atlântica
	Intervenção do Estado na Região	
	Assento nas principais instituições públicas	

continua

Quadro 23 – Demonstrativo Geral da sociedade\*. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **região / regional**

conclusão

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas ASSOCIAÇÕES	Relações Negativas OPOSIÇÕES
<b>Desenvolvimento</b>	Criação empregos	Necessidade dinamização porto/ falta estradas/ retração porto (crise) (3)
	Eleição de vetores que atrairão mais capitais/ turismo: alternativa viável/ pólo informática/ agro-negócio	Desinteresse de governantes/ cobrança aos governantes (2)
	Região antes e depois da UESC (FESPI)/ UESC: professores capazes de tocar desenvolvimento/ grande instituição/ ocupa lugar da CEPLAC/ grande elemento para impulsionar região/ formação acadêmica e desenvolvimento regional (5)	UESC: necessidade de ocupar espaço no desenvolvimento/ deveria ocupar espaço deixado pela CEPLAC/ necessidade de criar grupo multidisciplinar desenvolvimento/ pensar economia da agricultura/ necessidade produtos floresta tropical (5)
<b>Cacau/ cacaucultura</b>	Cacaucultura é viável	Região empobrecida com vassoura-de-bruxa/ últimos tempos sem produção/ vassoura dizimando tudo/ problemas- crise/ sofre com crise (perda de poder econômico)/ importação cacau (6)
	Preservação da mata atlântica	Necessidade discutir cabruca
	Recursos cacaucultores para financiar universidade/ FESPI/FUSC - criada com recursos produtores/ recursos deu início à UESC/ contribuição cacaucultura durante 30 anos (4)	Taxa retenção – confisco agrícola
<b>Diversificação</b>	Exportação soja e trigo/ outros produtos poderiam ser exportados pelo porto (2)	Falta estrada e interesse dos governantes
	Apoio UESC (agronomia e veterinária) para frigoríficos	

\* Sujeitos representativos de setores políticos e econômicos da sociedade local.

Fonte: Dados da Pesquisa.



Quadro 24 – Demonstrativo Geral da sociedade\*. Co-ocorrências e relações com a palavra-chave **desenvolvimento**

Co-ocorrência	Relações	
	Relações Positivas <b>ASSOCIAÇÕES</b>	Relações Negativas <b>OPOSIÇÕES</b>
<b>Universidade</b>	Fortalecimento recente/ papel importante/ região: antes e depois da UESC/ UESC- tem tudo para fazer desenvolvimento/ expressiva contribuição (5)	Não interage com crescimento cidades/ não tem programa Salobrinho/ não há política p/ realidade regional (produção só acadêmica)/ não participa do CEPEDI (4)
	Agente desenvolvimento/ articuladora desenvolvimento (2)	Não se legitima como instrumento desenvolvimento/ necessidades políticas pesquisa e extensão p/ problemas regionais/ não participa expansão (3)
	Trabalho novas tecnologias	Incompatibilidade política/ necessidade de políticas setoriais mais amplas (2)
<b>Instituições</b>	Acompanha desenvolvimento/ acompanha setor industrial/ visa anseios regionais (3)	Crise (perda poder econômico)
	Infra-estrutura regional/ ampliação porto (2)	Cobrança governo
		Falta envolvimento institucional/ não tem estratégia interrelação institucional/projetos individuais (3)

\* Sujeitos representativos de setores políticos e econômicos da sociedade local.  
Fonte: Dados da Pesquisa.